Diário de Lisboa

ANO 62.º N.º 20 836
Abril 1982
Domingo

25 15$00

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Pitelra Santos**

25 de Abril oito anos depois

Ontem à noite no Mercado do Povo

Soares reclamou dissolução da AR e realização de novas eleições

À hora a que fechamos esta edição especial (meio da tarde de ontem, dia 24), dava-se como certo que Mário Soares iria reclamar, no jantar de socialistas no Mercado do Povo, a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições gerais.

O discurso de Mário Soares estava a ser aguardado com grande expectativa durante o dia de ontem, desde que pela manhã começaram a ser conhecidos os seus principais tópicos.

Falando para militantes do PS num jantar comemorativo do 25 de Abril, e destinado a reunir mais de cinco centenas de membros de núcleos de empresas e de sindicalistas socialistas, Soares terá voltado a sustentar a necessidade de substituir o Governo, que vem reclamando desde há tempos, mas pela primeira vez terá, assim, referido a convocação de novas eleições como «saída» para a crise.

O relativo improviso de Soares, que desde a manhã vinha sendo anunciado por informadores do PS como «muito importante», incluiu uma longa referência à «Revoluçãc de Abril», à defesa do «socialismo democrático», novas referências à «impopularidade e incompetência» do Governo Balsemão e a defesa da revisão constitucional sobre a qual, como ontem noticiávamos, foi anteontem concluído um acordo considerado definitivo.

Ao jantar de ontem à noite, no Mercado do Povo, assistiram os membros da Comissão Permanente do PS e de outros órgãos directivos do partido.

Hoje na Política de A a Z

- **Quando votar contra a Constituição era um «voto revolucionário»**
- **Quando o Conselho da Revolução ainda não bloqueava a Democracia**
- **Quando as Forças Armadas tinham uma missão histórica**
- **Quando se entendia que as classes trabalhadoras, sem mediação parlamentar, deviam participar no processo**

Teorema de Abril

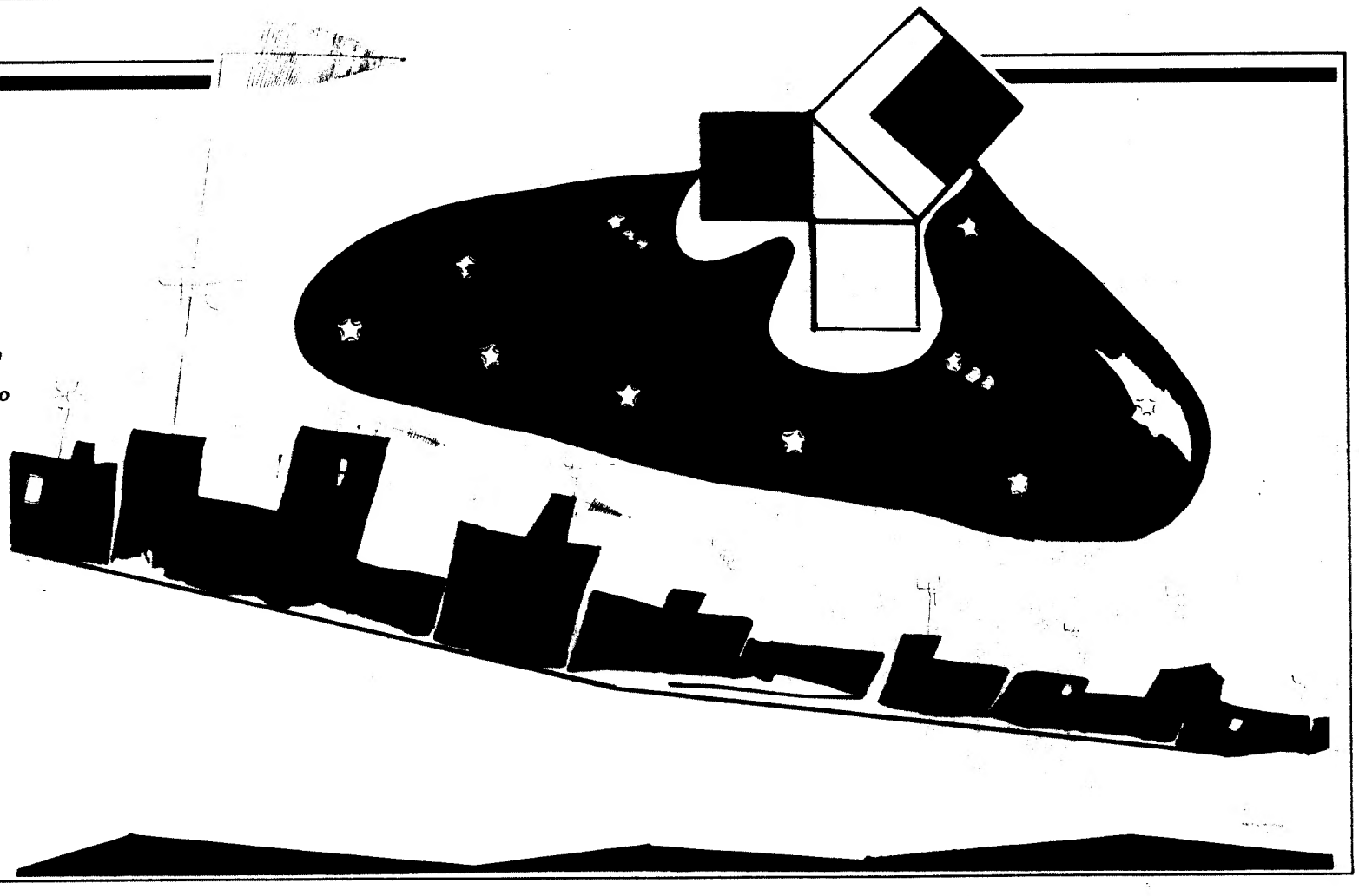
Um teorema sobe
ponto a ponto
de soma ignorado
– e de tudo
o número sai
ainda não somado.

Pitágoras
está sentado
nos calcanhares
do cálculo
longo
buscando
ao longo
da linha
longa
e difusa
os pontos
correctos:

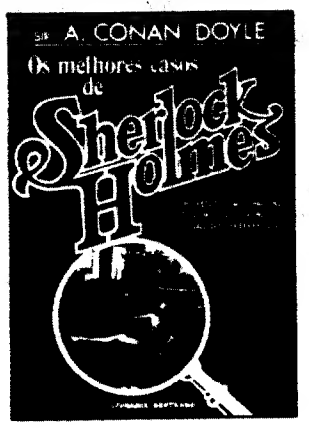
«O quadrado
da hipotenusa
é igual à soma
do quadrado
dos catetos.»

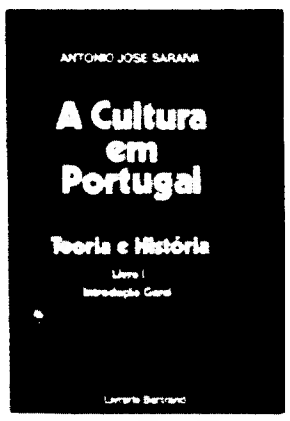
E nesse metro
que sobre a Cidade
casa a casa
pairando se expande
– tudo é parcela
quadrado a quadrado
na liberdade
do quadrado
grande!

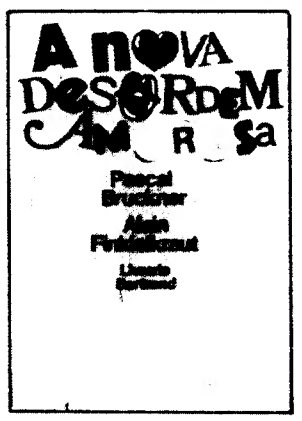
Pedro Alvim



A Montra da Livraria







Livraria Bertrand
1732/1982
Duzentos e Cinquenta Anos ao Serviço da Cultura

Gentes e paisagem

O 25 de Abril e o Dia da Constituição

Dias de Melo

Fomos cerca de uma centena de pessoas, velhos democratas uns, novos outros, convertidos da última hora alguns, que, naquela noite daquele dia 2 do corrente nos juntámos num restaurante de Ponta Delgada para celebrar, com um jantar-convívio, o 6.º aniversário da Constituição que o 25 de Abril nos deu e que, hoje, os bonzos do 24 de Abril, já recuperados, querem destruir.

À excepção da ANOP nenhum dos outros órgãos locais, ou com delegação local, da comunicação social, esteve presente.

De qualquer maneira, o ambiente era de festa. Flores, colchas coloridas nas paredes de um vermelho-pálido à entrada, de um branco-baço depois. Luzes. Sob o clarão das luzes a cair do alto, nós ao redor da mesa e, à nossa frente, em cima da toalha alvíssima, as loiças, os talheres, os vidros brilhantes – copos, garrafas.

Comemos. Bebemos. Conversámos. Cantámos. Alguns (e algumas) dançaram. Canções, danças populares. Das canções a primeira e a última foi «Grândola Vila Morena». Cantámo-la de pé. De mãos enlaçadas. A música, os versos do José Afonso. O alerta daquela madrugada.

Antes, falaram Luciano da Mota Vieira, Roberto Amaral, Noronha. Só. Mais ninguém. Repito: só: mais ninguém. De salientar as palavras de Luciano da Mota Vieira.

Luciano da Mota Vieira é professor ilustre, jornalista prestigioso, orador consagrado. Notáveis os seus conhecimentos de História. Principalmente de História local.

Com os seus conhecimentos de História local, provou a democraticidade que sempre existiu nestas ilhas. Uma democraticidade velha. Começou, pelo menos, com os **sete mil e quinhentos bravos** que, aquando das Lutas Liberais, incorporados no exército de D. Pedro, foram desembarcar nas praias do Mindelo, ocupar a cidade do Porto e impor, no Continente, a vitória das armas da liberdade. E da Democracia. Gente do povo.

Julgávamos... Mas julgávamos mal. Julgávamos que as Lutas Liberais, sendo um passo indispensável aos então futuros combates da Democracia, não teriam sido, contudo, uma revolução democrática – mas da burguesia ascendente, que, detentora do comércio, da indústria, do dinheiro, enfrentava, para a derrubar, como o fizera já na maior parte da Europa, a aristocracia nacional atolada numa decadência indigente e miserável. O povo (classe social) teria sido apenas o burro que carregaria no lombo os burgueses pelas íngremes e difíceis ladeiras que os levariam ao poleiro do poderio político e social. Que os carregariam, sem os querer carregar.

Contavam-me até os velhos, na minha terra, era eu criança (tê-lo-iam ouvido de outros velhos quando, por sua vez, foram crianças), que, nos tempos dessas guerras, o povo, os filhos do povo, não sabendo nem se importando saber quem eram D. Pedro e D. Miguel, nunca os tinham visto mais gordos, não queriam ser soldados, não queriam ir combater, matar, morrer, que tinham horror a serem catrafilados pelos cães de fila que andavam por aí a arrebanhar, à força, os **sete mil e quinhentos bravos** (voluntários) e, se os pressentiam nas proximidades, que fugiam. Para onde? Para o mar, sem um navio, afogavam-se. Num navio, iam-se meter na boca do lobo: haviam de andar nessas águas navios de guerra em missão de patrulhamento. Pois fugiam para dentro da ilha. Sepultavam-se nas furnas que por toda a parte abundam. Na minha terra. Nas outras, não sei. Mas com certeza que também. Aí se teriam sepultado tantos anos quantos os necessários para que passasse o perigo. As mulheres ir-lhes-iam levar comida e roupa. De noite, e quanto mais escura a noite melhor, não as topasse algum esbirro que as seguisse, descobrisse o esconderijo e fosse denunciar os escondidos. Só os que se não percataram a tempo e horas teriam sido apanhados na rede e levados para, voluntarios sem o quererem ser, irem cumprir a sua vocação de bravos. Fui a uma dessas furnas. Morada tremendamente desconfortável, nem se compreende como ali se pudesse viver. Mas lá encontrámos vestígios certos de a terem habitado: restos de cinzas, restos de lenha sobre pedras que teriam servido de lar, e mais umas pedras que teriam sido mesa. De quem? De foragidos à incorporação nas tropas de D. Pedro, no exército da liberdade – não.

Não – pelo que disse Luciano da Mota Vieira. E Luciano da Mota Vieira sabe. Viu os papéis. Estudou-os. Por mim, nunca os vi. Não os vou ver nem estudar agora. Chega-me o que afirma Luciano da Mota Vieira. Acredito nele. Já escutei que os papéis aceitam o que neles se quiser pôr. Coisas de gente ignorante e insensata.

As Lutas Liberais foram uma revolução democrática, no sentido actual da expressão. O povo, os filhos do povo dos Açores, nessa altura, aí por 1830 (podia consultar livros: não consulto) era tudo gente letrada, ilustrada, consciencializada. Assim não fosse, e não teria um ideal. E ela – tinha-o. O ideal da liberdade. O ideal da democracia. A sua alma não iria parar a bom lugar se não fosse combater, matar, morrer, pelo seu ideal. E corriam, era ver o que mais podia correr, a alistar-se nas hostes de D. Pedro, que batalhavam pelo seu ideal. Outros terão estado naquela furna, em todas as furnas que na minha terra existem. Na minha terra, e com certeza noutras. Ladrões, talvez ladrões, ladrões ou assassinos, acossados pelas justiças de el-rei. Eles – não.

Não lho permitia o seu ideal, a sua democraticidade. Esta democraticidade que veio até aos nossos dias, cada vez mais enraizada nas sólidas convicções populares lucidamente assumidas (o povo, os filhos do povo destas ilhas cada vez se tornaram gente mais letrada, ilustrada, consciencializada) – tudo isto disse, embora por outras palavras, Luciano da Mota Vieira, e o que não disse depreende-se do que disse; são verdades indesmentíveis. Esta democraticidade que tão à evidência se comprova, só os cegos o não vêem, com a **presença** dos órgãos de comunicação social naquele jantar-convívio com que celebrámos o 6.º aniversário da nossa Constituição. Que tinham estado ausentes... Enganei-me **Presentes.** Estiveram **presentes.** Foi uma **presença invisível** (daí o meu engano), mas **presença.**

Democratidade, liberdade tão autênticas que todo o terrorismo que se diz ter acontecido por aqui em 1975, 1976, 1977, 1978, ou é o reconhecimento ao legítimo direito democrático de livremente o praticar quem quiser, ou não passa de invenção. Isso. Invenção. Bombas que sacrificaram vidas e destruíram fazendas, assaltos e incêndios de sedes (uma na Terceira) de partidos políticos, incêndios de edifícios particulares, de automóveis, um automóvel lançado ao mar, raptos, espancamentos, uma jovem grávida espancada e desnudada, por uma multidão, em plena praça pública, expulsão de pessoas, provocações a transeuntes, difamações, carros atirados para cima de quem passava nos passeios ou ia nas estradas, ainda hoje a perseguição a trabalhadores – João Luís de Medeiros, militante e deputado socialista, a ter que ir **passear** para os Estados Unidos –, a recusa de trabalho a candidatos ao primeiro emprego com uma pitadinha de cheiro a esquerdismo, neles ou nos pais **(se não foste tu, foi teu pai),** o medo que persiste incubado em tantos, – invenção, tudo invenção malévola de espíritos falsos, mal intencionados, perversos, caluniadores, tenebrosos.

Os mesmos que têm o desplante de afirmar que o 25 de Abril nunca chegou a estas paragens....

25 DE ABRIL.

Há oito anos – foi há oito anos –, a surpresa magnífica de uma alvorada deslumbrante de sol, alegria, esperança.

Hoje, um dia pardo de nevoeiro triste.

Porém, para lá de todos os nevoeiros, está o céu. O céu é sempre azul. O céu tem sempre estrelas. No céu há sempre esperança.

política de A a Z

Notas rememorativas para o debate público

1 — Quando votar contra a Constituição era um «voto revolucionário»

NAQUELE dia, com os votos contrários dos deputados do CDS, foi aprovada a Constituição. Na tribuna para apresentarem declarações de voto sobre o texto constitucional, sucedem-se os oradores: Mota Pinto (independente), Diamantino Ferreira (Associação para a Defesa dos Interesses de Macau), Afonso Dias (UDP), Luís Catarino (MDP/CDE), Sá Machado (Centro Democrático Social), Vital Moreira (PCP), Barbosa de Melo (PPD), José Luís Nunes (PS). Em nome do CDS numa declaração cuidada e astuciosa, o discreto dr. Sá Machado, afirmou: «Não se iludam... aqueles que com má-fé pretendem interpretar o voto do CDS. O nosso voto é, na essência do 25 de Abril, no reconhecimento efectivo da sua grandeza histórica, um voto revolucionário».

Para o declarante a nossa Constituição era (e) «paternalista», amarrava o povo ao «socialismo», tornava-o «juridicamente prisioneiro de um dado momento da sua história».

Para o partido do Centro Democrático e Social «democracia» e «pluralismo» eram valores incompatíveis com a presença da palavra «socialismo» na Constituição. Já então – em Abril de 1976 – retirar o «socialismo» da Constituição, era um objectivo do CDS. Para o conseguir o CDS declarou-se disposto – pela voz de Freitas do Amaral – a aceitar a fórmula «uma sociedade sem classes» desde que o «socialismo» não fosse espcificado no Artigo 1.° da Constituição.

Então – em Abril de 1976 – o Partido Popular Democrtico (hoje Partido Social Democrata) considerava o «necessário e permanente compromisso de todos os seus militantes e aderentes nos valores fundamentais do socialismo democrático e humanista». Então – em Abril de 1976 – o doutor Diogo Freitas do Amaral recordava na Assembleia Constituinte que «a referência ao objectivo da transformação da sociedade numa sociedade sem classes consta da declaração de princípios do CDS, publicada em 19 de Julho de 1974».

A distinção entre «sociedade sem classes» e «sociedade socialista» – como sagazmente denunciou o deputado Vital Moreira – não resultava da simples confusão de duas diferentes e encadeadas fases de evolução socioeconómica, mas de um «extraordinário oportunismo demagógico». Que era assim, é hoje claro. Tanto o PSD com o seu «socialismo democrático e humanista», como o CDS com a sua «sociedade sem classes», defendem a revisão constitucional que desideologize a Constituição. Primeiro objectivo, prioridade das prioridades, retirar da Lei fundamental a palavra socialismo.

O que se revestiria de um significado simbólico na medida em que – cortando uma palavra – se recusaria à Revolução de 25 de Abril de 1974 o seu carácter revolucionário, o seu propósito de desbloquear um processo, não apenas de democratização institucional, mas de transformação estrutural da sociedade portuguesa.

2 — Quando o Conselho da Revolução ainda não bloqueava a Democracia

Os artigos da Constituição que definem a função e estrutura do Conselho da Revolução foram então – em Abril de 1976 – aprovados por unanimidade. Dir-se-á que os artigos 142.° a 149.° da Constituição reproduzem disposições do chamado «Pacto MFA-partidos». Assim era, com efeito. Mas anotemos que, em nome do PPD (hoje PSD) o deputado Jorge Miranda afirmava ter «esperança de que o Conselho da Revolução, o órgão de participação político-constitucional das Forças Armadas portuguesas saberá garantir o Cumprimento da Constituição, as instituições democráticas e a fidelidade ao espírito do 25 de Abril, o respeito das liberdades fundamentais e do pluralismo ideológico e partidário, a efectivação dos direitos económicos, sociais e culturais, especialmente dos trabalhadores, e a transformação socialista das estruturas da comunidade portuguesa de harmonia com a vontade popular, pelo sufrágio universal directo, secreto e periódico dos cidadãos».

De boa-fé, e de boa memória, ninguém constestará que o Conselho da Revolução tenha exorbitado deste quadro constitucional e não tenha correspondido à função que lhe estava constitucionalmente determinada. Donde é legítimo concluir que os sucessivos e obstinados ataques que lhe são dirigidos só se podem explicar porque homens políticos e forças politicas não se sentem à vontade com a existência de um órgão de soberania que se constituiu garante da legalidade constitucional e defensor do respeito do espírito de Abril. Os adversário do Conselho da Revolução, aqueles que falam de uma «Democracia plena» que não poderá vigorar enquanto existir o «órgão de tutela militar do regime democrático» – utilizamos a expressão dos contestatários de «direita» – são, na realidade, oposição a Abril, oposição ao novo curso sociopolítico. Não tenhamos dúvida de que é necessária a clarificação deste ponto. Não por preconizarmos que seja prolongada a existência do Conselho da Revolução, mas para que, com o reconhecimento da sua função útil, seja acautelada a decisão da sua substituição. O Conselho da Revolução assegurava a síntese da «componente militar» e da «componente civil» no processo revolucionário. Não esqueçamos que o Artigo 10.° da Constituição diz: «A aliança entre o Movimento das Forças Armadas e os partidos e organizações democráticos assegura o desenvolvimento do processo revolucionário». Era a transição. Na passagem do «movimento» à «estabilidade», do «processo revolucionário em curso» à «ordem», os membros do Conselho da Revolução não deverão ser substituídos contra a Revolução, nem podem ser considerados agentes de um bloqueio institucional que frustre a institucionalização democrática. A criação de um Tribunal Constitucional não poderá representar a burocratização judicial de uma missão política. A verificação da legalidade constitucional democrática, não é um simples problema jurídico, é um problema político. É a defesa e a continuidade da Revolução de Abril.

3 — Quando as Forças Armadas tinham uma missão histórica

Diz a Constituição, interpretando o significado político da Revolução de 25 de Abril de 1974 como ruptura histórica que foi em relação ao longo período da ditadura fascista, que: «As Forças Armadas são parte do povo e, identificadas com o espírito do Programa do Movimento das Forças Armadas, asseguram o prosseguimento da Revolução de 25 de Abril de 1974».

Cabe, portanto, às Forças Armadas, à fé da Constituição, não só garantir «a independência nacional, a unidade do Estado e a integridade do território», como assegurar «o prosseguimento da Revolução de 25 de Abril de 1974». (Artigo 273.°, N.°s 1 e 2). E mais: «As Forças Armadas Portuguesas garantem o regular funcionamento das instituições democráticas e o cumprimento da Constituição» (Artigo 273.°, N.° 3). E ainda: «As Forças Armadas Portuguesas têm a missão histórica de garantir as condições que permitam a transição pacífica e pluralista da sociedade portuguesa para a democracia e o socialismo.» (Artigo 273.°, N.° 4).

Os projectos – e a prática governativa – que contrariam este quadro de definição constitucional, mesmo quando se trata de projectos para efeitos de revisão constitucional, reflectem posições de contestação deste entendimento do serviço revolucionário que as Forças Armadas Portuguesas assumiram. Afigura-se-nos profundamente errado não ter em conta, por um lado, o papel das Forças Armadas no golpe militar de 28 de Maio de 1926, na imposição anticonstitucional da ditadura militar e na sustentação do regime fascista dela derivado, e, por outro lado, o papel das Forças Armadas na acção militar libertadora do 25 de Abril de 1974 e no curso político revolucionário dela derivado. São papéis antagónicos que, no seu antagonismo, deverão ser encarados e com responsabilidade crítica devidamente apreciados.

Reconhecendo às Forças Armadas Portuguesas uma missão histórica que, além da garantia da «independência nacional, unidade do Estado e a integridade do território», consiste numa bem definida responsabilidade política, a Constituição considera-as, implicitamente, como uma componente da estrutura do Estado, como uma instituição independente.

A independência da Instituição Militar resulta do texto constitucional. As funções e missão que nele lhe estão cometidas não são compatíveis com a subordinação hierárquica a um Governo passivo de alternâncias eleitorais e de flutuações de orientação política. A Constituição é clara.

Não se fale de subordinação de «um poder militar» ao «poder civil». Não existe, constitucionalmente, «poder militar». Existe «componente militar» do «poder de Estado». Civil e cívico. E essa é mais uma razão para que se deva assegurar a independência da Instituição Militar.

Nem fará sentido termos uma «carreira» de magistratura judicial constituindo «instituição independente» e negarmos à «carreira das armas» o mesmo estatuto. E isso depois de Abril. Depois da libertação antifascista por ruptura militar e iniciativa militar.

4 — Quando se entendia que as classes trabalhadoras, sem mediação parlamentar, deviam participar no processo

A Constituição de Abril, aquela que os representantes do Povo, com excepção dos deputados do CDS, aprovaram e que consagrou, em letra de lei, «o espírito do 25 de Abril», no seu Artigo 2.°, afirmava: «A República Portuguesa é um Estado democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e de organização política democráticas, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras.»

Pela voz do Doutor Freitas do Amaral, o CDS declarou abster-se na votação deste artigo, alegando estar de acordo com a sua primeira parte e ter reservas em relação à segunda, ter reservas em relação à promoção das classes trabalhadoras ao «exercício democrático do poder». O PPD (hoje PSD), em declaração de voto, explicitou um entendimento alargado do que se deveria entender por «trabalhadores». Entendimento esse que o Partido Socialista, pela voz do seu deputado António Reis, radicalmente contestou.

Mas é evidente que o artigo, tal como foi aprovado, não reduz «o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras» aos meros direitos eleitorais. Não se trata só de eleger, de delegar, de ser representado. Trata-se de criar condições para um novo tipo de poder democrático.

Na Constituição de Abril (Artigo 3.° N.° 3) diz-se que: «Os partidos políticos concorrem para a organização e para a expressão da vontade popular, no respeito pelos princípios da independência nacional e da democracia política.» Este preceito não pode sobrepor-se ao anterior, os «partidos políticos», ao **concorrerem** *para «a organização e para a expressão da vontade popular», não podem* **substituir** *«o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras».*

A Constituição, interpretando o «espírito do 25 de Abril» – os constituintes não esquecidos da exploração festiva e afirmativa do «1.° de Maio» – não confinaram a **participação** *dos trabalhadores ao eleitoralismo parlamentar, visaram a* **democracia real,** *pensaram em termos de* **democracia de base.** *A Constituição não confina os trabalhadores nos locais de trabalho, aceita-os como cidadãos de parte inteira, participantes, a todos os níveis, no «exercício democrático do poder».*

Não poderia ter sido outra a leitura de Abril. Quem a nega? Quem a contesta? Quem pretenderá fazer da Constituição, sem ideologia, a **carta da restauração** *de uma nova «ordem»?*

O 25 de Abril

Vasco da Gama Fernandes

1– Já não sei quantas vezes escrevi e falei sobre o 25 de Abril, o que equivale a dizer que não consigo fugir á tentação repetitiva. Mesmo assim vale a pena.

O 25 de Abril é o fecho de uma abóbada ou seja o términos de quase 50 anos de ditadura, umas vezes salazarista, outras salazarentas. Mas sempre com a presença ostensiva ou discreta do taumaturgo de St.ª Comba.

A História ainda não chegou á altura de se poder, em sínteses mais ou menos perfeitas, estudar, dissecar ou controverter a génese do fenómeno.

Parece-me, no entanto, que já temos ao nosso alcance alguns materiais que, uma vez seriados, nos podem conduzir a relações seguras.

Deixemos para trás os tempos da monarquia e fixemo-nos no período que decorre entre 1910 e 1926.

A República implantara-se em Portugal, a despeito de certa estrutura cultural que se iniciara em 1820 e tomara corpo em 1870, incluindo neste transcurso as lições positivistas de Teófilo Braga e Afonso Costa, a República, repetimos, nasceu, sobretudo, de uma grande emoção colectiva, criada nos comícios da Almirante Reis, transposta para as «alfurjas» da Carbonária – tudo isso erguido até aos céus pela oratória de António José de Almeida e Alexandre Braga e pelo mestrado universitário e cívico de Bernardino Machado. Tudo isso, fora a emoção ou melhor a paixão que obrigou um caldeireiro humilde a escrever com o seu sangue um «Viva a República» nas paredes do Largo de S. Domingues, e foi igual paixão que levou para a Rotunda os maltratados oferecendo o peito às balas e acabando por guardar de espingardas aos ombros os cofres dos bancos lisboetas.

Paixão e generosidade.

Dias depois do 5 de Outubro já se não falava em monárquicos, até porque muitos deles, com honrosas excepções, se haviam passado, com armas e bagagens, para o sol nascente.

A configuração política e sociológica do país permanecia a mesma. Republicanos incorruptíveis, pobres como Job, dirigiram a nau do Estado e os adversários da véspera começaram a instalar-se nas posições cimeiras das finanças, da economia, da educação e das Forças Armadas.

Durante os 16 anos que durou a República de 5 de Outubro sofreria ela os embates de duas incursões monárquicas, com intervenção subsequente na guerra da Flandres e em África, no cumprimento rigoroso da aliança com a Grã-Bretanha.

Certo que, no transcurso desse tempo, as dificuldades económicas haviam de surgir, mas Afonso Costa equilibraria o Orçamento Geral do Estado sem o recurso habitual a empresti-

mos. O rescaldo da guerra preservava o nosso património nacional, continental e ultramarino (este último tão ambicionado por chancelarias suspeitas) acrescido do enclave de Kionga.

Entretanto os Republicanos desentendiam-se, a luta entre Afonso Costa e António José de Almeida tomava foros de indignação e protesto, a família democrática dividia-se e subdividia-se, esquecendo-se que um exército comandado por reaccionários preparava o assalto á cidadela da Liberdade. E assim sucedeu na madrugada de 28 de Maio de 1826.

2 – A ditadura, a princípio com promessas de regresso á constitucionalidade, encontrava em Salazar e na escola Coimbrã, aliada aos «interesses económicos» o motor de um fascismo, original mas fascismo mesmo.

Durante cerca de 50 anos o país sofreu as inclemências conhecidas, grilhetado pela censura e pela polícia política com o seu cortejo de perseguições de toda a espécie.

De nada valera para nós a vitória dos aliados na guerra contra o fascismo e a coisa continuou com os germanófilos em glória e os aliadófilos na cadeia.

Para cúmulo das nossas desgraças uma guerra colonial, sem norte, desbaratou a economia, um silêncio tumular na sociedade portuguesa, milhares de jovens perderam a vida ou ficaram mutilados, e os mesmos de sempre organizaram os monopólios perante a miséria de um povo desgraçado que acabaria, grande parte dele, por atravessar as fronteiras á procura do pão de cada dia.

É aqui que temos de situar o 25 de Abril, com os seus capitães e o seu povo.

O 25 de Abril, sem minimizar o valor dos seus militares, era o corolário fatal da revolta clandestina de uma população que, nos recessos da sua consciência, jamais se demitiria.

Se alguma vez algúém julgou que uma transformação política como esta se processaria, no Mar da Palha, enganou-se.

Estar-nos-iam guardados dias amargos, sobressaltos, erros, torpes adesivagens – o sudário tradicional de todas as transformações sociais.

Já é tempo de preservarmos o 25 de Abril em ordem a defender as liberdades reconquistadas, á sombra de uma Constituição que há-de continuar a ser a de 1976, mas uma Constituição que envereda, definitivamente, pelos caminhos do Socialismo Democrático que há-de subsistir no artigo n.° 2 do diploma fundamental.

Uma onda fascistóide instalou-se no poder na tentativa de preverter Abril. Também desta vez se enganaram, pois o antifascismo continua a ser a preocupação dos que têm em boa conta a sua dignidade e a dos outros.

E por aqui me fico com esta certeza.

Cinco passos de um projecto pessoal

O 25 de Abril

No palco das ruas de Portugal, o povo tem sido o actor principal das comemorações do 25 de Abril, como já fora, lado a lado com o MFA, da própria Revolução.

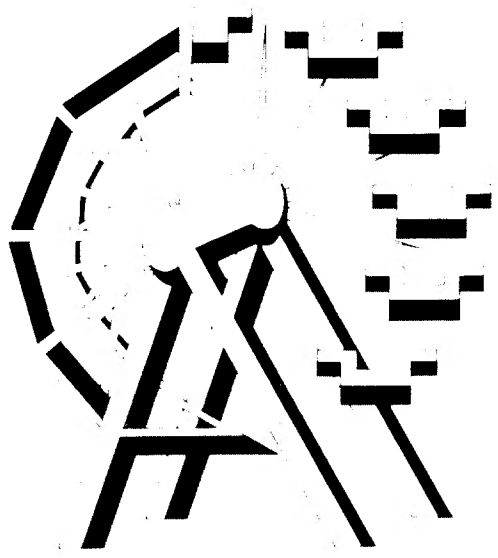
Mas no domínio fechado da política portuguesa, as palavras do actual Presidente da República são, desde 1977, o interesse maior dos que zelam pela coisa pública. Consideradas como a chave para a cabala, porque a uns dão soluções e a outros pretextos, as intervenções presidenciais nas festas de Abril deram origem a polémicas tumultuosas, a oportunos apoios, fizeram cair Governos. Foram os anos de brasa de «maiorias minoritária», de executivos sem apoio, de reajustamentos forçados. Foi o período para todos difícil da «normalização democrática», quando o «PREC» foi lançado às urtigas e o socialismo «engavetado».

Hoje, oito anos de saudades acumuladas, recorda-se aqui o que têm sido o 25 de Abril do actual Presidente da República, polémico e afirmativo até 1979, consensual e cooperante nos dois anos seguintes.

Tónica comum aos discursos presidenciais de 25 de Abril é a invocação do seu mandato para actuar na cena política, subordinado aos princípios que jurara defender e que definia assim, no dia da sua posse em 14 de Julho de 1976: **Apresentei-me aos portugueses com o compromisso solene de cumprir a Constituição, não como um quadro de referência mas como um projecto de vida colectiva... Encerrámos o ciclo do Império e eis-nos perante a tarefa de continuar a Pátria nas primitivas terras que nasceram portuguesas. Emergimos da noite totalitária e logo tivemos de fazer face a repetidas tentativas de regresso a um passado em que só porventura mudariam os dominadores... Temos à nossa frente dificuldades que é imperioso vencer para assegurar a consolidação da democracia e abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito permanente pela vontade do povo português.**

Primeiro passo

Meses depois, o Presidente enfrenta a primeira grande tempestade política. O Governo Ps estava cada vez mais fraco, en-



feira popular de lisboa 1982

1943-1982

nascemos em 1943,
continuamos jovens
em 1982

esperamos por si

OBRAS

COOPERATIVA COM ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO CIVIL, EXECUTA COM TÉCNICA E RAPIDEZ, OBRAS NOVAS E REPARAÇÕES GERAIS.

ESCRITÓRIO — TELEF.: 82 47 09

VISITE A DISCOTECA

FILINTO

AV. 5 DE OUTUBRO, 53 -A — LISBOA
TELEF.: 53 50 40

FILINTO

CENTRO DE FOTOCÓPIAS — DESDE $70
CÓPIAS OZALID

XEROCÓPIAS A 1$00 A PARTIR DA 1.ª CÓPIA

Plastificações — Encadernações — Offset
Alseamento Mecânico
Artigos Escolares e de Escritório
Damos apoio a Congressos

DEPENDÊNCIA DA DISCOTECA FILINTO
Av. João Crisóstomo, 33-A — Tel.: 57 01 68 — Lisboa

VISITE A CHECOSLOVÁQUIA

3 a 15 Julho — PRAGA, SPINDLERUV MLYN, SNEZKA, LIBEREC, JABLONEC, LIDICE, KARLSTEJN.

31 Julho a 12 de Agosto — PRAGA, MARIANSKÉ, LAZNÉ, KARLOVY VARY, LIDICE, KARLSTEJN.

14 a 26 de Agosto — PRAGA, LUHACOVICE, BRNO, GOTT WALDOV, KARLSTEJN, LIDICE.

TODAS AS DESPESAS INCLUÍDAS

Visitas sociais e programa cultural
Inscrições e informações na:

Associação Portugal-Checoslováquia
Rua Artilharia Um, 105, 4.º - Telef. 68 85 87 - 1000 Lisboa

Com a colaboração da Agência MUNDIRAMA

Cinco passos de um projecto pessoal

do Presidente

costado à parede por diversas espadas – a do FMI, a do descontentamento popular, a dos partidos que dentro em breve (do PCP ao CDS) se negariam a votar uma moção de confiança.

A estas espadas se junta a, entre todas mais poderosa, do Presidente eleito pelo sufrágio universal e, como CEMGFA, incontestado chefe das Forças Armadas. Foi dos mais violentos discursos presidenciais:

O desencanto que se apodera já de muitos é fruto de três anos de hesitações e de erros assevera, para depois fazer um longo e duro requisitório:

Que é feito da fraternidade que encheu as ruas e os campos deste País? Que é feito das torrentes de alegria com que nos lançámos na construção de um País diferente, de uma Pátria renovada? Que é feito da tolerância e do respeito com que decidimos conviver? Que é feito da segurança e da paz assente na justiça que afirmámos respeitar? Que é feito das habitações que quisemos construir? Que é feito da saúde que decidimos melhorar? Que é feito da educação que nos propusemos elevar? Que é feito da velhice que nos obrigámos a proteger? Que é feito do trabalho que prometemos redobrar? Que é feito da riqueza que protestámos aumentar? Que é feito das promessas de uma vida melhor que nos propusemos atingir?

Às perguntas de fácil ressonância popular, o Presidente não deu resposta directa. Mas mesmo assim, foi adiantando e apontando responsáveis: *Se temos o crédito das liberdades e dos direitos conquistados, se temos a segurança da democracia a definir as regras do comportamento político, se temos a esperança de um povo a respeitar, nada pode desculpar que os ideiais de Abril continuam por concretizar, à mercê dos que deles se servem, sem servir a Pátria.*

E noutro passo: *Portugal viveu inundado de palavras e embriagado de promessas. Do vaivém dos profetas da abundância, ficou-nos um País empobrecido e um pouco atónito. O que antes lhe era negado invocando as várias heranças, passou a ser adiado invocando a crise.*

Era a polémica a rebentar principalmente com o Partido Socialista. Mas o Presidente mostrava-se também disposto a assumir um papel-chave na política portuguesa;

Porque recuso demitir-me das responsabilidades que o povo português colocou sobre os meus ombros, é meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias responsabilidades (...) Não hesitarei em tomar medidas necessárias e correctas que assegurem a viabilidade da Nação como sociedade livre onde valha a pena viver. Para tal contribuirão, com igual espírito, as Forças Armadas, como parcela integrante da democracia e da Pátria portuguesas.

Segundo passo

Os partidos ouviram o recado do Presidente. Protestaram, mas o Presidente era o verdadeiro árbitro da situação. Soares forma o II Governo Constitucional, a espúria aliança com o CDS, que faz o acordo com o FMI. E que cai depois do segundo discurso presidencial do 25 de Abril, em 1978.

O Presidente, ainda na Assembleia da República, um ano passado, não é o eco da festa das ruas:

Neste dia que devia ser de alegria e confiança, as palavras não podem ser usadas para ocultar ou iludir a gravidade da situação.

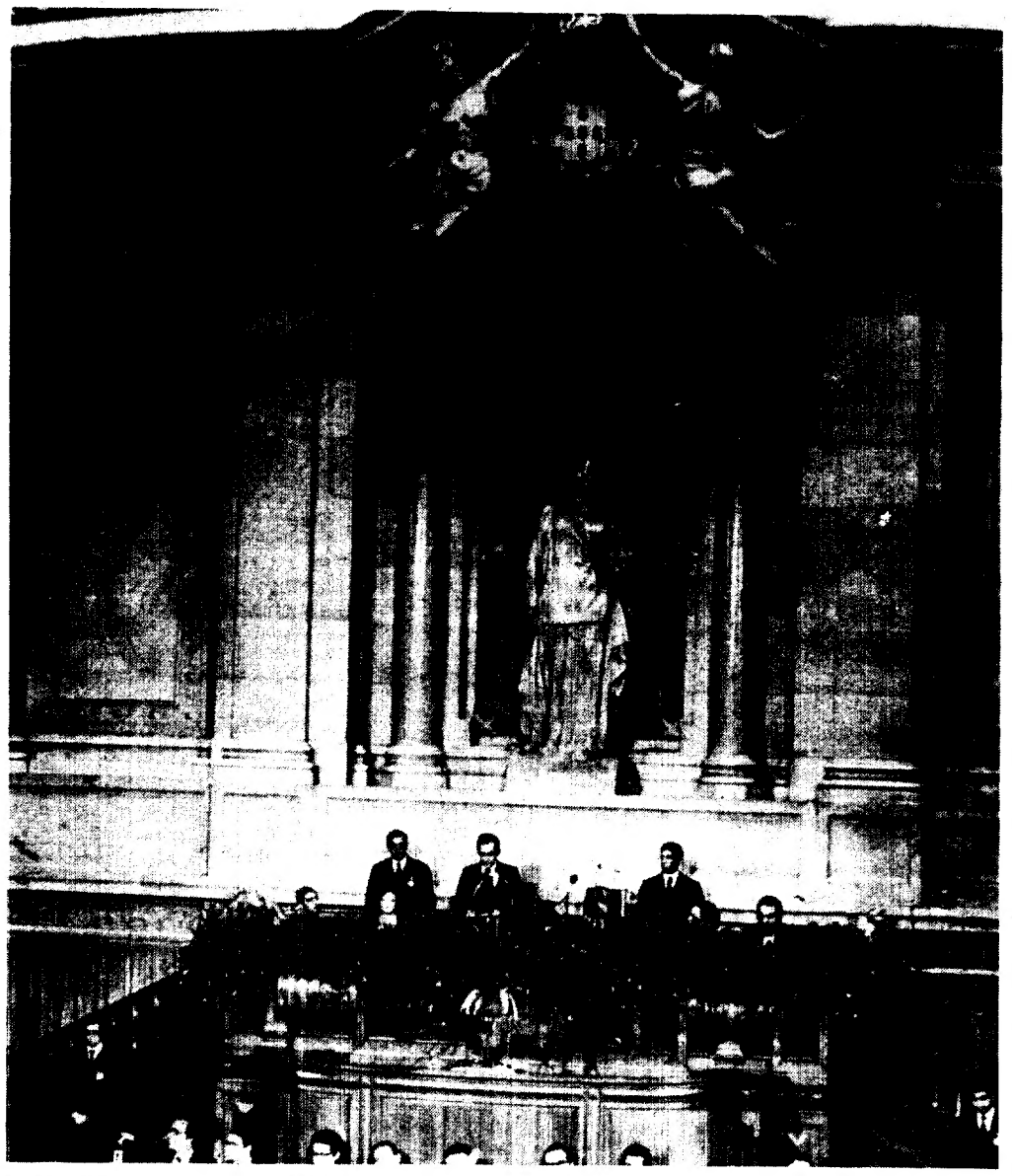
Para o Presidente, as principais preocupações do momento são **assegurar o funcionamento das instituições e garantir a existência de alternativas políticas, condição de validade e vitalidade da democracia.** E um voto é formulado: **«Que Abril não fique como esperança sem resposta».**

O projecto de vida colectiva que em 1976 era a Constituição da República, tem outro significado:

«Não é um texto imutável e intocável», mas **«um instrumento de liberdade e «segurança».**

E, mais adiante, a responsabilização dos políticos:

«Não é na Constituição que devemos procurar a justificação das nossas dificuldades, das incapacidades e insuficiências dos dirigentes políticos, de per-



GITUS

a solução
para as suas férias e tempos livres

Grupo Intersindical de Turismo Social • Av. da Liberdade, 73, 3.º dir. — Lisboa — Tel.: 320070/320638

O MUNDO DO LIVRO
LARGO DA TRINDADE, 12

GRAVURAS ANTIGAS
E MODERNAS

PARA DECORAÇÃO DO SEU LAR

ESCRITÓRIOS • RESTAURANTES • HOTÉIS

LIVROS ANTIGOS
E MODERNOS

VISITE A NOSSA EXPOSIÇÃO

E CONSULTE OS NOSSOS PREÇOS

Cinco passos de um projecto pessoal

manência e afastamento dos factores de crise».

Terceiro passo

Semanas depois o CDS deixa o Governo e uns dias passados o Presidente da República diz *não* a Mário Soares. Este sai de Belém *«livre como um passarinho»* e passa à Oposição. Nobre da Costa não consegue a investidura e Mota Pinto tenta governar. Não tem Orçamento aprovado, é hostilizado na Assembleia da República, odiado nas ruas. No dia 25 de Abril de 1979 está perto do último estertor.

Mas o Presidente da República renova o seu apoio a esse Governo. No dia seguinte o «DL» titula – *«Na rua o povo aclama a Revolução de Abril – Eanes posto em minoria»*. E durante o discurso, António Arnaut não aguenta as vaias do protocolo e interrompe o Presidente com o definitivo *«não apoiado»*.

O Presidente afirmou nesse 25 de Abril:

«Como noutras ocasiões aconteceu, também agora podemos dizer que os mais temíveis adversários da democracia não são os antidemocráticos declarados – que não encontram acolhimento entre o povo português – mas os próprios democratas quando se deixam prender na teia de conflitos secundários e esquecem o campo real de entendimento que melhor responderia aos interesses de Portugal».

E garantiu:

«O povo português está cansado de esperar».

De seguida definiu cinco critérios políticos de actuação para si próprio (e, provavelmente, para os outros):

«Consolidar as estruturas e os órgãos fundamentais do Estado democrático de modo a que, no fim da fase de transição que se atinge em 1980, se passe a viver em plena normalidade democrática; aumentar a coesão e operacionalidade das Forças Armadas portuguesas, ao serviço da democracia e da independência nacional e promover a sua correcta inserção na Nação civil; promover a formação de executivos capazes de apresentar programas de Governo que correspondam aos valores essenciais afirmados e defendidos pelo povo português; assegurar o pragmatismo da acção política que as necessidades do país impõem e as possibilidades humanas e materiais determinam; manter como objectivo prioritário a implementação de mudanças nos sectores económicos e sociais que mais importam à construção democrática e à satisfação das esperanças legítimas abertas pelo 25 de Abril».

Na sequência destas palavras, o Presidente analisa as suas atitudes passadas e ratifica-as:

«Considero que as soluções (de Governo) *adoptadas foram as ajustadas ao tempo histórico, inclusive quando a única via que ficava aberta era a formação de governos democráticos extrapartidários que pudessem responder às principais dificuldades do país e oferecessem o tempo de meditação e de negociação de que os partidos necessitavam para superar as suas divergências».*

O Presidente ameaça também com *«uma intervenção política mais intensa»*, ao mesmo tempo que recusa *«qualquer solução política que se baseie na subalternização dos partidos, na limitação da liberdade de expressão política de forças que respeitem a liberdade democrática, ou na imposição militar».*

O Governo Mota Pinto é obrigado a demitir-se pelos partidos, em claro desafio ao Presidente, contestado à esquerda e à direita.

Quarto passo

O Presidente tem uma «flor de esquerda» – o Executivo Pintasilgo – que rapidamente murcha nas eleições de Outubro de 1979, depois de dissolvida a Assembleia. A AD e, principalmente Sá Carneiro, colhem os frutos que em parte foram semeados pelo Presidente, e a AD tem maioria absoluta.

Em 25 de Abril de 1980 Sá Carneiro é primeiro-ministro. O Presidente dá o passo largo que vai da crítica ao consenso, da ameaça à concórdia. E, curiosamente, é também neste ano de 80 que Eanes faz três discursos comemorativos do 25 de Abril. Na Assembleia, é o chefe de Estado que fala, o supremo magistrado; em Belém, na entrega das condecorações da Ordem da Liberdade, assume-se como defensor do regime democrático, o homem de Abril (e de Novembro); também, mas este cada vez mais esfumado no passado; finalmente, na Praça do Império, fala o chefe militar.

Sobre os condecorados em 1980 diz que a privação da liberdade *«fez avultar, numa perspectiva histórica, a consciência da dívida do povo português para com os vivos e os mortos que se agigantaram na defesa da Democracia»* e lembra que *«não tendo sacrificado as suas ambições à prepotência dos*

FINALMENTE EM PORTUGAL

ANTI-ROUBO PHILIPS

A PROTECÇÃO COMPLETA PARA O SEU AUTOMÓVEL

UMA AUTÊNTICA CENTRAL PROCESSADORA

1 — PROTEGE O VEÍCULO CONTRA AS TENTATIVAS DE ROUBO E FURTO LEVADAS A EFEITO POR:

Abertura das portas, arrombamento dos vidros, abertura da mala e compartimento do motor.

Acima de tudo protege o que se transporta

2 — RECOMENDADO PARA:

Carros, furgões, camiões e caravanas

3 — SISTEMA DE FUNCIONAMENTO:

O sistema é composto por uma "cabeça" que aloja os transductores e por uma central que processa todas as informações enviadas pelo transductor/receptor.
O funcionamento do "anti-roubo" PHILIPS é baseado no princípio do "efeito de Doppler". Quando o dispositivo está ligado, todas as moléculas de ar dentro do habitáculo são postas em vibração pelo transductor/transmissor que oscila mecanicamente a uma frequência de 39 KHz. Quando esta condição (de frequência) é alterada — por ex. por uma pessoa que entra no carro ou por uma janela que se parte, etc. — o alarme é activado.

VENDIDO E MONTADO POR:

CETRA CENTRO TÉCNICO DE REPARAÇÃO AUTOMÓVEL, SARL

R. CIDADE DE BOLAMA, 1-B, R. CIDADE DE BISSAU OLIVAIS SUL 1800 LISBOA TELEFS. 33 10 23/31 72 73/33 37 07

CONCESSIONÁRIO PHILIPS PARA VENDA E INSTALAÇÃO DE AUTO-RÁDIOS

VIAGENS À R.D.A.

Abertas a sócios e não sócios

VISITE
A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ
ESTE ANO!

Alojamento em hotéis de 1.ª e luxo, pensão completa e todas as visitas incluídas.

3 PROGRAMAS DIFERENTES, todos com estadias em Berlim, capital da RDA, e nas principais cidades e zonas turísticas do país:

	Percurso aéreo	
— via Frankfurt	(13 dias)	42 700$00
— directo a Berlim	(14 dias)	45 400$00
— via Copenhaga	(10 dias) 46 150$00	(com 2 dias em Copenhaga)

Inscrições e informações na

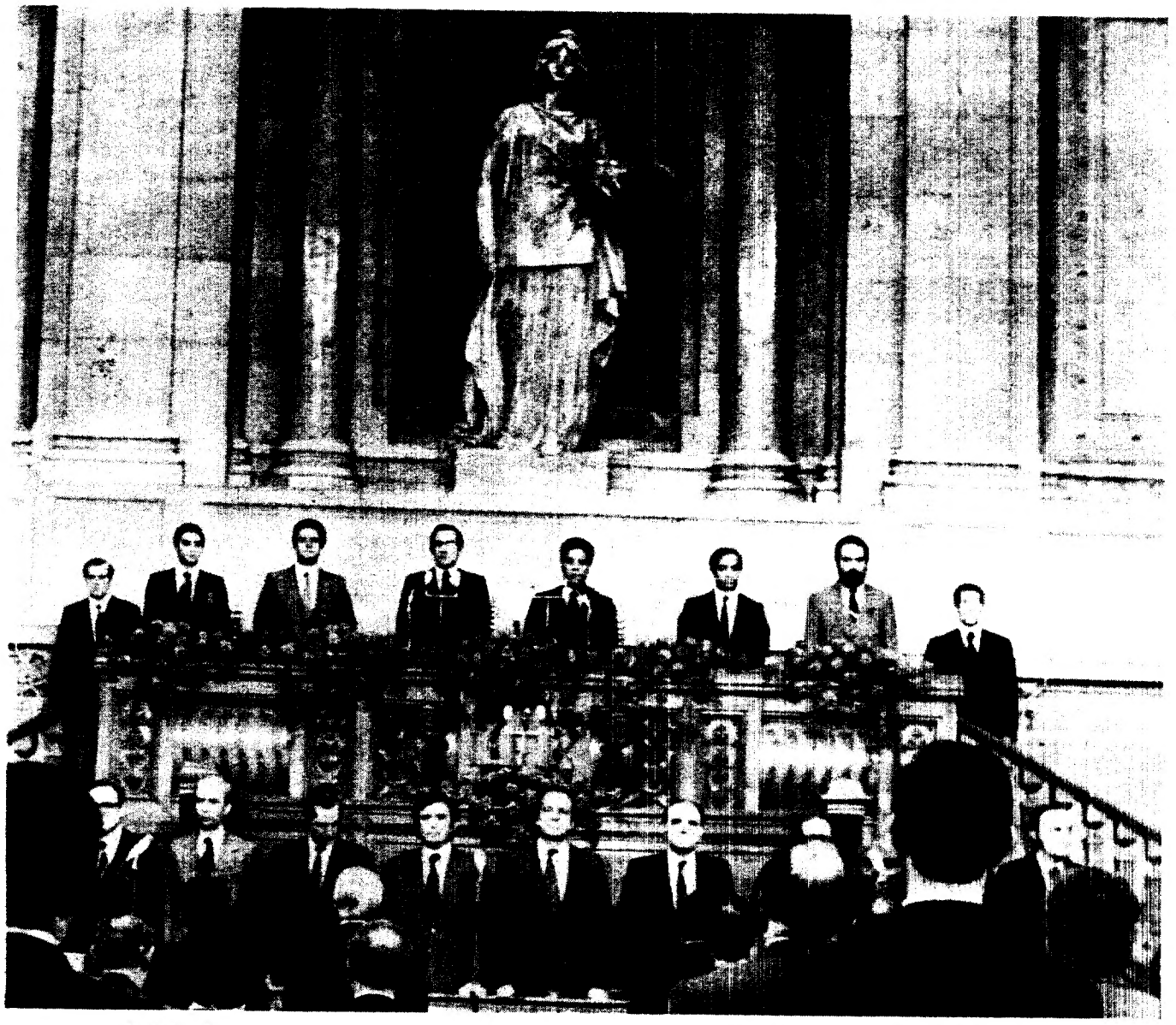
ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-RDA

Pr. José Fontana, 17-4.º
1000 Lisboa
Tel.: 539821/2 (das 15 h às 19 h)

Em colaboração com a Agência

abreu

Cinco passos de um projecto pessoal



dadores de benesses, fizeram da sua luta política um percurso de efeito libertador, vivificante para a sociedade no seu todo».

No Parlamento o Presidente defende activamente o consenso contra a bipolarização:

«É possível e necessária a construção de núcleos centrais democráticos estabilizados, capazes de neutralizar os extremismos». E reafirma, ou melhor, avisa, que as Forças Armadas não se envolvem na vida política (as eleições presidenciais estão à porta).

Aos militares, o general recorda que as Forças Armadas têm o «dever imperativo de não se servir das armas em benefício de qualquer solução política particular. Têm a obrigação institucional de se manter coesas, disciplinadas e hierarquicamente comandadas para cumprir as missões que a Nação soberana lhes confie».

Quinto passo

São intervenções moderadas, em que o Presidente tem em conta uma nova relação de forças entre os órgãos do poder, e, nomeadamente, esse elemento novo que é uma AD forte e ainda coesa, com importância política idêntica à do Presidente. As eleições aproximam-se. O Presidente é o principal alvo político do Governo e da Maioria. Mas falta-lhes a pontaria . . . e Soares Carneiro perde as eleições. Das cinzas de um «Cessna», em Camarate, renasce a figura do Presidente como homem forte da política portuguesa.

Em 1981, com os antifascistas premiados com a Ordem da Liberdade, afirma que *«tal como no passado, a defesa da liberdade e do regime democrático exigem de todos nós uma mobilização constante».*

Na Assembleia, perante o fraco Governo Balsemão, que meses depois, sem interferência presidencial, se demitiria, o tema principal do Presidente é o da solidariedade institucional:

«A solidariedade institucional é uma prova da responsabilidade democrática e não um mero artifício de conjunturas, que seria útil invocar apenas quando fosse conveniente e sempre para compensar qualquer deficiência de apoio político. A solidariedade institucional é, sempre, o consenso político necessário entre aqueles que recebem a legitimidade democrática na qual se fundamentam o seu poder e a sua responsabilidade. Em qualquer caso, a solidariedade institucional terá de se considerar incompatível com os desejos de hegemonia e com as vontades da subordinação».

Termina assim o registo de cinco momentos diferentes da intervenção presidencial. De cinco passos percorridos num percurso político contraditório, como a realidade política portuguesa. De cinco jogadas em que se cimenta também um projecto pessoal.

Hoje, na Assembleia da República, vai-se ouvir o sexto discurso.

O lamaçal de incompetência que é o Governo Balsemão muito provavelmente, como aconteceu o ano passado, como aconteceu com Sá Carneiro há dois anos, vai sair incólume desta provação.

É que a intervenção do Presidente implicitou sempre a existência de uma alternativa. Que hoje ainda não existe para Ramalho Eanes.

José Manuel Vilaça

COLECÇÃO
CAMINHOS DA REVOLUÇÃO

DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO

JOHN REED

Um clássico que é a mais completa e fiel reportagem sobre a Revolução de Outubro

"O livro de Reed oferece um quadro integral da revolta das massas como ela realmente aconteceu."
Krúpskaia

"Eis um livro que gostaria de ver publicado em milhões de exemplares e traduzido em todos os países."
Lénine

edições Avante!

VIVA O 25 DE ABRIL

Ao saudarmos o 25 de Abril, queremos saudar a Constituição da República pelo que ela representa de respeito pelos interesses e objectivos das classes trabalhadoras, pelo que ela representa dos anseios de um povo em luta pela sua emancipação, pelo que representa do próprio espírito do 25 de Abril.

No vasto conjunto de direitos, liberdades e garantias individuais e colectivas dos trabalhadores, que a Constituição reconhece e consagra, estão presentes os grandes objectivos que animam a luta das massas trabalhadoras pela sua emancipação e que constituem já um património histórico do movimento operário e popular português, ao qual a CGTP-IN se orgulha de pertencer, em posição destacada, como depositária das tradições das organizações representativas dos trabalhadores portugueses.

Se a Constituição fosse cumprida, seguramente que não teríamos assistido ao agravamento da situação económica e de intensificação de exploração, ao aumento da insegurança no emprego, do crescimento do desemprego e da repressão patronal.

Eis, por isso, razões inultrapassáveis para que os trabalhadores portugueses e as suas organizações defendam e exijam o cumprimento da Constituição de Abril já que ela corresponde às mais legítimas e profundas aspirações do povo português.

Se é verdade que cabe à Assembleia da República decidir sobre a revisão constitucional, esta contudo nunca poderá corresponder à elaboração de uma nova Constituição, na qual se altera para pior o regime político, a organização económica e os direitos dos cidadãos.

A Constituição de Abril, fixa, ela própria, os mecanismos e os limites à sua revisão, justamente para impedir que, através de maiorias conjunturiais, se possa descaracterizar o regime democrático, por meio de uma alteração dos seus traços essenciais.

A luta desenvolvida pelos trabalhadores permitiu derrotar os projectos da AD de rever antecipada e inconstitucionalmefte a Constituição, através da destruição das Nacionalizações, da Reforma Agrária e da limitação dos direitos e liberdades fundamentais.

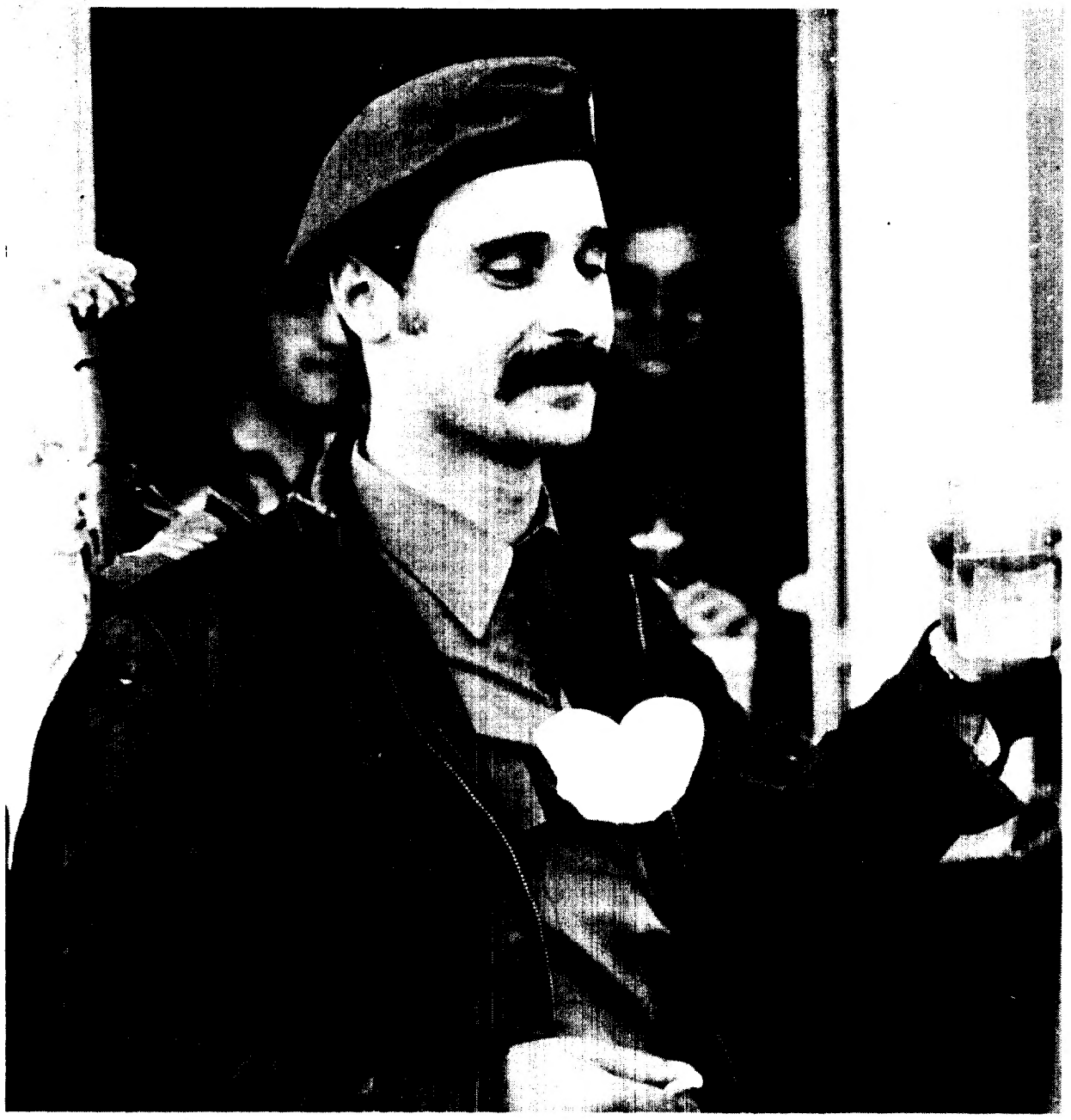
O 25 de Abril veio trazer aos trabalhadores e às classes mais desfavorecidas do nosso povo, a esperança num futuro melhor, numa sociedade mais justa, mais fraterna, mais humana.

Cabe às forças democráticas honrar os seus próprios compromissos, cumprirem com as responsabilidades assumidas para com o povo português.

E, entre outros, o de dar sentido ao princípio constitucional de «libertar o homem de todas as formas de exploração e opressão» e que implica, desde já, que nos libertemos deste Governo e da AD que já deram provas suficientes de não respeitarem as novas realidades criadas com o 25 de Abril e se declaram contra os princípios fundamentais da Constituição.

O Secretariado Nacional
da CGTP-IN

25 de Abril



A saga

Deles falou o país, deles falará a História. Derrubando um regime, escancararam as porta ao sonho. Com eles, o discurso político passou a estar ao alcance de todos. Mas eis que Abril dá lugar a Novembro e soa a hora da desforra. E é aí que, para alguns dos «Capitães de Abril», a saga se transforma em drama...

A lógica política é implacável. A crueza e os meandros da política raro se compadecem com o passado de cada um, por mais brilhante que seja. Os «Capitães de Abril», ao tornarem Abril possível e ao atrelarem-se a uma composição desenfreada – o período revolucionário que se seguiu –, lançaram o pânico em toda a Europa capitalista. E esta não tardou a reagir.

Com maior ou menor arte, com realismo ou ingenuidade, escolheram como pouso uma trincheira na frente de combate. Esqueceram-se que «em assunto tão perigoso como é a guerra, os erros atribuídos à bondade do coração e à grandeza da alma são precisamente os piores» (*Clausewitz, Arte e Ciência da Guerra*). Lógico que as forças adversas, pouco dadas à «bondade do coração» e à «grandeza da alma», lhes cravassem, uma vez na mó de cima, o punhal da inclemência. O susto fora grande, havia que ajustar contas...

O ajuste verificou-se com o 25 de Novembro. Dessa data saiu uma coorte de marginalizados. Homens que durante uma ou duas décadas tinham pautado o seu ritmo pelo «um, dois, esquerda, direita...», viram-se, num ápice, afastados da instituição militar.

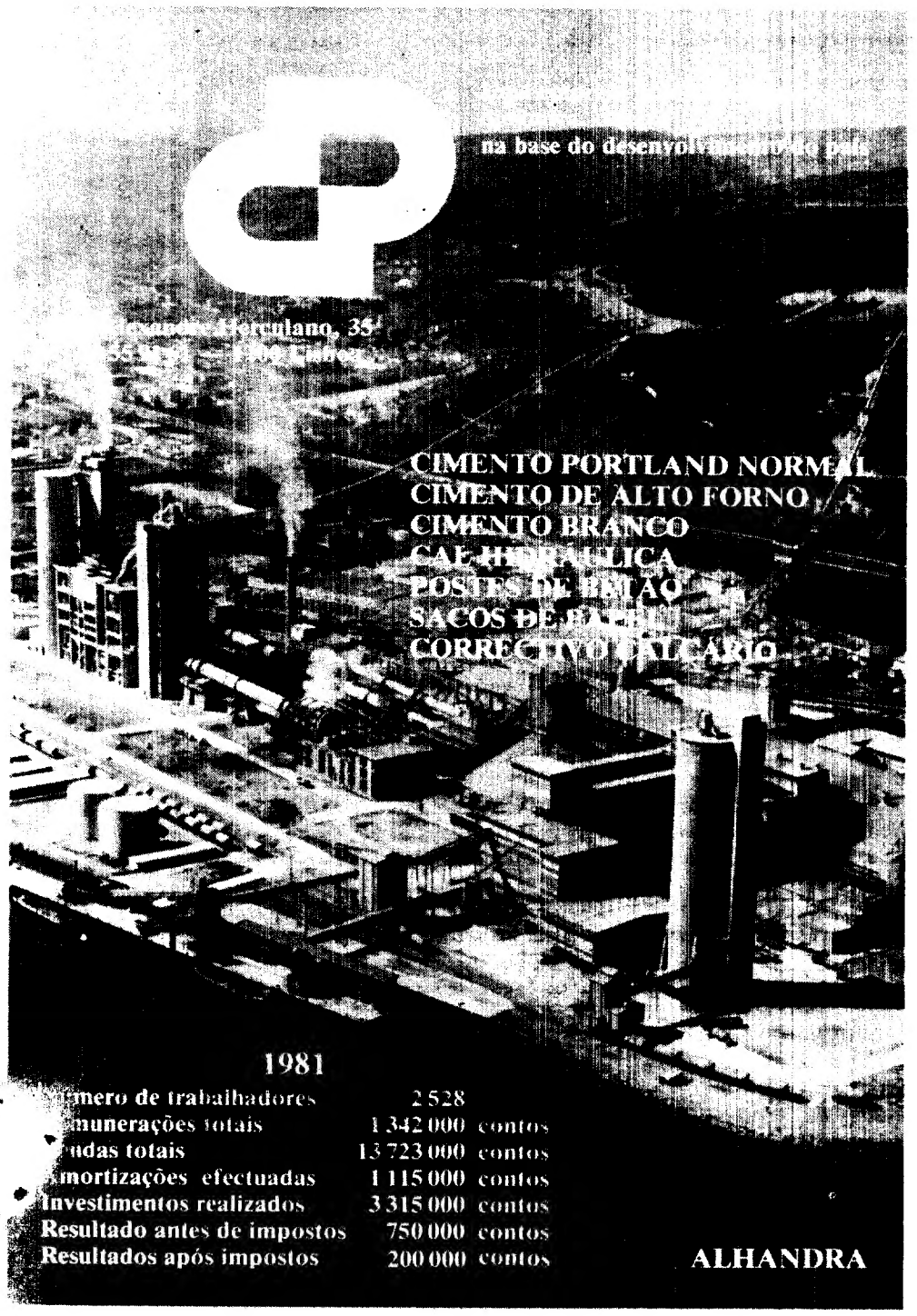
As razões invocadas para essa marginalização, foram várias e nem sempre muito transparentes. Recorreu-se ao RDM bolorento, a leis do antigo regime, nalguns casos a despachos administrativos sem qualquer base legal.

Chegou-se ao ponto de afirmar que «a apreciação dos oficiais é, fundamentalmente, uma apreciação, não de factos e atitudes concretas, mas de qualidades». Afirmações como estas multiplicaram-se em acórdãos proferidos pelo Supremo Tribunal Militar, órgão de que faz parte o general Soares Carneiro, em processos sujeitos à sua decisão. E isso, sem que o STM se preocupasse com o facto de subverter, assim, fundamentais princípios de Direito – «todo o juízo de valor tem de ser apoiado em factos concretos, devidamente comprovados»; já depois de o novo Código de Justiça Militar conter uma definição objectiva de crime essencialmente militar, em substituição daquela que o mandava aplicar aos militares só pelo facto de o serem.

Amnistia: uma panaceia ainda por aplicar

Da matéria «de facto» de que os militares são acusados, não há recurso. Apenas lhes é possível recorrer da matéria de Di-

➧



Associação dos Inquilinos Lisbonenses

(SOCIEDADE COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA)

AV. ALMIRANTE REIS, 12 — TEL. 53 60 70/57 32 14 LISBOA-1

VIVA O 25 DE ABRIL!

Decorrido oito anos mas com a AD instalada no poder, vastas camadas sociais e o povo trabalhador em geral, têm sido o alvo preferencial dos ataques desferidos pelos Governos AD.

Os constantes e vertiginosos aumentos de preços e consequente deterioração do poder de compra não cessam.

A degradação de vários sectores da vida portuguesa, designadamente o da habitação, é bem demonstrativa da desgovernação dos Governos da AD.

O corte de crédito para aquisição de habitação própria, a extinção do Fundo de Fomento da Habitação, a não aplicação das Finanças Locais, que inviabiliza a contrução de habitação social pelas Autarquias, e o «PACOTE DA HABITAÇÃO» tornaram a situação global da habitação cada vez mais grave.

Mas, como se ainda não bastasse, o Governo AD prepara-se para publicar um Decreto-Lei através do qual tornará obrigatória a participação dos inquilinos nas despesas de conservação da habitação, e, também, permitir aos senhorios passar as actuais rendas para o regime de rendas actualizáveis anualmente, ou seja permitir o aumento anual das rendas através de quantitativos a estabelecer por portaria!!!

A AD prometeu uma casa para cada família, uma casa para todos, mas, a realidade está à vista.

O povo português, nomeadamente os inquilinos, estão fartos de falsas promessas.

Comemorar o 25 de Abril repudiando a política antipopular do Governo AD, concretamente o seu «PACOTE DA HABITAÇÃO» e exigir o seu afastamento da área do Poder é um acto democrático a que a A.I.L., na legítima defesa dos direitos dos inquilinos em geral e dos seus associados em particular desde já se associa.

Independentemente das convicções políticas e ideológicas dos seus associados, a Direcção da A.I.L. apela para que participem nas comemorações de tão gloriosa data.

UM INQUILINO SOZINHO NADA PODE!
JUNTOS SÃO UMA FORÇA!

- **POR UMA HABITAÇÃO DIGNA!**
- **NÃO AOS DESPEJOS!**

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO
José Godinho

NOVO HORÁRIO DOS SERVIÇOS DA SEDE

Correspondendo aos legítimos anseios dos associados e atendendo a algumas sugestões apresentadas no sentido de a A.I.L. se encontrar aberta à hora do almoço foi recentemente acordado entre a Direcção e os trabalhadores que a partir do passado dia 12 do corrente os serviços da sede funcionem ininterruptamente das 09.00 h às 21.00 h.

transformada em drama...

25 de Novembro

MATINGRAFE

O NOSSO SLOGAN CONTINUA A SER...

...SE QUER UMA ... USE...

...TINTAS DE IMPRESSÃO GRAFIPRISMA	TECNOLOGIA COATES BROTHERS INKS
...CHAPAS PRESENSIBILIZADAS FRANK HORSELL	TAUROS ULTRAPOS ULTRANOVA
...CAUCHUS FRANK HORSELL	

TRIDEL

TRÊS PRODUTOS FUNDAMENTAIS DE ALTA QUALIDADE PARA QUAISQUER DEMONSTRAÇÕES

TELEFONE E RECEBERÁ A VISITA DE UM DOS NOSSOS TÉCNICOS

25 de Abril — 25 de Novembro

reito. Daí resulta que muitos não possam hoje, por via dessa norma, ver revistas as acusações por que foram condenados, nem ilibados de acusações de actos que não cometeram. Refugiando-se em tal delimitação, o STM deixa de ver aquilo que as mais das vezes é evidente.

A reconciliação nunca foi possível. A amnistia, último recurso possível, panaceia com que se pretendeu sanar algumas das injustiças entretanto cometidas (e não só...), ainda não foi totalmente aplicada. Por exemplo, aos militares da Força Aérea acusados dos mesmos «crimes» que os seus camaradas do Exército, já amnistiados. Isto porque o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) não reconhece a natureza política dos «crimes» em apreço, enquanto o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) tem opinião contrária. Não obstante, ainda existem no Exército oficiais que aguardam desde 1979 a aplicação da amnistia.

Preterição nas promoções

Exemplos significativos da inquidade e ineficácia da amnistia não faltam: um dos «capitães de Abril» que chegou a ser comandante de uma Região Militar, jamais poderá ser amnistiado porque se viu responsabilizado pela «prática de sevícias» verificadas (?) na sua região militar. Com efeito, e embora os «autores materiais» de tais «sevícias» tenham sido, todos eles, absolvidos em julgamento: apesar de não haver contra ele qualquer acusação de «prática de sevícias», não pode ser amnistiado porque a Lei da Amnistia não abrange a «prática de sevícias». Compreenda quem puder...

Para além dos «crimes» que levaram alguns militares à cadeia, nuns casos e, noutros, à inactividade – *«prateleira com eles!»*, soou a dada altura como uma palavra de ordem... –, uma outra forma, quiçá mais eficiente, foi institucionalizada: a preterição nas promoções.

Do ponto de vista ético, foi o mais acutilante golpe que a instituição castrense lhes desferiu. Irrevogável, a decisão atirou muitos para a reserva, compulsiva ou voluntária. As direcções das respectivas armas, não lhes reconhecendo «qualidades» para a promoção, rejeitaram-nos definitivamente.

Rosa Coutinho: situação «kafkiana»

O golpe vibrado marcou-os profundamente. «Foi um drama lixado. Dava a sensação que o corpo (a instituição militar) estava a rejeitar um órgão que não lhe era estranho» – comenta um oficial hoje na reserva. «Tanto mais – revela outro – que a injustiça se aliava ao paradoxo». Exemplos: oficiais de Infantaria gozando do maior prestígio – «de facto» e não «fabricado» –, viram-se afastados do serviço activo; mais de metade dos sargentos com maior nível de competência do corpo pára-quedista foram reintegrados no Exército (depois de terem passado seis anos em casa e proibidos de entrar em qualquer unidade da Força Aérea), as mais das vezes no desempenho de funções muito aquém das suas aptidões. Onde estavam, desta vez, as «qualidades» tão invocadas pela hierarquia?...

A senha descriminatória foi longe. Quando, por uma decisão do Supremo Tribunal Militar, a Armada se viu obrigada a reintegrar um dos seus oficiais, reagiu proibindo-lhe a entrada em qualquer unidade naval.

Assim, o mais antigo oficial general de quatro estrelas das Forças Armadas – o almirante Rosa Coutinho –, muito embora ainda se mantenha no activo é protagonista de uma situação «kafkiana»: não pode entrar em unidades navais.

O anedótico não ficou de fora...

As injustiças da Justiça Militar não se ficam por aqui. Outro oficial, este do Exército, só foi libertado depois de ter passado o máximo de tempo de detenção legal possível (seis meses), na cadeia da Trafaria. Trata-se do capitão Álvaro Fernandes que ainda permanece na situação de liberdade provisória, embora sem culpa formada.

A nível de injustiça, o anedótico não ficou de fora. O «caso» do major Costa Martins, já referido pela Imprensa, é exemplar. Viu indeferido um seu requerimento por «insuficiente identificação», já que se intitulava major da Força Aérea (o que realmente é) e não major *miliciano* da Força Aérea (o que nunca foi).

Outro «caso» ainda: um despacho administrativo do Director do Serviço do Pessoal do Exército mandou *abater* um grupo de oficiais ao Quadro Permanente. Em seguida, *aumentá-los* ao Quadro de Complemento. Por fim, *passá-los* à disponibilidade...

As Consequências da injustiça

As consequências da marginalização, da injustiça, não tardaram a fazer-se sentir. Foram de vária ordem: familiar, psíquica e material.

Na primeira fila, a familiar. Tal como vinha acontecendo desde o 25 de Abril na sociedade civil, os militares, sobretudo aqueles que saíram do 25 de Novembro na condição de «humilhados e ofendidos», não ficaram imunes a uma «epidemia» chamada divórcio.

«Sem nada para fazer», uma das expressões mais ouvidas durante a preparação deste trabalho, os militares expulsos, passados compulsivamente à reserva ou na «prateleira», sentiram-se diminuídos nas suas capacidades. O vicejar das suas obsessões dos respectivos caracteres e a erupção de uma agressividade geradora de rupturas.

O divórcio alastrou. «A família não aguentou a pedalada. Não aguentou, sobretudo a mulher, ver-se de um dia para o outro perante um estranho» – conta um capitão do Exército que também viu a sua situação conjugal «desfeita».

Equilíbrio psíquico em queda livre

A alteração de carácter esteve igualmente na base de diversos problemas psíquicos, embora raros, registados em militares afastados da instituição militar.

«Foi um drama tramado» – sublinha um sargento da Força Aérea. «Apontados a dedo como criminosos, abandonados por camaradas de anos, integrados, mal, numa sociedade totalmente diferente daquela onde tínhamos vivido, com graves problemas materiais e familiares, muitos houve que entraram em queda livre no respeitante a equilíbrio psíquico – acrescenta.

«Valeu-nos – invoca um 1.º Tenente da Armada –, o Clube Militar Naval. Foi o ninho protector de muitos. Nele, podíamos ao menos encontrar pessoas que não nos hostilizavam; nele encontraram-se forças para exorcizar os fantasmas do desânimo».

Depressões agudas houve-as. «Conheci um oficial que ficou completamente marado:

COMEMORAÇÕES EM ALJUSTREL

— CINEMA
— TEATRO
— DESPORTO
— MÚSICA
— CONVÍVIO
— EXPOSIÇÕES
— DESFILES
— INTERVENÇÕES
— LIVROS
— DISCOS
— SESSÕES
— DIVERSÕES
— POESIA
— ARTE
— ALEGRIA
— LUTA

25 DE ABRIL SEMPRE

A COMISSÃO ORGANIZADORA

CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ALENTEJO

25 DE ABRIL SEMPRE!

Pela oitava vez consecutiva o Povo do nosso concelho, associado a todo o Povo Português vai comemorar a data histórica do derrube da ditadura fascista.

A este acontecimento de enorme importância na vida nacional nenhum democrata pode ficar indiferente, passivo ou neutro.

Cada vez se torna mais necessária a participação activa de todos os trabalhadores, de todos os democratas, na luta que se trava em defesa dos ideais de Abril.

Façamos do 25 de Abril o nosso dia, o dia de todos os Portugueses, amantes do seu País, da Paz, da Liberdade e da Justiça Social.

Demonstremos aos pensadores do passado, que o sentimento de Liberdade continua vivo em todos nós.

O nosso povo Ama a Liberdade e saberá defendê-la em todas as circunstâncias.

VIVA O 25 DE ABRIL!
VIVA PORTUGAL!

«MANTER VIVA A ESPERANÇA DE ABRIL SERVINDO AS POPULAÇÕES»

Vicente Talon, do jornal madrileno «Pueblo» referindo-se à «caça implacável» aos homens do 25 de Abril: «a ordem é não deixar rasto dos galos de Abril, seja qual for a cor da sua plumagem»

via moscas a atacá-lo por todo o lado» – conta um ex-militar do Copcon. «A um capitão chegou a ser diagnosticada uma neurose reactiva» – relata outro oficial.

Por último, os problemas materiais. Quantos foram os oficiais que, com escassos anos de serviço, foram passados compulsivamente à reserva sem sálario ou com um salário considerado de «miséria»? Quantos houve, no activo, mas na «prateleira» ou a aguardar julgamento, que não puderam romper a situação do «não fazer nada», procurando colocação na vida civil, porque «um oficial no activo não pode exercer outra actividade»?

Quantos ainda, expulsos das fileiras, passados à reserva ou à reforma, se viram em «palpos de aranha» para arranjar colocação?

Um capitão do Exército responde: «foram legião!». E em adenda: «arranjar colocação foi, por vezes um martírio. Logo que sabiam quem éramos, batiam-nos com a porta na cara».

«Grassa a incompetência nas Forças Armadas»

No entanto, a reintegração na sociedade civil, embora inicialmente díficil e morosa, acabou por fazer-se. Alguns, como os majores Cuco Rosa e Campos Andrada, da PM, aproveitaram a situação de inactividade para concluírem cursos superiores, montando depois empresas de estudos e projectos. Outros, como o major Corvacho, da Região Militar Norte, passaram ao quadro de gestão de empresas de import/export. Outros ainda entraram para o ensino ou exercem actividades profissionais em empresas ligadas aos novos países de expressão portuguesa. Países esses onde não se esquece o papel determinante dos «capitães de Abril» no desenvolvimento do processo da respectiva libertação.

Em regra geral, a reintegração na sociedade civil viu-se com o passar dos tempos coroada de êxito. A competência demontrada nas novas ocupações profissionais revelou-se só por si um desmentido flagrante à por vezes alegada «incompetência militar».

Um militar, cujas qualidades profissionais o conduziram a uma fulgurante ascensão numa das maiores empresas do País, opina: «A incompetência que grassa nas Forças Armadas causa arrepios. Pudera! Proporcionaram brilhantes carreiras aos militares mais incompetentes, porque servis, e desembaraçaram-se daqueles que, competentes, não curvaram a cerviz...»

Regressar, sim! mas em plenitude...

Se lhe propusessem a reintegração nas Forças Armadas, aceitaria? Esta pergunta, colocada a vários oficiais, sargentos e praças, viu-se contemplada com amplo leque de respostas.

Uns, regressariam desde que estivessem certos de que iriam ser «úteis à sociedade». Outros, afirmam que se encontram já de tal maneira adaptados à sociedade civil que não voltariam «por nada deste mundo». Muito embora não renegando o passado afirmam já nada terem a ver «com aquilo».

Para outros, a reintegração representaria «ganhar», «uma pequena vitória». «Mas depois de obtida, pediríamos imediatamento a passagem à reserva» – revelam.

Razões de ordem política são invocadas por aqueles que não aceitam a sua passagem à reserva e lutam pela reintegração. «Em termos de coerência política, nenhum militar de Abril deve sair das Forças Armadas» – diz um capitão que aguarda a sua reintegração.

«Que reintegração?», interrogam outros. «Só aceitaria regressar desde que fosse em toda a plenitude» – afirma um major actualmente gerente de uma empresa comercial. E esclarece a sua posição: «Nunca aceitaria um regresso condicionado, para funções secundárias, com o estigma do 25 de Abril, para ser preterido nas promoções, etc. Se fosse reintegrado nessas condições, ganharia no aspecto ético invertendo a situação e pedindo a passagem à reserva».

«Voltaríamos a fazê-lo ... com maior saber»

E Eanes, o chefe militar do 25 de Novembro? Como é encarado o seu papel? Para a maior parte «Eanes entravou um processo libertador e prenhe de uma sociedade mais risonha para este povo», conforme definição de um ex-militar do Copcon. E à laia de justificação: «A população não vivia na miséria em que vive; nunca se hipotecou Portugal como agora...»

Ramanho Eanes é ainda acusado, como militar, de «ter resolvido todas as situações dos militares do 11 de Março e nenhuma dos do 25 de Novembro. Os casos ligados ao 25 de Novembro já resolvidos numa perspectiva positiva entenda-se, não o foram por sua interferência... » – afirmam outros militares.

Pesa também sobre Ramalho Eanes a acusação de ter imposto o «veto de bolso» à Lei da Amnistia, de modo a impedir «que, na altura justiça se fizesse».

Raros foram os que se quiseram pronunciar sobre o papel desempenhado por Ramalho Eanes na sua qualidade de Presidente da República. Os depoimentos recolhidos apontam, no entanto, para uma mesma direcção:«tem sido um factor de estabilidade».

Num ponto os oficiais, sargentos e praças contactados estão de acordo: «Não estamos arrependidos do que fizemos. Voltaríamos a fazê-lo, embora com maior eficácia e saber...»

Manuel Anta
*** Celestino Amaral**

* Jornalista do «Portugal Hoje»

25 de Abril
1982
8º Aniversário

A União dos Sindicatos de Lisboa saúda a passagem do 8º Aniversário do 25 de Abril e apela a todos os trabalhadores do Distrito para que participem nas Comemorações de carácter unitário

Viva o 25 de Abril

Brecht: vencer com astúcia os inimigos da verdade

As cinco dificuldades

Bertolt Brecht

Hoje, o escritor que deseje combater a mentira e a ignorância tem de lutar, pelo menos, contra cinco dificuldades. É-lhe necessária a **coragem** de dizer a verdade, numa altura em que por toda a parte se empenham em sufocá-la; a **inteligência** de a reconhecer, quando por toda a parte a ocultam; a **arte** de a tornar manejável como uma arma; o **discernimento** suficiente para escolher aqueles em cujas mãos ela se tornará eficaz; finalmente, precisa de ter **habilidade** para difundir entre eles. Estas dificuldades são grandes para os que escrevem sob o jugo do fascismo; aqueles que fugiram ou foram expulsos também sentem o peso delas; e até os que escrevem num regime de liberdades burguesas não estão livres da sua acção.

1) A coragem de dizer a verdade

É evidente que o escritor deve dizer a verdade, não a calar nem a abafar, e nada escrever contra ela. É sua obrigação evitar rebaixar-se diante dos poderosos, não enganar os fracos, naturalmente, assim como resistir à tentação do lucro que advém de enganar os fracos. Desagradar aos que tudo possuem equivale a renunciar seja o que for. Renunciar ao salário do seu trabalho equivale por vezes a não poder trabalhar, e recusar ser célebre entre os poderosos é muitas vezes recusar qualquer espécie de celebridade. Para isso precisa-se de coragem. As épocas de extrema opressão costumam ser também aquelas em que os grandes e nobres temas estão na ordem do dia. Em tais épocas, quando o espírito de sacrifício é exaltado ruidosamente, precisa o escritor de muita coragem para tratar de temas tão mesquinhos e tão baixos como a alimentação dos trabalhadores e o seu alojamento.

Quando os camponeses são cobertos de honrarias e apontados como exemplo, é corajoso o escritor que fala da maquinaria agrícola e dos pastos baratos que aliviariam o tão exaltado trabalho dos campos. Quando todos os altifalantes espalham aos quatro ventos que o ignorante vale mais do que o instruído, é preciso coragem para perguntar: vale mais porquê? Quando se fala de raças nobres e de raças inferiores, é corajoso o que pergunta se a fome, a ignorância e a guerra não produzem odiosas deformidades. É igualmente necessária coragem para se dizer a verdade a nosso próprio respeito, sobre os vencidos que somos. Muitos perseguidos perdem a faculdade de reconhecer as suas culpas. A perseguição parece-lhes uma monstruosa injustiça. Os perseguidores são maus, dado que perseguem, e eles, os perseguidos, são perseguidos por causa da sua virtude. Mas essa virtude foi esmagada, vencida, reduzida à impotência. Bem fraca virtude ela era! Má, inconsistente e pouco segura virtude, pois não é admissível aceitar a fraqueza da virtude como se aceita a humidade da chuva. É necessária coragem para dizer que os bons não foram vencidos por causa da sua virtude, mas antes por causa da sua fraqueza. A verdade deve ser mostrada na sua luta com a mentira e nunca apresentada como algo de sublime, de ambíguo e de geral; este estilo de falar dela convém justamente à mentira. Quando se afirma que alguém disse a verdade é porque houve outros, vários, muitos ou um só, que disseram outra coisa, mentiras ou generalidades, mas **aquele** disse a verdade, falou em algo de prático, concreto, impossível de negar, disse a única coisa que era preciso dizer.

Não se carece de muita coragem para deplorar em termos gerais a corrupção do mundo e para falar num tom ameaçador, nos sítios onde a coisa ainda é permitida, da desforra do Espírito. Muitos simulam a bravura como se os canhões estivessem apontados sobre eles; a verdade é que apenas servem de mira a binóculos de teatro. Os seus gritos atiram algumas vagas e generalizadas reinvindicações, à face dum mundo onde as pessoas inofensivas são estimadas. Reclamam em termos gerais uma justiça para a qual nada contribuem, apelam pela liberdade de receber a sua parte dum espólio que sempre têm partilhado com eles. Para esses, a verdade tem de soar bem. Se nela só há aridez, números e factos, se para a encontrar forem precisos estudos e muito esforço, então essa verdade não é para eles, não possui a seus olhos nada de exaltante. Da verdade, só lhes interessa o comportamento exterior que permite clamar por ela. A sua grande desgraça é não possuírem a mínima noção dela.

2) A inteligência de reconhecer a verdade

Como é difícil dizer a verdade, já que por toda a parte a sufocam, dizê-la ou não parece à maioria uma simples questão de honestidade. Muitas pessoas pensam que quem diz a verdade só precisa de coragem. Esquecem a segunda dificuldade, a que consiste em descobri-la. Não se pode dizer que seja fácil encontrar a verdade.

Em primeiro lugar, já não é fácil descobrir **qual** verdade merece ser dita. Hoje, por exemplo, as grandes nações civilizadas vão soçobrando uma após outra na pior das barbáries diante dos olhos pasmados do universo.

Acresce ainda o facto de todos sabermos que a guerra interna, dispondo dos meios mais horríveis, pode transformar-se dum momento para o outro numa guerra exterior que só deixará um montão de escombros no sítio onde outrora havia o nosso continente. Esta é uma verdade que não admite dúvidas, mas é claro que existem outras verdades. Por exemplo: não é falso que as cadeiras sirvam para a gente se sentar e que a chuva caia de cima para baixo. Muitos poetas escrevem verdades deste género. Assemelham-se a pintores que esboçassem natuezas mortas a bordo dum navio em risco de naufragar. A primeira dificuldade de que falámos não existe para eles, e contudo têm a consciência tranquila. «Esgalham» o quadro num desprezo soberano pelos poderosos, mas também sem se deixarem impressionar pelos gritos das vítimas. O absurdo do seu comportamento engendra neles um «profundo» pessimismo que se **vende** bem; os outros é que têm motivos para se sentirem pessimistas ao verem o modo como esses mestres se vendem. Já nem sequer é fácil reconhecer que as suas verdades dizem respeito ao destino das cadeiras e ao sentido da chuva: essas verdades soam normalmente de outra maneira, como se estivessem relacionadas com coisas essenciais, pois o trabalho do artista consiste justamente em dar um ar de importância aos temas de que trata.

Só olhando os quadros de muito perto é que podemos discernir a simplicidade do que dizem: «Uma cadeira é uma cadeira» e «Ninguém pode impedir a chuva de cair de cima para baixo». As pessoas não encontram ali a verdade que merece a pena ser dita.

Alguns consagram-se verdadeiramente às tarefas mais urgentes, sem medo aos poderosos ou à pobreza, e no entanto não conseguem encontrar a verdade. Faltam-lhe conhecimentos. As velhas superstições não os largam, assim como os preconceitos ilustres que o passado frequentemente revestiu de uma forma bela. Acham o mundo complicado em demasia, não conhecem os dados nem distinguem as relações. A honestidade não basta; são precisos conhecimentos que se podem adquirir e métodos que se podem aprender. Todos os que escrevem sobre as complicações desta época e sobre as transformações que nela ocorrem necessitam de conhecer a dialéctica materialista, a economia e a história. Estes conhecimentos podem adquirir-se nos livros e através da aprendizagem prática, por mínima que seja a vontade necessária. Muitas verdades podem ser encontradas com a ajuda de meios bastante mais simples, através de fragmentos de verdades ou dos dados que conduzem à sua descoberta. Quando se quer procurar, é conveniente ter-se um método, mas também se pode encontrar sem método e até sem procura. Contudo, através dos diversos modos como o acaso se exprime, não se pode esperar a representação da verdade que permite aos homens saber como devem agir. As pessoas que só se empenham em anotar os factos insignificantes são incapazes de tornar manejáveis as coisas deste mundo. O objectivo da verdade é uno e indivisível. As pessoas que apenas são capazes de dizer generalidades sobre a verdade não estão à altura dessa obrigação.

Se alguém está pronto a dizer a verdade e é capaz de a reconhecer, ainda tem de vencer três dificuldades.

3) A arte de tornar a verdade manejável como uma arma

O que torna imperiosa a necessidade de dizer a verdade são as consequências que isso implica no que diz respeito à

NACIONAL RÁDIO
LIGAÇÃO AO CONFORTO

FAGOR
Candy
GRUNDIG
PROGRESS
KING

Quando o televisor, a arca frigorífica, o fogão, o frigorífico ou o aspirador são Grundig, Candy, King, Fagor ou Progress então o conforto é Nacional Rádio.
A Nacional Rádio é uma empresa com uma experiência de mais de 50 anos no sector electrodoméstico.
A alta tecnologia dos produtos comercializados pela Nacional Rádio assegura-lhes mais qualidade aliada à maior economia de utilização.

NR
A NACIONAL RÁDIO APOSTA NO FUTURO

REPRESENTANTES EM PORTUGAL SUL-NACIONAL RADIO-RUA BENTO DE JESUS CARAÇA, 17-CRUZ QUEBRADA-1495 LISBOA-OU APARTADO 2096-1102 LISBOA CODEX

para escrever a verdade

conduta prática. Como exemplo de verdade inconsequente ou de que se poderão tirar consequências falsas, tomemos o conceito largamente difundido, segundo o qual em certos países reina um estado de coisas nefasto, resultante da barbárie. Para esta concepção, o fascismo é uma vaga de barbárie que alagou certos países com a violência de um fenómeno **natural.**

Os que assim pensam, entendem o fascismo como um novo movimento, uma terceira força justaposta ao capitalismo e ao socialismo (e que os domina) Para quem partilha esta opinião, não só o movimento socialista, mas também o capitalismo teriam podido, se não fosse o fascismo, continuar a existir, etc. Naturalmente que se trata de uma afirmação fascista, de uma capitulação perante o fascismo O fascismo é uma fase histórica na qual o capitalismo entrou; por consequência, algo de novo e ao mesmo tempo de velho. Nos países fascistas, a existência do capitalismo assume a forma do fascismo, e **não é possível combater o fascismo senão enquanto capitalismo, senão enquanto forma mais nua, mais cínica, mais opressora e mais mentirosa do capitalismo.**

Como se poderá dizer a verdade sobre o fascismo que se recusa, se quem diz essa verdade se abstém de falar contra o capitalismo que engendra o fascismo? Qual será o alcance prático dessa verdade?

Aqueles que estão contra o fascismo sem estar contra o capitalismo, que choramingam sobre a barbárie causada pela barbárie, assemelham-se a pessoas que querem receber a sua fatia de assado de vitela, mas não querem que se mate a vitela. Querem comer vitela, mas nao querem ver sangue. Para ficarem contentes, basta que o magarefe lave as mãos antes de servir a carne. Não são contra as relações de propriedade que produzem a barbárie, mas são contra a barbárie.

As recriminações contra as medidas bárbaras podem ter uma eficácia episódica, enquanto os auditores acreditarem que semelhantes medidas não são possíveis na sociedade onde vivem. Certos países gozam do raro privilégio de manter relações de propriedade capitalistas por processos aparentemente menos violentos. A democracia ainda lhes presta os serviços que noutras partidas do mundo só podem ser prestados mediante o recurso à violência, quer dizer, aí a democracia chega para garantir a propriedade privada dos meios de produção O monopólio das fábricas, das minas, dos latifúndios gera em toda a parte condições barbaras, digamos que em alguns sítios a democracia torna essas condições menos visíveis. A barbárie torna-se visível logo que o monopólio já só pode encontrar protecção na violência nua.

Cartaz de Karl George Hirsch para a «Ópera de Pataco» de Brecht e Kurt Weil

Certas nações que conseguem preservar os monopólios bárbaros sem renunciar às garantias formais do direito, nem a comodidades como a arte, a filosofia, a literatura, acolhem carinhosamente os hóspedes cujos discursos procuram desculpar o seu país natal de ter renunciado a semelhantes confortos: tudo isso lhes será útil nas guerras vindouras. É lícito dizer-se que reconheceram a verdade, aqueles que reclamam a torto e a direito uma luta sem quartel contra a Alemanha, apresentada como verdadeira pátria do mal da nossa época, sucursal do inferno, caverna do Anticristo? Desses, não será exagerado pensar que não passam de impotentes e nefastos imbecis, já que a conclusão do seu blá-blá-blá aponta para a destruição desse país inteiro e de todos os seus habitantes (o gás asfixiante, quando mata, não escolhe os culpados).

O homem frívolo, que não conhece a verdade, exprime-se através de generalidades, em termos nobres e imprecisos. Encanta-o perorar sobre «os» Alemães ou lançar-se em grandes tiradas sobre, «o» Mal, mas a verdade é que nós, aqueles a quem o homem frívolo fala, ficamos embaraçados, sem saber que fazer de semelhantes ditames. Afinal de contas, o nosso homem decidiu deixar de ser alemão? E lá por ele ser bom, o inferno vai desaparecer? São desta espécie as grandes frases sobre a barbárie. Para os seus autores, a barbárie vem da barbárie e desaparece graças à educação moral que vem da educação. Que miséria a destas generalidades, que não visam qualquer aplicação prática e, no fundo, não se dirigem a ninguém.

Não nos admiremos que se digam de esquerda, «mas» democratas, os que só conseguem elevar-se a tão fracas e improfícuas verdades. A «esquerda democrática» é outra destas generalidades-álibis onde correm a acortar-se as pessoas inconsequentes, isto é, os incapazes de viver até às últimas consequências as verdades que quer a esquerda, quer a democracia contêm. Reclamar-se alguém da «esquerda democrática» significa, em termos práticos, que pertence ao grupo dos ineptos para revolucionar ou conservar as coisas, ao clã dos generalistas da verdade.

Não é a mim, fugido da Alemanha com a roupa que tinha no corpo, que me vão apresentar o fascismo como uma espécie de força motriz natural impossível de dominar. A escuridade dessas descrições esconde as verdadeiras forças que produzem as catástrofes. Um pouco de luz, e logo se vê que são homens a causa das catástrofes. Pois é, amigos: vivemos num tempo em que o homem é o destino do homem.

O fascismo não é uma calamidade natural, que se possa compreender a partir da «natureza» humana. Mas mesmo confrontados com catástrofes naturais, há um modo de descrevê-las digno do homem, um modo que apela para as suas qualidades combativas.

O cronista de grandes catástrofes como o fascismo e a guerra (que não são catástrofes naturais) deve elaborar uma verdade **praticável,** mostrar as calamidades que os que possuem os meios de produção infligem às massas imensas dos que trabalham e não os possuem.

Se se pretende dizer eficazmente a verdade sobre um mau estado de coisas, é preciso dizê-la de maneira que permita reconhecer as suas causas evitáveis. Uma vez reconhecidas as causas evitáveis, o mau estado de coisas pode ser combatido.

4) Discernimento suficiente para escolher os que tornarão a verdade eficaz

Tirando ao escritor a preocupação pelo destino dos seus textos, as usanças secular do comércio da coisa escrita no mercado das opiniões deram-lhe a impressão de que a sua missão terminava logo que o intermediário, cliente ou editor, se encarregava de transmitir aos outros a obra acabada. O escritor pensava: falo e ouve-me quem me quiser ouvir. Na verdade, ele falava e quem podia pagar ouvia-o. Nem todos ouviam as suas palavras, e os que as ouviam não estavam dispostos a ouvir tudo o que se lhes dizia. Tem-se falado muito desta questao, mas

Sepultura de Brecht e Weigel no cemitério da Chausseestrasse, em Berlim

As cinco dificuldades

mesmo assim ainda não chega o que se tem dito: limitar-me-ei aqui a acentuar que «escrever a alguém» deveio pura e simplesmente «escrever». Ora não se pode escrever a verdade e basta: é absolutamente necessário escrevê-la a **alguém** que possa tirar partido dela. O conhecimento da verdade é um processo comum aos que lêem e aos que escrevem. Para dizer boas coisas, é preciso ouvir bem e ouvir boas coisas. A verdade deve ser pesada por quem a diz e por quem a ouve. E para nós que escrevemos, é essencial saber a quem a dizemos e quem no-la diz.

Devemos dizer a verdade sobre um mau estado de coisas àqueles que o consideram o pior estado de coisas, e é desses que devemos aprender a verdade. Devemos não só dirigir-nos às pessoas que têm uma certa opinião, mas também aos que ainda a não têm e deviam tê-la, ditada pela sua própria situação. Os nossos auditores transformam-se continuamente! Até se pode falar com os próprios carrascos, quando o prémio dos enforcamentos deixa de ser pago pontualmente ou o perigo de estar com os assassinos se torna muito grande. Os camponeses da Baviera não costumam querer nada com revoluções, mas quando as guerras duram de mais e os seus filhos, no regresso, não arranjam trabalho nas quintas, tem sido possível ganhá-los para a revolução.

Para quem escreve, é importante saber encontrar o tom da verdade. Um acento suave, lamentoso, de quem é incapaz de fazer mal a uma mosca, não serve. Quem, estando na miséria, ouve tais lamúrias, sente-se ainda mais miserável. Em nada o anima a cantilena dos que, não sendo seus inimigos, não são certamente seus companheiros de luta. A verdade é guerreira, não combate só a mentira, mas certos homens bem determinados que a propagam.

5) Habilidade para difundir a verdade

Muitos, orgulhosos de ter a coragem de dizer a verdade, contentes por a terem encontrado, porventura fatigados com o esforço necessário para lhe dar uma forma manejável, aguardam impacientemente que aqueles cujos interesses defendem a tomem em suas mãos e consideram desnecessário o uso de manhas e estratagemas para a difundir. Frequentemente, é assim que perdem todo o fruto do seu trabalho. Em todos os tempos, foi necessário recorrer a «truques» para espalhar a verdade, quando os poderosos se empenhavam em abafá-la e ocultá-la. Confúcio falsificou um velho calendário histórico nacional, apenas lhe alterando algumas palavras. Quando o texto dizia: «O senhor de Kun condenou à morte o filósofo Wan por ter dito frito e cozido», Confúcio substituía «condenou à morte» por «assassinou». Quando o texto dizia que o Imperador Fulano tinha sucumbido a um atentado, escrevia «foi executado». Com este processo, Confúcio abriu caminho a uma nova concepção da história.

Na nossa época, aquele que em vez de «povo», diz «população», e em lugar de «terra», fala de «latifúndio», evita já muitas mentiras, limpando as palavras da sua magia de pacotilha. A palavra «povo» exprime uma certa unidade e sugere interesses comuns; a «população» de um território tem interesses diferentes e opostos. Da mesma forma, aquele que fala em «terra» e evoca a visão pastoral e o perfume dos campos favorece as mentiras dos poderosos, porque não fala do preço do trabalho e das sementes, nem no lucro que vai parar aos bolsos dos ricaços das cidades e não aos dos camponeses que se matam a tornar fértil o «paraíso». «Latifúndio» é a expressão justa: torna a aldrabice menos fácil. Nos sítios onde reina a opressão, deve-se escolher, em vez de «disciplina», a palavra «obediência», já que mesmo sem amos e chefes a disciplina é possível, e caracteriza-se portanto por algo de mais nobre que a obediência. Do mesmo modo, «dignidade humana» vale mais do que «honra»: com a primeira expressão o indivíduo não desaparece tão facilmente do campo visual; por outro lado, conhece-se de ginjeira o género de canalha que costuma apresentar-se para defender a honra de um povo, e com que prodigalidade os gordos desonrados distribuem «honrarias» pelos famélicos que os engordam.

Ao substituir avaliações inexactas de acontecimentos nacionais por notações exactas, o método de Confúcio ainda hoje é aplicável. Lenine, por exemplo, ameaçado pela polícia do czar, quis descrever a exploração e opressão da ilha Sakalina pela burguesia russa. Substituiu «Rússia» por «Japão» e «Sakalina por «Coreia». Os métodos da burguesia japonesa faziam lembrar a todos os leitores os métodos da burguesia russa em Sakalina, mas a brochura não foi proibida, porque o Japão era inimigo da Rússia. Muitas coisas que não podem ser ditas na Alemanha a propósito da Alemanha, podem sê-lo a propósito da Áustria. Há muitas maneiras de enganar um Estado vigilante.

Voltaire combateu a fé da Igreja nos milagres, escrevendo um poema libertino sobre a Donzela de Orleans, no qual são descritos os milagres que sem dúvida foram necessários para Joana d'Arc permanecer virgem no exército, na Corte e no meio dos frades.

Pela elegância do seu estilo e a descrição de aventuras galantes inspiradas na vida relaxada das classes dirigentes, levou estas a sacrificar uma religião que lhes fornecia os meios de levar essa vida dissoluta. Mais e melhor: deu assim às suas obras a possibilidade de atingir por vias ilegais aqueles a quem eram destinadas. Os poderosos que Voltaire contava entre os seus leitores favoreciam ou toleravam a difusão dos livros proibidos, e desse modo sacrificavam a polícia que protegia os seus prazeres. E o grande Lucrécio sublinha expressamente que, para propagar o ateísmo epicurista, confiava muito na beleza dos seus versos.

Não há dúvida de que um alto nível literário pode servir de salvo-conduto à expressão de uma ideia. Contudo, muitas vezes desperta suspeitas. Então, pode ser indicado baixá-lo intencionalmente. É o que acontece, por exemplo, quando sob a forma desprezada do romance policial, se introduz à sucapa, em lugares discretos, a descrição dos males da sociedade. O grande Shakespeare baixou o seu nível por considerações bem mais fracas, quando tratou com uma voluntária ausência de vigor o discurso com que a mãe de Coriolano tentou travar o filho, que marchava sobre Roma: Shakespeare pretendia que Coriolano desistisse do seu projecto, não por causa de razões sólidas ou de uma emoção profunda, mas por uma certa fraqueza de carácter que o entregava aos seus velhos hábitos. Encontramos igualmente em Shakespeare um modelo de manhas na difusão da verdade: o discurso de Marco António perante o corpo de César, quando repete com insistência que Brutus, assassino de César, é um homem honrado, descrevendo ao mesmo tempo o seu acto, e a descrição do acto provoca mais impressão que a do autor.

Jonathan Swift propôs numa das suas obras o seguinte meio de garantir o bem-estar da Irlanda: meter em salmoura os filhos dos pobres e vendê-los como carniça no talho. Através de minuciosos cálculos, provava que se podem fazer grandes economias quando não se recua diante de nada. Swift armava voluntariamente em imbecil, defendendo uma maneira de pensar abominável e cuja ignomínia saltava aos olhos de todos. O leitor podia-se mostrar mais inteligente, ou pelo menos mais humano que Swift, sobretudo aquele que ainda não tinha pensado nas consequências decorrentes de certas concepções.

São consideradas baixas as actividades úteis aos que são mantidos no fundo da escala: a preocupação constante pela sa-

Brecht, sua mulher Helena Weigel e dois actores do Berliner Ensemble durante os ensaios de «Ti Coragem»

As cinco dificuldades

tisfação de necessidades; o desdém pelas honrarias com que procuram engodar os que defendem o país onde morrem de fome; a falta de confiança no chefe quando o chefe nos leva a todos à catástrofe; a falta de gosto pelo trabalho quando ele não alimenta o trabalhador; o protesto contra a obrigação de ter um comportamento de idiotas: a indiferença para com a família, quando de nada serve a gente interessar-se por ela. Os esfomeados são acusados de gulodice; os que não têm nada a defender, de cobardia; os que duvidam dos seus opressores, de duvidar da sua própria força; os que querem receber a justa paga pelo seu trabalho, de preguiça, etc.

Numa época como a nossa, os governos que conduzem as massas humanas à miséria, têm de evitar que nessa miséria se pense no governo, e por isso estão sempre a falar em fatalidade. Quem procura as causas do mal, vai parar à prisão antes que a sua busca atinja o governo. Mas é sempre possível opormo-nos à conversa fiada sobre a fatalidade: pode-se mostrar, em todas as circunstâncias, que a fatalidade do homem é obra de outros homens. Até na descrição de uma paisagem se pode chegar a um resultado conforme à verdade quando se incorporam à natureza as coisas criadas pelo homem.

RECAPITULAÇÃO

A grande verdade da nossa época (só o seu conhecimento em nada nos faz avançar, mas sem ela não se pode alcançar nenhuma outra verdade importante) é que o nosso continente se afunda na barbárie porque nele se mantêm pela violência determinadas relações de propriedade dos meios de produção. De que serve escrever frases corajosas mostrando que é bárbaro o estado de coisas em que nos afundamos (o que é verdade), se a razão de termos caído nesse estado não se descortina com clareza? É nossa obrigação dizer que, se se tortura, é para manter as relações de propriedade. Claro que ao dizermos isso perdemos muitos amigos; aqueles que são contra tortura porque julgam ser possível manter sem ela as relações de propriedade (o que é falso).

Devemos dizer a verdade sobre as condições bárbaras que reinam no nosso país a fim de tornar possível a acção que as fará desaparecer, isto é, que transformará as relações de propriedade.

Devemos dizê-la aos que mais sofrem com as relações de propriedade e estão mais interessados na sua transformação, ou seja: aos operários e aos que podemos levar a aliarem-se com eles, por não serem propietários dos meios de produção, embora associados aos lucros e benefícios da exploração de quem produz. E, é claro, devemos proceder com astúcia.

Devemos resolver em conjunto, e ao mesmo tempo, estas cinco dificuldades, já que não podemos procurar a verdade sobre condições bárbaras sem pensar nos que sofrem essas condições e estão dispostos a utilizar esse conhecimento. Além disso, temos de pensar em apresentar-lhes a verdade sob uma forma susceptível de se transformar numa arma nas suas mãos, e simultaneamente com a astúcia suficiente para que a operação não seja descoberta e impedida pelo inimigo.

São estas as virtudes exigidas ao escritor empenhado em dizer a verdade.

B.B. (1934)

(Trad. Ernesto Sampaio)

linhas aéreas de angola

TAAG DELEGAÇÃO EM PORTUGAL

Av. da Liberdade, 259 - 1º 1200 LISBOA - Tels. 575899 / 575918 - Telex: 18475

Passagens e Reservas
Av. da Liberdade, 259/loja
Telef. 53 18 25 - 57 58 99

Aeroporto de Lisboa
Serviço Escala/Carga
Sala 452 - 2º - Tel. 89 61 73 - 80 35 33

No Porto, em 1972

A grandiosa manifestação do 15 de Abril

Falar da grande manifestação de 15 de Abril de 1972, no Porto, barbaramente reprimida, é recordar um acontecimento que praticamente ficou sem notícia. Dois dias depois os jornais ainda conseguiram fazer passar, nos «casos do dia», breves referências ao facto, insinuando com expressões como «multidão», ruas «pejadas de povo», «panfletos contra a carestia da vida» e «manifestantes», a propósito de cortes do trânsito na baixa portuense e gente ferida que passou pelos hospitais... em consequência de «precipitação da fuga», «correrias e quedas» e ainda devido «aos meios usados para a dispersão». Sobretudo destes últimos, mas disso não podiam os jornais falar. Centenas de polícias, com cacetes, correntes, barras de ferro e cães perseguiram e agrediram a torto e a direito, com tal fúria no semblante que as pessoas viam, em décimos de segundo, a espécie humana recuar pelo menos 50 mil anos, exactamente quando um ministro que todos sabem adestrava polícias e lançava as bases da nossa «sociedade democrática», então nos seus primórdios...

O que verdadeiramente ficou sem notícia nesta manifestação contra a carestia da vida e que, por extensão, incluía problemas como salários, o 1.º de Maio, as guerras colonias e as liberdades, foi a sua extraordinária organização, que ultrapassou os limites da mobilização partidária (o PCP na clandestinidade, mais exactamente a sua direcção regional do Norte) para se alargar a milhares de pessoas que se deslocaram para a «baixa» portuense apesar de a saberem cercada pela Polícia. Houve desfiles, lançamentos de milhares de panfletos, levantamento de cartazes, agitação duma bandeira nacional, arremesso de dez mil tarjetas com palavras de ordem que os manifestantes gritaram e tudo isto numa zona invadida de pides e polícias, quer à paisana entre os manifestantes, quer dentro de viaturas em locais estratégicos do centro da cidade.

A manifestação estava marcada para às 18,30, mas uma hora antes já os passeios da Avenida dos Aliados e toda a zona da Praça da Liberdade estavam cheios de manifestantes, gente com ar de quem estava ali por acaso, uma raiva enorme no fundo da alma, mal disfarçada entre o nervosismo e a satisfação de afinal se saber acompanhado por aqueles milhares de desconhecidos com a mesma vontade. Era o sentimento do risco e do medo que o fascismo metia dentro de nós, a estranha sensação de sentir que tal estado de coisas não podia durar muito e que, dolorosamente, ainda havia mais um mês e outro e cada dia era uma eternidade. Tanta gente junta e, ao mesmo tempo, tanto silêncio. Os olhares saudavam as pessoas conhecidas, mas tentavam também descobrir onde estava o «bufo», o pide e o polícia sem farda. As bocas passavam palavras em surdina, o chão caminhava debaixo dos nossos pés. Era como se nos movesse uma atracção pelo abismo e uma vontade danada de fazer explodir no ar as palavras proibidas. De facto aquela situação «não podia» durar muito e estar ali era a única maneira de o dizer e de acalmar os dedos e os braços que não sossegavam nunca. Por isso os manifestantes foram mais cedo.

Evocar esses passos da nossa memória colectiva, os passos que fizeram o caminho que agora percorremos, é também falar de momentos e de sensações que, oito anos decorridos sobre o 25 de Abril, parecem restos de um pesadelo que quase duvidamos ter alguma vez existido. E, todavia, foi há tão pouco e as marcas, que tantos se apressam em «não ver», são ainda nítidas e profundas.

Toda a cidade soube

Um dirigente nortenho do PCP, Edgar Correia, que nos proporcionou uma boa documentação sobre essa jornada de há dez anos (documentação que é, simultaneamente, um vasto e profundo levantamento da realidade política e económica de então) dizia-nos agora que a manifestação de 15 de Abril de 1972 coincidiu com «um período de grande actividade e muito interessante na reorganização do trabalho do partido no Norte». Hoje, quem se recordar de coisas que sucederam algumas semanas antes daquela data pode concluir facilmente que a mobilização foi realmente grande e recorreu a processos que então não eram muito habituais, pelo menos na sua frequência. Foi o tempo dos petardos que davam um estoiro e espalhavam centenas de panfletos pelo ar. Nos dias que antecederam a manifestação rebentaram cerca de trinta, só na área do Porto, a primeira das quais à saída do Estádio das Antas. Zonas fabris e Escolas Superiores tiveram prioridade nessa «agitação espectacular», mas houve também caixas de panfletos que rebentaram no centro, incluindo a Avenida dos Aliados. Nesse mesmo período foram colocados cartazes em locais de grande movimento e feitas diversas pilhagens. Os cartazes eram deixados enrolados com um cordão a arder e abriam-se depois devido ao peso duma barra de ferro metida no interior, uma técnica engenhosa que permitiu a sua colocação em locais estratégicos.

Todas estas acções, referiu-nos ainda aquele dirigente comunista foram levadas a cabo «sem que houvesse uma única baixa», sem que as Polícias conseguissem prender um só elemento das brigadas de agitação. Durante esse período, praticamente desde o início do ano de 1972, foi intensificada a luta em empresas e sindicatos, nomeadamente pelo aumento de salários, encaminhando todas as atenções para o problema da carestia da vida, que era o conteúdo político fundamental da luta naquele momento. A data do 8 de Março foi comemorada pelas mulheres democratas do Porto com um colóquio-reunião e, no Mercado do Bolhão, foi distribuído um comunicado contra a carestia. No fim de Março teve lugar a semana da juventude trabalhadora que incluiu um convívio em Leça da Palmeira e outro em Gaia, com grande número de jovens. Na mesma altura foram feitas inscrições, nas zonas da Areosa, Pedrouços e Freixo relacionando o dia Mundial da Juventude (28 de Março) com a luta contra a guerra colonial. Ao mesmo tempo decorreram reuniões de estudantes democratas tendo ainda sido distribuído um comunicado (2500 exemplares) nas Faculdades e Liceus. De acordo com o relatório comunista referente à manifestação do 15 de Abril, foram distribuídos milhares de panfletos na Região Norte em que o aumento do custo de vida, a luta por melhores salários, o fim das guerras coloniais e o feriado do 1.º de Maio eram os temas dominantes.

Se ao nível dos militantes na clandestinidade estas acções tocavam mais directamente, a verdade é que o ambiente então vivido na cidade do Porto recebia esta agitação e esta resistência como algo de inevitável e de necessário sem que, muitas vezes, a responsabilidade partidária na sua execução nem sequer ocorresse imediatamente à maioria das pessoas. Com o avizinhar da data prevista, a ideia da manifestação tornou-se um facto que grande parte da população, assim alertada, aceitou. Forma de comunicação e meio de informação de grande importância naquela altura, a comunicação boca a boca teve igualmente um grande papel na mobilização.

Este jovem, de costas, foi agredid passeio da A

Embora tudo tivesse sido cuidadosamente organizado, dava a impressão de que a adesão na espontânea e sem motivação, outra motivação que não fosse o sentimento generalizado de repúdio do regime fascista.

Repressão violenta

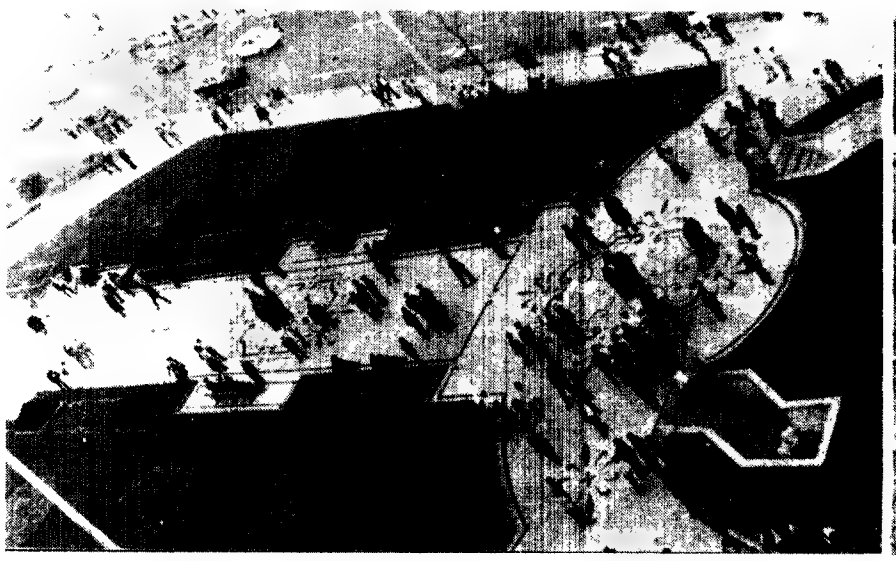
A repressão policial começou ainda antes da data da manifestação. As prisões preventivas, levadas a cabo pela Pide, a 14 de Abril, tentaram intimidar os trabalhadores e a população em geral.

A vigilância redobrou de intensidade naqueles dias e sobretudo na manhã do próprio dia 15.

Grande número de polícias, à paisana, ocuparam a cidade, ao mesmo tempo que chegaram reforços. Na tarde da manifestação, às 17,30, já a PSP não deixava parar ninguém e efectuava provocações empurrando violentamente todas as pessoas. As passagens subterrâneas foram fechadas e cheias de polícias e às 18 horas cortado o trânsito e suspensos os transportes colectivos na zona da baixa. Brigadas da PSP, GNR, Legião e outras, a paisana, andavam espalhadas entre a população e trazendo no bolso fitas de diversas cores para colocarem junto à lapela no momento da pancadaria a fim de se identificarem e não se acabarem por agredir uns aos outros.

Houve igualmente a concentração, em torno da Avenida dos Aliados e da Praça da Liberdade de Companhias Móveis da Polícia. O posto de comando avançado ficou instalado no cimo do edifício do Banco de Portugal, onde a Polícia tinha uma boa visibilidade do teatro das operações.

Apesar de todo esse disposi-



Manifestantes dispersos na zona central da avenida: «não são permitidos ajuntamentos»

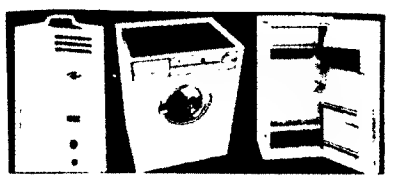
«Pides» e polícias, estes fardados ou à paisana, com cacetes na mão, agrediram todas as pessoas que tentaram atravessar a Avenida dos Aliados

SENSACIONAIS DESCONTOS

Agora também com abastecimento de gás até às 21h do próprio dia

Na nossa gama de electrodomésticos, facilitamos o pagamento até 12 meses. Pagamento até 3 meses sem encargos.

Shell butagaz



Assistência técnica garantida, em fogões, esquentadores até às 21 horas

VEJA EM EXPOSIÇÃO O TELEVISOR SALORA

"CLAVE"

COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DE ALHOS VEDROS, LDA.

AGENTES: BUTAGAZ • PROPAGAZ • CAMPING-GAZ

PRACETA DA BELA ROSA, 6 •

TELEFONE 204 02 22 • 2860 ALHOS VEDROS

dido com um cacete, ficando estendido no a Avenida dos Aliados

a- tivo policial o número de pessoas
a aumentava na placa central da
na Avenida dos Aliados e da Praça
o, da Liberdade. Nas ruas de
o acesso a toda esta zona havia
e- também muita gente. Eram ope-
rários, empregados, muitos jo-
vens, estudantes e mulheres, e
era de facto necessária alguma
coragem para estar ali com as
forças repressivas a dois passos
e cercando toda a zona. A mani-
festação arrancou às 18,35. Um
grupo de manifestantes avançou
para o centro da praça levantou
cartazes, lançou milhares de tar-
jetas e gritou palavras de ordem.
A Polícia, carregou com enorme
violência e as dezenas e deze-
nas de pides e polícias sem far-
das colocaram as fitas na lapela,
soltaram os cães e bateram in-
discriminadamente. Correram
por todo o lado e pelas ruas de
acesso à zona de maior agita-
ção, ferindo crianças, um velho
de 70 anos e duas inglesas já
idosas, uma das quais ficou com
a cabeça aberta. Foram partidos
vidros, invadidos cafés e estabe-
lecimentos, voaram mesas e
garrafas. Os manifestantes en-
curralados nos cafés puseram-
-se a fazer caretas aos guardas.

Passaram pelos hospitais mais de duas dezenas de feridos, além de pides e outros polícias, tendo muitos destes sido tratados nas próprias esquadras. O trânsito só foi restabelecido às 20,30. Nos dias seguintes, a Polícia continuou a efectuar prisões. Alguns dos detidos só foram soltos depois de passado o 1.º de Maio.

J. G. B.

As 17 horas que bastaram para derrubar o fascismo

Múltiplas cerimónias, oficiais e particulares, assinalam hoje, em Portugal, o oitavo aniversário da Revolução dos Cravos. A arrancada para o 25 de Abril começou na véspera com o sinal-rádio transmitido às 22h 55 nos emissores Associados de Lisboa: uma frase indicando que faltavam cinco minutos para as 23h00 e anunciando o disco de Paulo de Carvalho «E Depois Adeus». No dia 25 de Abril, às 00h29 o programam «Limite» da Rádio Renascença transmite «Grândola Vila Morena» de José Afonso, que se tornará como que o Hino do MFA». É o sinal para avançar.

Entre as 00h30 e as 03h00 de 25 de Abril registam-se as primeiras operações militares levadas a cabo pelo Movimento das Forças Armadas (MMFA).

Forças de diversas unidades afectas ao MFA «puseram-se sobre rodas» e marcharam para os objectivos constantes da «ordem de operações». A senha e contra-senha eram «coragem» e «pela Vitória».

A Escola Prática de Cavalaria (Santarém) tinha como missão instalar-se em Lisboa e controlar os acessos ao Banco de Portugal, Companhia Portuguesa Rádio Marconi e Terreiro do Paço e estabelecer ligação com o posto de comando instalado no Regimento de Engenharia (Pontinha).

O capitão Salgueiro Maia foi o comandante da força constituída por um esquadrão de reconhecimento de dez viaturas blindadas e um esquadrão de atiradores e 160 homens, com 12 viaturas de transporte de pessoal, duas ambulâncias e um jipe.

«Cristo-Rei»

As tropas da Escola Prática de Infantaria (Mafra), comandadas pelo capitão Rui Rodrigues, tinham como obejectivo controlar o Aeroporto Internacional de Lisboa, objectivo que, todavia, tinha sido já alcançado pelo capitão da Força Aérea, Costa Martins, em virtude de peripécias entretanto surgidas no trajecto entre Mafra e Lisboa (cerca de 40 quilómetros).

As forças da Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas), sob o comando do capitão Santos Silva, eram constituídas por uma companhia de artilharia motorizada (quatro pelotões) e pela bateria de 8,8, num total de 16 viaturas e ocuparam a posição do «Cristo-Rei» em Almada, enquanto uma bateria de 105 ocupou posições nas estradas de Montemor-o-Novo e Lavre, com as missões de interdição destes eixos e de segurança próxima da unidade.

O Batalhão de Caçadores 5 (Lisboa) fez sair várias companhias. Uma, sob o comando do capitão Lopes Camilo, isolou a Penitenciária e ocupou posições no alto do Parque Eduardo VII e ainda nas encostas da Praça de Espanha e de Campolide.

Outra companhia, sob a responsabilidade do capitão Bicho Beatriz cercou o quartel-general da Região Militar de Lisboa, enquanto uma terceira, sob o comando do tenente Mascarenhas, isolou e assegurou a protecção da área dos estúdios do Rádio Clube Português.

As forças do Regimento de Infantaria 14 (Viseu), sob o comando do capitão Silveira Costeira, e constituídas por uma companhia de caçadores autotransportada em viaturas pesadas e uma ambulância, tinham por missão, numa primeira fase, deslocar efectivos para a Figueira da Foz a fim de se constituir o agrupamento «November» com forças de outras unidades para, numa segunda fase, atrair as forças fiéis ao regime e tentar obter a sua adesão e, numa terceira fase, deslocar para Peniche a fim de preservar a integridade física dos presos políticos. Por fim, dirigir-se-iam para Lisboa, a fim de reforçar as tropas em operações na capital.

Enquanto o Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea e de Costa (CIAAC) em Cascais, sob o comando do tenente Ponces de Carvalho, ocupava e defendia o aeródromo de Tires, impedindo a aterragem e a descolagem de aviões, o Regimento de Cavalaria 5 (Estremoz), comandado pelo tenente Andrade Silva, marchava para Lisboa instalando-se na saída sul da ponte sobre o Tejo.

Mais tarde, forças deste regimento seguiram para o quartel da GNR no Largo do Carmo «a fim de ser aliviada a pressão que estava a ser exercida sobre tropas do MFA por duas companhias da GNR, uma companhia da Polícia de Choque e quatro blindados do Regimento de Cavalaria 7».

Forças destas unidades estiveram frente à sede da PIDE, após ali se terem verificado os incidentes, da responsabilidade da Polícia política, que provocaram os únicos mortos da «Revolução sem Sangue».

Largo do Carmo

A Escola Prática de Administração Militar (EPAM), com um efectivo de cerca de cem homens e sob o comando do capitão Teófilo da Silva Bento, ocupou os estúdios da Radiotelevisão Portuguesa, no Lumiar.

«Pelas 19h00 dávamos gritos de alegria com a possibilidade de emitir para todo o País. A TV estava totalmente ao serviço do MFA», escreveu no seu relatório o comandante da força ocupante.

Por essas horas prenderam-se, com a intenção de os julgar, carrascos do povo

Às 04h30, o MFA difundiu o seu primeiro comunicado através do Rádio Clube Português, nele se convidava a população a manter-se em casa e se avisavam as forças militarizadas de que não deveriam intervir.

Às 07h30, o MFA difundiu a sua primeira declaração de intenções: «As Forças Armadas desencadearam na madrugada de hoje uma série de acções com vista à libertação do País do regime que há longo tempo o domina.» A partir das 08h30, a Emissora Nacional começou a transmitir comunicados pela primeira vez e a essa hora nova informação é radiodifundida: «A todos os elementos das forças militarizadas e policiais o comando das Forças Armadas aconselha a máxima prudência a fim de serem evitados quaisquer recontros perigosos.»

Os locais de maior ansiedade para os «capitães de Abril», face à natureza dos acontecimentos que então decorriam, eram o Terreiro do Paço (onde se situam os Ministérios, nomeadamente o do Exército e onde as forças fiéis ao regime mantinham posições) e o quartel do Carmo, onde se tinham refugiado Marcelo Caetano e alguns membros do Governo.

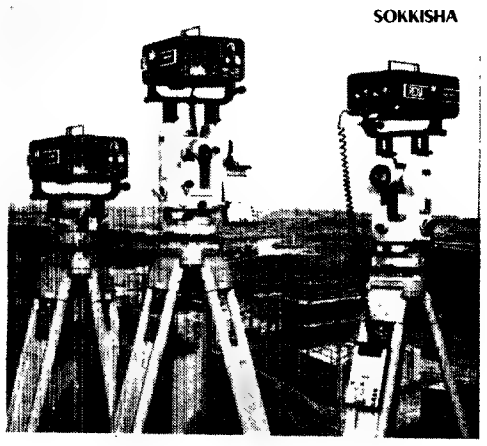
No Terreiro do Paço, a firmeza do capitão Salgueiro Maia e do tenente Assunção obrigaram à rendição das forças adversas que eram comandadas pelo brigadeiro Reis, segundo-comandante da Região Militar de Lisboa, e no quartel do Carmo dava-se um prazo de rendição aos sitiados. Também aqui as forças do MFA eram comandadas pelo capitão Salgueiro Maia.

Às 19h30 consumava-se finalmente a rendição incondicional de Marcelo Caetano que abandonou o quartel do Carmo num blindado que ostentava o nome de «Bula», deixando o poder ao general António Spínola.

Às 14h30, o MFA informava o País dos objectivos alcançados: comando da Legião Portuguesa, Emissora Nacional, Rádio Clube Português, Radiotelevisão Portuguesa, Rádio Marconi, Banco de Portugal, Quartel-General da Região Militar do Porto, Quartel-Mestre-General, Ministério do Exército, Aeroporto Internacional de Lisboa, Aeródromo Base Número 1, Manutenção Militar, posto de Televisão de Tróia, Penitenciária e Forte de Peniche.

Dezassete horas e 45 minutos bastaram para abater um regime que oprimiu o povo Português durante 47 anos, 10 meses, 24 dias e algumas horas.

SOKKISHA



MATERIAL TOPOGRÁFICO FABRICO JAPONÊS

O melhor e mais barato no mercado português ● Garantia e assistência técnica ● Pedidos de catálogo e preços ao representante exclusivo

NUCLEON — EQUIPAMENTOS DE PRECISÃO, LDA

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 57-A
1000 Lisboa — 770237/770351 — Telex 16 691 — MUNTER-P

MARTIM MONIZ - ALAMEDA 14.30 H

1º de Maio
dia Mundial dos
Trabalhadores

Manifestação

CONTRA A POLÍTICA DA AD
PELA DEFESA DOS INTERESSES E DIREITOS DOS TRABALHADORES
PELO REFORÇO DA UNIDADE E ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL
PELA PAZ, PELO DESARMAMENTO E PELA COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS
PELA DEFESA DO 25 DE ABRIL
AD FORA DO GOVERNO!

U.S.L. / CGTP-IN • USS / CGTP-IN • CIL e CIS

entrevista

Coronel Simões

Comandante do "quartel de Abril" no Norte oito anos depois

Vontade (para outro golpe) não me faltaria...

Manuel Azevedo Simões, 59 anos, foi o único comandante do Norte que, sem ambiguidades nem hesitações, se vinculou ao MFA, em 1974. Comandava então o CICA, que era bem o Quartel General das Operações de «Abril» na Região Norte. Sob a sua total responsabilidade, de lá partira a força que na madrugada de 25 tomaria oe assalto o QG da Região. Eram 4.10 h e dois minutos foi quanto bastou para os revoltosos dominarem a situação. Vontade não lhe faltou mesmo para comandar a operação. Mas teve que ficar na Unidade.

Coronel em 1974, coronel na reserva em 1982, Azevedo Simões faz da coragem regra e da serenidade princípio. Durante quase duas horas: as palavras e alguma emoção. Trata-se da primeira entrevista que o comandante do «Regimento de Abril» nortenho concede a um jornal. Sente-se que as imposições do Código de Disciplina Militar contiveram, por vezes, a palavra, mas a evocação dos acontecimentos aí está com algumas revelações.

Humilde, Azevedo Simões prefere ficar na sombra, mas foi, de facto, tal como os majores Corvacho e Albuquerque, um esteio fundamental do derrube do fascismo no Norte.

Nos silêncios, na mímica facial que acompanha as palavras, sente-se escapar a desilusão. Não lhe quiseram «perdoar» a coragem com que assumiu Abril. O seu rosto tem a marca de quem morde a margura do esquecimento. Azevedo Simões foi chutado para a «prateleira» durante o reinado de Pires Veloso, é coronel como há oito anos.

Nem o facto de se ter juntado aos «nove», em 75, esbateu a «vingança» daqueles que, aderindo tardiamente a «Abril», nunca perdoaram a sua coragem... Apesar de tudo, Azevedo Simões nega a amargura e manifesta uma certeza: voltar a fazer o mesmo que fez em 1974 se for necessário.

«DL» – Para começar gostaria que evocasse a forma como decorreram as operações na madrugada do 25 de Abril, na sua Unidade?

Manuel Simões – As operações decorreram como estava previsto, não houve qualquer problema. Formou-se o pessoal às quatro horas, distribuiram-se as armas e as munições, eu disse o que devia dizer à tropa, que iam cumprir uma ordem do Movimento das Forças Armadas e que qualquer que fosse o resultado dessa missão eu assumia inteira responsabilidade e que, portanto, eles podiam ir completamente à vontade porque o único responsável seria eu.

«DL» – Não temeu ma altura nenhuma ameaça?

MS – Temer não temi, mas depois de mandar tropas para vários lados recebi cerca das 9 horas da manhã um telefonema anónimo dizendo que o quartel ia ser assaltado. Na altura eu estava praticamente reduzido ao mínimo dos mínimos em efectivos e, claro, fiz das tripas coração. Chamei os rancheiros, os cozinheiros, toda a gente, e mandei-os para os pontos sensíveis da Unidade para fazer a defesa. Só foram retirados dali quando, por volta das 9.30, me chegou à Unidade uma companhia de Caçadores Especiais de Lamego, comandada pelo capitão Fonseca. A partir daí fiquei descansado.

«DL» – Estava já previsto que no dia em que eclodisse o movimento a saída para a tomada do Quartel General deveria ser àquela hora, às quatro?

MS – Não estava prevista uma hora exacta. O que estava previsto era a ocupação logo que fosse dada luz verde ou seja quando o movimento estivesse em curso, informação que seria dada pela Rádio Renascença. Por sinal a hora H de saída esteve para ser às três, mas houve atrasos e a força só conseguiu sair às quatro horas e dois minutos.

«DL» – Havia a certeza da adesão dos militares que estavam de serviço nessa altura no QG?

MS – Praticamente não havia dúvidas, mas podia acontecer à última da hora qualquer desistência de algumas pessoas que se tinham comprometido. Mas não houve. Logo que os portões foram abertos, a tropa entrou e a partir dí ocuparam-se os centros nevrálgicos. Sem se fazer correr sangue, sem se disparar nenhum tiro foi possível ocupar inteiramente o QG.

«DL» – Aliás, nem o próprio comandante chegou a ser preso?

MS – Pois não.

(Supunham os «capitães de Abril» que ele, general Martins Soares, estava ausente da sua residência que ficava nas instalações do QG e, afinal de contas, lá para o fim da tarde, ele pôde escapar-se, matreiro, pela porta lateral, sem dar nas vistas...)

Dúvidas

«DL» – Desde quando sabia o sr. coronel Simões que estava em preparação o «movimento dos capitães»?

MS – Ora bem, eu entrei para o CICA em Outubro e logo a partir dessa data comecei a ser sondado, digamos assim, pelos oficiais que estavam implicados no Movimento, sobre o sentido da minha adesão. Fui respondendo conforme a minha maneira de ver a situação e a dada altura cheguei à conclusão de que poderia aderir ao Movimento. A partir daí fizeram-se várias reuniões na Unidade, nas quais compareciam os majores Corvalho e Albuquerque, nas reuniões, e das ordens respectivas. E assim se foram passando os meses até que se chegou ao 25 de Abril.

«DL» – Teve alguma vez dúvida sobre a eficácia ou confirmação do MFA?

MS – Tive sempre dúvidas, porque achava muito estranho que a PIDE não soubesse do que estava a acontecer. Por que é que a PIDE não actuou? Se ela sabia quais os oficiais que estavam implicados por que não actuou?

«DL» – Alguma vez encontrou resposta para isso?

MS – Nunca encontrei resposta. Até que já nas imediações do 25 de Abril alguém sugeriu que o Presidente do Conselho teria dado indicações à PIDE para não se intrometer no Movimento. Mas não sei se isto foi assim se não. Que a PIDE não devia ignorar o que se passava, isso para mim é quase uma certeza. Primeiro porque eles sabiam tanta coisa, depois porque o Movimento nem sempre tomou as precauções necessárias para manter o segredo. É muito natural que a PIDE soubesse.

«DL» – E medo, alguma vez teve-o, tanto mais que era o comandante da principal unidade a intervir no Porto?

MS – Bem vê a gente tem de prever sempre todas as hipóteses e uma das que eu previa era que o Movimento falhasse. Muito embora estivesse perfeitamente convicto de que ele ia triunfar, dada a fraqueza do regime. Podia haver à última hora um assomo de resistência e se tivesse sido dada ordem às forças militarizadas para reagirem contra o Movimento eu não sei o que teria acontecido.

«DL» – Todavia, quanto à sua necessidade e urgência em face da situação que se vivia nunca teve dúvidas?

MS – Ah, isso nunca tive, principalmente em face da situação militar que se vivia no Ultramar. Eu tinha chegado da Guiné e tanto quanto sabia situação era grave. Previa-se uma ofensiva generalizada em Maio de 74 contra as nossas tropas e a situação a partir dessa altura seria extremamente grave.

«DL» – E depois da eclosão do Movimento em 25 de Abril duvidou em algum momento da sua consolidação, digamos a partir da altura em que deu ordem de saída às tropas que ocuparam o QG?

MS – A partir daí já não tive mais dúvidas de que o Movimento triunfava mesmo.

«DL» – O sr. coronel continuava em ligação com Lisboa?...

MS – Desde que o QG foi ocupado deixei de ter contactos com Lisboa. Eu estava em contacto era com o QG, mas também a partir de certa altura a companhia dos telefones cortou ou empastelou as ligações e... Eram 5.58. Foram cortadas todas as ligações do QG com o exterior... depois regularizaram-se com o envio de tropas para os TLP.

Reuniões dentro da unidade

«DL» – Recuando um pouco, os contactos, as reuniões de preparação do «25 de Abril» nas quais participou, decorriam fora do quartel ou dentro?

MS – Sempre dentro do quartel.

«DL» – E quando foi que soube que o Movimento ia arrancar na madrugada de 25, dias ou horas antes?

MS – Ora bem foi no dia 24, depois do estafeta, o oficial de ligação que veio de Lisboa, ter entregue o plano das operações ao major Corvacho...

«DL» – Apesar da importância fulcral que teve o seu regimento e do seu valor histórico ele foi desactivado. Como vê hoje este facto?

MS – Tive muita pena que aquela unidade tivesse sido desactivada, não só por ter sido o quartel que desencadeou o 25 de Abril aqui no Norte, mas também porque tem tradições militares, já que foi o quartel da Torre da Marca. Agora certamente que um e outros factores vão ser esquecidos!

«DL» – Hoje, passados que são oito anos, como é que o sr. coronel, à luz daquilo que poderá ser uma réstia das emoções sentidas e das suas expectativas de 1974, sente o 25 de Abril?

MS – Sinto que houve no 25 de Abril uma grande camaradagem de todos os oficiais que se empenharam nele. E realmente seria bom que essa camaradagem se mantivesse entre nós porque foi um ideal que nos movimentou, que nos empenhou com toda a seriedade e toda a determinação. Foi com essa determinação que conseguimos vencer a força adversa.

«DL» – No fundo, deitar abaixo um regime que já estava «atirado» à valeta...

MS – Pois estava. O Movimento do 25 de Abril foi apenas uma sacudidela num regime carunchoso que já não resistiria muito mais tempo. Tanto assim que nem sequer esboçou uma resistência.

Disposto a «outro»

«DL» – Cidadão e militar, como é que analisa aquilo que se tem passado de 74 para cá? Qual a conformidade entre a realidade actual e as suas expectativas iniciais?

MS – Naquela altura, quando nós estávamos empenhados no Movimento, ninguém poderia fazer previsões, eu não as fiz, sobre o que viria a ser o futuro da revolução. Conseguiu-se o objectivo imediato que foi destruir o regime antidemocrático e desde que se instaurou o regime democrático até hoje ele não foi posto em causa, ou pelo menos as poucas tentativas que houve para o pôr em causa foram facilmente eliminadas. Portanto acho que bastou isso, o ter-se instituído um regime democrático para que o MFA tenha sido positivo. Depois houve determinados desvios, suponho que ninguém sonharia com determinadas coisas que aconteceram nos anos seguintes, nem para um lado nem para outro, nas o balanço final é positivo ainda hoje. Valeu a pena.

«DL» – O sr. coronel não é hoje um homem amargurado?

MS – Não senhor, de maneira nenhuma. Tenho esperança de que o regime democrático vai avançar e tenho confiança no futuro. Em termos pessoais não tenho amargura nenhuma.

«DL» – Acha, portanto, que, no essencial, há condições para se cumprir o ideário do 25 de Abril?

MS – Há condições se se mantiver este regime. Se as pessoas tiverem a liberdade de porem os seus problemas e de lutarem pelas suas aspirações, à luz do dia, acho que sim, que se pode avançar mais.

«DL» – No fundo, se a democracia não for fortemente golpeada...

MS – Esperemos que não haja nenhuma tentativa. Mas se houve acho que o povo já tem força suficiente para se opor a qualquer tentativa de uma nova ditadura.

«DL» – Caso houvesse uma ameaça, o sr. coronel, hoje, com 59 anos, era homem para voltar a assumir o papel que assumiu há oito anos?

MS – Vontade não me faltaria. Se teria saúde para enfrentar as minhas responsabilidades não sei, mas se tivesse saúde, sim, defenderia o regime democrático com a mesma determinação com que contribuí para derrubar o outro.

Entrevista conduzida por Luís Humberto Marcos

AUTO-FÉRIAS

ESPANHA 82

PRAIA DE MATALASCAÑAS · HUELVA

Junho, Julho e Setembro
Apartamento La Gaviota - 4/5 pessoas
Preços diários desde 1.210$00

BENIDORM · ALICANTE

Junho, Julho e Setembro
Hotel Bonanza - até 2 semanas
Pensão completa desde 10.510$00

GITUS

GRUPO INTERNACIONAL DE TURISMO SOCIAL
Av da Liberdade, 73-3º Dº 1200 Lisboa • Tel 32 00 70-32 06 56 36 41 03

CLÁSSICOS DO MARXISMO-LENINISMO

Obras escolhidas de Lenine

3 volumes

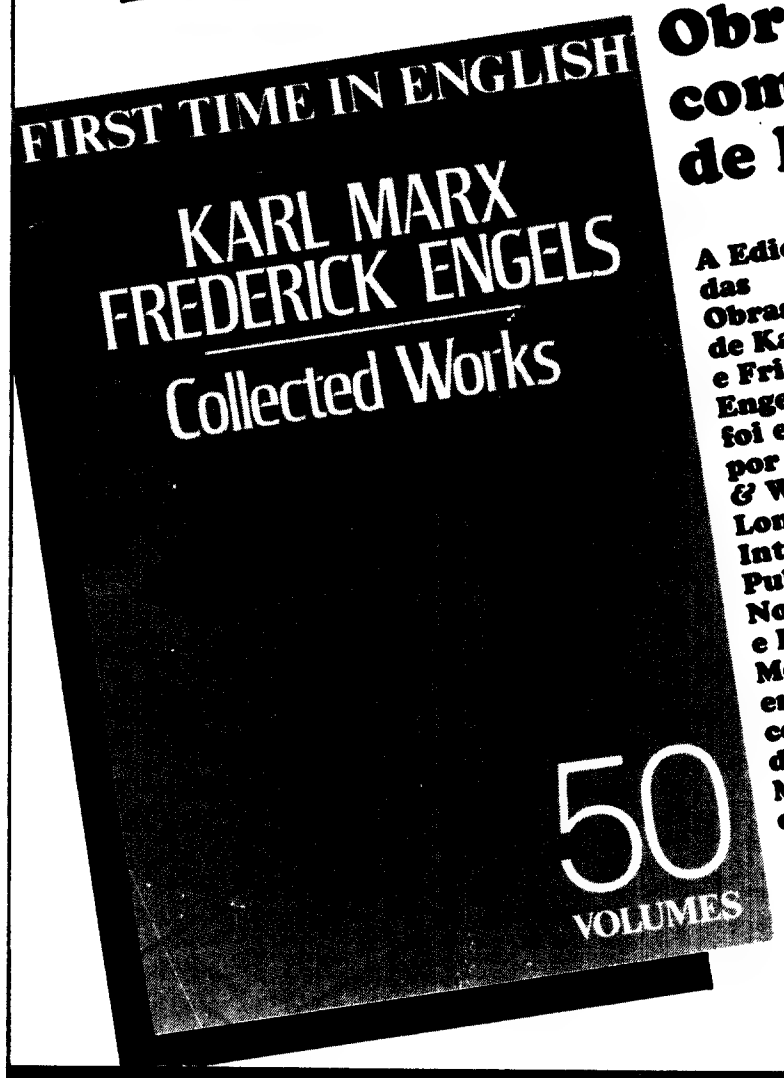
A presente edição das Obras Escolhidas de Lenine em três volumes corresponde à edição russa de 1970, preparada pelo Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS.

Em Português

Preço: 500$00

EM FRANCÊS
47 Volumes
Preço 89$00

OBRAS COMPLETAS DE LENINE



Obras completas de Marx-Engels

A Edição inglesa das Obras Completas de Karl Marx e Friederich Engels foi elaborada por Lawrence & Wishart Ltd., Londres, International Publishers, Inc., Nova Iorque, e Edições Progresso, Moscovo, em colaboração com o Instituto de Marxismo-Leninismo de Moscovo.

Preço: 680$00

Novidade

Obras escolhidas de Marx-Engels

A presente edição portuguesa do 1.º volume das Obras Escolhidas de Marx Engels foi feita a partir dos textos publicados em Karl Marx Friederich Engels Werke, edição do Institut für Marxismus-Leninismus bein ZK der SED. Dietz Verlag. Berlim, 1956 68 (MEW)

edições Avante!
editorial progresso

À venda a partir do princípio de Maio

Preço 500$00

Os livros aqui referidos encontram-se à venda nas livrarias. No entanto, se por qualquer razão a sua livraria habitual ainda os não recebeu, ou se prefere recebê-los directamente, pode fazê-lo escrevendo para:

CDL – Central Distribuidora Livreira, SARL
– Av. Santos Dumont, 57-2. – 1000 Lisboa

V/O «Mezhdunarodnaya Kniga»
A exportadora das edições soviéticas para todo o mundo

Sempre que um homem sonha...

Se o mundo de cada um de nós é um somatório infindável de pequeninos nadas, o sonho representa uma das parcelas mais significativas.

Sonhar – é um dado adquirido – faz parte integrante da vida humana. E que coisas maravilhosas o Homem tem conseguido ao longo dos milénios a partir de simples sonhos!

Não foi este o caso, mas...

Era madrugada, de um domingo de Abril. Hoje, por exemplo:

Acordei cedo, à hora dos dias de trabalho. Saí passavam uns minutos das sete e dei por mim, cerca de meia hora depois, nos Restauradores.

Praça deserta, senti naquele instante uma necessidade irreprimível de vaguear pela cidade, de senti-la mais próxima, mais minha.

Cheguei, por obra do acaso, ao Terreiro do Paço. Debruçado no Cais das Colunas, contemplei o bailado gracioso das gaivotas e perdoei o odor fétido das águas poluídas.

A habitual neblina começava a dissipar-se e a deixar perceber, cada vez mais nítidos, os contornos da Outra Banda. Foi quando...

Barcos atrás de barcos, e mais outros atrás de outros, atracavam sucessivamente e despejavam, ao longo do cais, milhares (ou milhões?) de espigas loiras. E as espigas loiras empunhavam papoilas de um vermelho muito vivo e entoavam cânticos ao som da brisa que vinha do Tejo.

Tudo aquilo me parecia natural, quando me voltei para trás e...

No meio da Praça do Comércio estava um cavalo branco, parecidíssimo com a montada do D. José – mas era um cavalo mesmo a sério, que relinchava e agitava a cauda nervosamente. Na garupa, em vez do rei de pedra uma jovem muito loira (como as espigas), com os cabelos longos adornados de papoilas. Cantava, acompanhada pelo coro imenso das espigas.

O Terreiro do Paço já rebentava pelas costuras e continuavam ainda a atracar mais embarcações, a vazante e a jusante, vindas da margem sul.

Lisboa foi então pacificamente invadida pelas espigas loiras, pelas papoilas de um vermelho muito vivo e pelos belos e suaves cânticos soprados pela brisa do rio Tejo, e à frente vinha a jovem loira montada no cavalo branco parecido com o cavalo do D. José. E então a grande cidade transformou-se numa imensa seara, harmonicamente salpicada de papoilas...

Acordei mais tarde do que é costume aos domingos.

Corpo moído, voz rouca, a boca a saber a papoilas.

Rodrigues Borges

Revolução vista

A escrita:

«Sou um ser solar, um ser de cabeça ao sol...», **disse ela no fim da refeição, peixe cozido com todos, Dão tinto, queijos vários e café. Estive atenta às suas palavras: muitíssimo mais espontâneo quando o gesto de registo não se esboçava. Inibem-na, as entrevistas. De novo na sala, um salão com tudo no seu lugar, talvez em demasia. Olga Gonçalves, a anfitriã, define-se como** «uma mulher de gavetas arrumadas». **Que gosta de viver num mundo ordenado com marcas de** «uma discreta elegância». **Mas constata, porém, que** «o borrão kitch existe sempre na vida das pessoas». Até na dela, escritora de fim-de-semana que lecciona inglês o dia inteiro numa multinacional e que quando chega à noite a casa, cansada «mal tem tempo de dentar uma maçã e cozinhar... Nestum». **Falo-lhe dos seus livros (prosa e poesia), sobretudo de «Mandei-lhe uma Boca», onde a descobri, em mil novecentos e setenta e sete. Falamos de «Ora esguardae», a saír em Abril, um mural da Revolução. Romance que narra** «o júbilo, o frenesim, a glória e a coragem do acontecer».

O título, em português moderno «Agora olhai», foi inspirado numa frase de Fernão Lopes (Crónica de D. João I). Olhem, olhem esta revolução dos cravos, a sua ascensão, o seu declínio e o envelhecimento precoce. Os estilhaços da festa. Feita de clichés inscritos num espaço libertário.

Nós, ali, todos. País à solta. Ficção ou História?

«Não o considero um romance no ponto de vista tradicional. Será mais um mural porque a acção é fragmentada e circular. Será a minha interpertação do que se deu em Portugal em 1974. Relata as dissensões no seio da família portuguesa, o comportamento dos brancos em Angola, o colonialismo tal como o vivi em criança, a guerra das colónias e a descolonização. História? Um amigo americano disse-me que os escritores não podem ficar insensíveis aos meus livros. Ele era um historiador».

Olga Gonçalves sente-se um pouco como Balzac «secretária de sociólogos e historiadores». Aliás nenhum sociólogo que se preze desdenharia consultar «este verão o emigrante lá-bas», ao fazer um trabalho sobre a emigração portuguesa. **«Às vezes precisa-se da ficção para melhor ver a realidade»,** observa a escritora. Ela estabelece um paralelismo entre o emigrante que sai do seu país para ganhar a vidinha e o artista, por vezes, também emigrado na sua terra. A capa do livro reproduz, significativamente, um quadro de Claude Monet. La Gare de Saint Lazare: estação ferroviária que é um vazadouro de emigrantes tolhidos de receio e humilhação.

«Também Monet se humilhou. Sem dinheiro escrevia cartas ao senhorio a esmolar adiamentos do pagamento da renda da casa. Cartas escritas há cem anos que tive ocasião de ler no Museu de Marmottan. Através do diálogo, no livro, tento traduzir o real da linguagem. Daí que ponha os personagens a falar meio francês meio português. Descrevo os emigrantes em férias lá-bas que é Portugal e no regresso ao trabalho, na construção civil e nas fábricas».

Dotada de uma memória quase fotográfica, Olga Gonçalves absorve tudo o que vê e ouve. Uma esponja. Houve mesmo quem pensasse que ela recorria ao gravador nas conversas com os emigrantes. Ideia falsa **«que me enfurecia».** Regista, primeiro, o livro na cabeça e depois mói-o durante dois, três meses. Então entra em acção a sua Smith Corona, companheira indispensável. Disciplina de escrita?

«Não é isso? Não faço exercícios. A imagem do escritor a escrever umas tantas horas por dia, horroriza-me...» Cuida, todavia, com desvelo do estilo, ora poético ora cru, preso ao quotidiano. O rigor. «Não quero que a minha escrita seja um olhar sobre o umbigo. Quero que tenha um conteúdo, uma mensagem, um objectivo. As palavras são muito bonitas. Mas que palavras e porquê?»

Epígrafos

«Boa noite. Eu vou com as aves». Diz Eugénio de Andrade. «Mas que do nada ao menos fique um monumento de palavras». Diz Mourão Ferreira. Sobre os epígrafos destes dois poetas (e do de Ramos Rosa) ela escreveu uma plaqueta que exprime a síntese da escrita que persegue. Poesia, ou prosa, tanto faz. **A síntese perfeita da purissíma/ da silente verdade resoluta/ dentro do homem novo em seus desígnios».** (Citação do livro «Olga Gonçalves, três poetas»).

Mirando-se e encontrando-se nestes três poetas tão amados, transmite a sua concepção de escrita.

Poetas que nunca largou. Lidos e relidos. Amoras a quem jurou fidelidade eterna. Começou pela poesia e, de vez em quando, sente necessidade de a ela voltar. **«Sou uma romancista que nunca se demite de ser poeta».** Aos nove anos, de tranças, já escrevia poemas. Imaginem só: dedicados a Nuno Álvares Pereira. Queda que as miúdas colegas de escola, ridicularizavam. O Infante é feio, tem um nariz comprido. **«Para evitar troças resolvi fazer poemas a Portugal que no fundo era o Infante, guerreiro que me fascinava».** Esse fervor patriótico depressa se desvaneceu. Vem a fase do Diário, a quem confia as impressões, os sentimentos de adolescente. **«Consumi-me também na correpondência com amigos e amigas...Aliás agrada-me muito o género epistolar.»** Cresceu. Casou-se e descasou-se. Sob o pseudónio de Olga Eliana de Castro debu-

COMEMORAÇÕES DO 25 ABRIL

Dia 25

9.00 horas — Içar da bandeira no Edifício dos Paços do Concelho ao som da música da Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira.

10.00 horas — Começo da simultânea do xadrêz no Largo Afonso de Albuquerque (Câmara Municipal).

10.00 horas — Partida da estafeta da Liberdade em Vialonga.

10.00 horas — Começo das provas em linha-Atletismo no sentido Castanheira-Vila Franca de Xira.

14.00 horas — Começo do convívio popular no Jardim Municipal com Ranchos Folclóricos, Bandas de Música, Grupos Corais e Palhaços.

14.30 horas — Provas náuticas no Tejo frente ao Jardim.

15.00 horas — Chegada do desfile de Bateiras engalanadas.

16.00 horas — Concentração no Jardim Municipal seguida de desfile até ao Largo Afonso de Albuquerque.

16.30 horas — Intervenções no Largo Afonso de Albuquerque (Câmara Municipal).

17.15 horas — Folclore no Largo Afonso de Albuquerque (Câmara Municipal).

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA • CÂMARA MUNICIPAL

por Olga Gonçalves

amor de fim-de-semana

tou na poesia com «O Sonho e a Vida», uma edição de autor. Tinha vinte anos.

Londres: mil novecentos e setenta e dois. Da janela de um corredor do King College contemplava, ao entardecer, o Tamisa. Desse embevecimento pelo rio nasceu «Movimento», livro que se desdobra a partir de um poema do polaco Z. Herbert, outra afeição antiga. **«Poeta que me apetecia traduzir para português».** O seu ciclo de poesia contém ainda «25 Composições e Onze Provas de Artista», capa de José Rodrigues e «Só de Amor», trinta e cinco sonetos que uma paixão «extra» da sua vida lhe motivou. Olga confessa: **«Acho que me vou apaixonar até aos oitenta anos. Não se pode viver sem amor, seja oficial ou clandestino.»**

Olga, cabeça arrumada, que gosta de blusas com rendinhas, de lenços bordados. Ou Elza, personagem de «Ora esguardae» instalada no conforto: («Aconchegas-te ao almofadão. Amanhã, de manhã, rosto marcado pelo richilieu, perguntarás como, porquê, a tua identidade...»). Olga que gosta de guardanapos de linho avisa-me: **«Tenho este ar composto mas não acredito nele. Gosto das pessoas com um grão de loucura.»**

Na sala procuro Olga ou Elza. Noto os quadros, nomes cotados da pintura portuguesa. Um Pavia? Reconheci logo. Um Almada? Pareceu-me. E era. Eduardo Nery, José Rodrigues, Noronha da Costa, Carlos Botelho, Bartolomeu Cid, Ana Vieira, Isabel Sá e Graça Martins – os outros. **«Tenho a paixão das artes visuais. Os contornos fascinam-me embora nunca tivesse qualquer inclinação para o desenho. Sinto um tal respeito pelo lápis e pelo pincel que nunca me atreveria a pegar-lhes. Em Londres na National Galery passava horas frente a um quadro. Nele encontrava tudo.»**

Cores e a natureza assomam na literatura de Olga Gonçalves. («...Arco-íris: vermelho, laranja, verde, azul, violeta, indigo, os corpos flutuando, um brazer negro encontro ao céu movente...)

Uma imagem, tingida, que recorto de «este verão o emigrante lá-bas». As plantas, a floresta – outra paixão. **«Adoro plantas. Tenho uma planta que quase morreu quando estive ausente nos Estados Unidos apesar de ser regularmente regada».** Ela lembra-se, ainda, do cheiro da terra de Trás-os-Montes, onde foi depositada aos dois anos e meio. Panteísta?

O amigo americano

Em Luanda, nasceu. No mês de Abril. De uma família abastada, mesmo rica. A roça de café no Dondo, a fábrica de sabões e a empresa de panificação, permitiram-lhe na metrópole uma vida sem preocupações. Colégio das Doroteias, curso em Londres facilitaram-lhe o desenvolvimento da personalidade, virada para as artes. Sem problemas. O cheque mensal do papá chegava, invariavelmente, a horas **«Acho que me civilizei em Londres. Tudo o que havia para desabrochar aconteceu lá. Você sabe como era Portugal. Meu Deus!»**

Entretanto sucede o **vinte cinco. «Percebi que a minha poesia intimista não servia os propósitos da Revolução. Decidi mudar de rota. E pronto: aluguei um quarto, em Porto Covo, na casa de um indivíduo que tinha sido emigrante na Alemanha, disposta a escrever um romance. Fui conversando com a família e o livro surgiu.»**

A força da «Floresta em Bremenhaven» assombrou a crítica que distingiu o livro com um prémio. Dele afirmou o prof. Gabriel Jakson, da Universidade de S. Diego, Califórnia, autor de uma obra, em dois volumes, sobre a Guerra Civil de Espanha: **«Senti logo ao lê-lo tratar-se positivamente do melhor romance do proletariado que me viera às mãos».** Exagero? Jacinto Prado Coelo também não lhe regateou elogios: «... **Parece-me um dos raros exemplos, senão o único, de uma ficção renovada pela comunhão revolucionária com o nosso povo e nem por isso diminuída como literatura.»**

Olga Gonçalves conheceu Gabriel Jackson de uma maneira curiosa. Com ele travou amizade. Assim: o historiador veio a Portugal para se inteirar da situação que estávamos a viver, em 1976; comprou jornais e romances, material de consulta. Na Califórnia fez as suas leituras e ficou seduzido pela «Floresta em Bremenhaven». Quis conhecer pessoalmente a autora. A oportunidade surgiu numa das suas digressões a Madrid, onde tem muitos amigos. **«O PCE embandeira em arco com ele. Gabriel escreveu-me a pedir para ir a Espanha ter com ele. Não fui porque, na altura estava sem massas, ganhava apenas seis mil escudos na Academia das Ciências. Mas no regresso, aos Estados Unidos, ele passou por aqui e assim nos conhecemos.»**

Com a descolonização a escritora perdeu o cheque que vinha de Angola. Foi-se a roça, a panificação, a fábrica de sabões. Como reagiu ela ao despojamento dos bens? **«Não buliu muito comigo. Constatei que andar de 'Jeans' ou com um fato elegante, modelo não sei quantos, não me afectou como poderia pensar que me afectaria.»** A Revolução trouxe-lhe mais perdas que ganhos Materialmente, claro. Perdeu o dinheiro de África e o emprego na Companhia Nacional de Navegação. Viveu momentos complicados que soube ultrapassar, pela razão muito simples de que era de esquerda. **«A falta de dinheiro perturbou-me ... mas também me senti feliz ao verificar que as minhas convicções eram profundas. Não era da esquerda papagueada. O entusiasmo da Revolução ajudou-me a vencer o embate das dificuldades económicas.»**

E o amor. A sua ligação a um homem de esquerda, «comunista sem cartão», que manteve durante quinze anos, animou-a. Deu-lhe apoio. Foi com ele que aprendeu a ser de esquerda. **«Sim porque eu tinha a mentalidade de menina rica. Em casa de meus pais não se falava de política. Era deselegante tal como falar de sexo ou da vida das pessoas. Isto, pelo menos, para as mulheres.»**

Mulher. Detestando o exibicionismo dos movimentos feministas, Olga Gonçalves está na luta das mulheres. **«Discretamente em todos os meus livros tento vincar a posição da mulher.» É nítido. Tão nítido que o prof. Irwin Stern da Universidade da Colúmbia se interrogava porque é que ninguém se preocupou em escrever sobre as mulheres da Floresta em Bremenhaven.** Maria de Lourdes Pintasilgo, atenta reparou no papel da mulher na literatura de Olga Gonçalves. Motivo porque se interessou pela publicação de «Mandei-lhe uma Boca» na **Edition des Femmes,** um projecto, por enquanto.

Intencionalmente a mulher da Floresta em Bremenhaven não tem nome. Chamam-lhe «ó mulher, frau» Simboliza a mulher sacrificada, anónima. **«Que se esconde por detrás das situações. É a serva, a mãe dos filhos, a trabalhadora, a esposa. A isso reduziu a sua vida.»** Escrava, ao ponto extremo, é também Bibola, negra Baluba, personagem de «Ora esguardae» História de uma fulana preta que vivia em Angola com um branco, funcionário da Companhia dos Diamantes.

Para ele um objecto. «Vou contar. Uma estória de Amor Não, Bibola, negra Baluba. Ou antes: na terra do diamante. Ainda posso chamar-lhe assim. O crime do prospector Título de fustigar rosto. Porque eu digo alto, bato espora, depoimento para o futuro... «Um dia o branco casou com uma senhora da sua cor e a negra quase morre de desgosto. Mas calou-se porque **«... desde criança ficara aceitando ordem».** Apenas comentou: **«... se fora negro matara-o.»** Um branco não se mata, ela tinha interiorizado a opressão.

Deusa da Natureza

Poético, muito poético, o conto de Bibola. Na prosa de Olga Gonçalves subsiste o rasto do poeta E ainda o sabor das palavras que ela manuseia magistralmente. Sabe tantas palavras, um luxo. A sua escrita é um enredo interminável, sem princípio nem fim Uma fixação ao grafismo: dos espaços em branco O que denota um entendimento com as artes visuais. Não sei se haverá outro escritor que preste tanta atenção às capas como ela Para «Ora esguardae» escolheu um pedaço da Guernica de Picasso. **«Que Rogério Petinga trabalhou com acerto.»**

O livro sobre o **vinte cinco** foi escrito nos Estados Unidos, na Carolina do Norte, em condições

CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Aliado ao desenvolvimento cultural e social o incremento do turismo é também uma das metas importantes no futuro do concelho. As praias da Vieira e de S. Pedro de Moel constituem um excelente ponto de partida nesse sentido

O PODER LOCAL AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

A Revolução vista por Olga Gonçalves

ímpares. Numa floresta lindíssima com esquilos, cardeais, pintarroxo e pássaros azuis. Por sorte Olga Gonçalves obteve uma bolsa, em 1981, concedida pela Tinker Foundation, de Nova Iorque. Respondeu a um anúncio de jornal, sem esperança de ser seleccionada. Mas foi. **«Apresentei o meu projecto de trabalho: um romance sobre a Revolução Portuguesa».**

Instalaram-na num bungalow no meio da floresta. Esfregou os olhos sem acreditar no que via. **«Como vou escrever o livro? Só me apetecia fazer poesia. Com calma dediquei-me à escrita de uma espécie de diário poético, no qual descrevo os reflexos da natureza em mim. É um livro que gostaria de publicar numa editora ecológica se no nosso país a houvesse. É uma homenagem a Olotolilisobi, a deusa da natureza entre algumas tribos de índios americanos».**

Livro para ecologistas e sociólogos, segundo a autora. Nele perpassa uma subtil crítica social. Olga Gonçalves dos Estados Unidos captou o que há de positivo, **«uma cultura em movimento,** sem deixar de notar os aspectos negativos. **«Desagradou-me a proliferação de seitas religiosas. Neste momento há uma seita «Moral Majority» que está a infiltrar-se na sociedade americana de uma forma incrível. Possue um canal de televisão onde os seus porta-vozes falam duas ou três vezes por dia. Até já conseguiu impor livros nas escolas. Há capitalistas a investir nessa seita. Mas nos meios intelectuais declarou-se uma enorme reacção contra a «Moral Majority». De resto, estive sempre rodeada de gente interessante (antropólogos, historiadores, escritores...), de altíssima craveira intelectual. Éramos 45 bolseiros, cinco europeus e quarente americanos. O ambiente foi o melhor possível».**

E o país, desligando da política, que lhe disse?

«Nova Iorque impressionou-me mas Boston é uma cidade belíssima, de feição inglesa. Adorei Athenas, na Geórgia, com magnólias seculares em frente as casas e hicórias, árvores altíssimas de folhas douradas que pareciam mãos a tremer. Lembrei-me de Scarlet O'Hara, a rapariga de «Tudo o Vento Levou», filme rodado exactamente naquele sítio».

Vinte e quatro de Setembro-81. Chapel Hill.... É sábio o filho de Olotolilisobi.. Assistiu à chegada dos primeiros colonos, ouviu chamar-lhe mais tarde a Invasão, testemunhou o aparecimento do Poder, traz consigo os espíritos do mal, observou Onaipipible, observou sua mãe, enquanto o vento rodeando uma coluna varria sementes de girassol para as margens do rio Pee-Bee. Alguns incêndios na floresta. E os cascos dos búfalos em corrida faziam estremecer o chão...» Eis o olhar de Olga Gonçalves.

O torpor poético, que a envolveu nos Estados Unidos, não a impediu de cumprir os compromissos. O livro saíu-lhe impecável, vivo e agressivo, abancando a subversão de valores velhos «Queres ir a Moura? Vai lá o povo em peso: camponeses, operários, doutores, empregados, estudantes. Anda!» Toda a gente despertou **«com um cravo nos dentes».** O livro é dedicado ao pequeno Rodrigo, «a última figura deste mural» e destina-se a «um Amanhã longínquo». À História.

Explica que o texto **«nos dá o bom, o surpreendente e o trágico, experienciado muito antes, durante e depois do 25 de Abril».** Garante que o livro é «um acto de presença, ou modo de afirmar, testamento para Amanhã, onde seremos fagulhas palpáveis». Material para historiadores e sociólogos – a sua obsessão. Um hino à vida, pois para Olga Gonçalves **«viver é um luxo, um deslumbramento apesar dos solavancos que tivemos de suportar».** Uma hossana em corpo inteiro, diz ela.

Em sua casa perscruto pormenores, pistas reveladoras da mulher. Vejo a colecção de solitários, a série de caixas antigas de Sévres, Cantão, Bacará, Biscuit. **«Tudo isto faz parte do mundo onde fui criada. Vivo feliz entre estes objectos... mas dou-me conta que estão a perder carga e que o espaço adquire cada vez mais dimensão na minha vida».** Projectos? Alguns tomam corpo na cabeça de Olga, Elza, Sara ou Riva. **«Nos meus livros identifico-me com os personagens, cujo nome tem quatro letras».** A escritora prepara-se para retomar o tema de «Mandei-lhe uma Boca». Ou seja: o **impacto da Revolução na juventude da alta burguesia.** Seis anos depois. **«Já estou a tentar uma sondagem junto dos jovens».** Propõe-se, ainda, escrever um livro de contos sobre a «resposta» dos Estados Unidos. E ainda, ainda, um livro sobre mulheres, «segredo de oficina». Já que parar é morrer. Sobretudo para ela, uma enamorada da escrita. Para quem escrever é **«um caso de amor»,** Amor de fim-de-semana.

Lourdes Féria

Calvinho e Baptista: dois capitães no "gheto"

Capitão Calvinho

Capitão Baptista

Na senda do jovem capitão António Calvinho, outro militar de Abril da mesma patente e igualmente jovem, José António Fernando Baptista, acaba de ver preterida a sua promoção a major pelo Estado-Maior do Exército. Motivo: o capitão Baptista foi membro activo do Movimento das Forças Armadas, de Dezembro de 1979 a Dezembro de 1980 «gozou» um ano de licença limitada tendo nessa condição participado em diversas conferências e comícios, com intervenções consideradas pelo CEME «desprestigiantes para as Forças Armadas», uma vez que defendiam posições de esquerda que a hierarquia, pelos vistos, não suporta. No âmbito dessa actividade o capitão José Baptista fez algumas declarações na Rádio e na Televisão.

Comandante de uma companhia operacional no Leste de Angola, entre 1974 e 1975, o capitão Baptista (neste momento frequenta um Curso de Informática do Exército) esteve destacado até há pouco na Direcção de Arma de Infantaria, uma espécie de «prateleira» onde o capitão Calvinho também se encontra colocado, apesar de no seu regresso da licença limitada ter afirmado prentender regressar aos Serviços Cartográficos do Exército, em que estava integrado, dado possuir essa especialização «fruto» de um contacto activo de cerca de quatro anos.

E mais: se o regresso aos Serviços Cartográficos lhe foi preterido, também as suas nomeações de deslocamento para Beja e para Ponta Delgada lhe foram recusadas. Eram unidades «operacionais» e o capitão Baptista, apesar de comandante de uma companhia operacional no Leste de Angola, em Cazembo, e no COPLAD (Comando Operacional de Luanda) não reunia, pelos vistos, a especialização para tal efeito. Coisas!

Contradições do «Diabo»

Coisas e loisas que se encontram igualmente subjacentes na não promoção do capitaõ António Calvinho, primeiro presidente da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), e ele (próprio) deficiente com queimaduras de primeiro grau, colhidas numa picada de Moçambique (Metangula), quando «operacional» de uma companhia de «Comandos». Ele (próprio) Calvinho medalha e grande artífice da actual legislação em vigor, relativa às promoções de militares deficientes de que muitos oficiais bem mais jovens em antiguidade (e a maioria de direita) já beneficiaram. Ou será que para os chamados «aleijadinhos» da Armanda Falcão, dita Vera Lagos do «Diabo», uns o são e outros não «heróis do Ultramar»? Um Ultramar (em guerra) que parece ter calibrado os que a fizeram de forma consciente (a partir de 1964 a palavra de ordem era, à Esquerda, «em força para as fileiras militares de forma a consciencializar os quadros e as bases do Exército colonial», como já o fora em 1957 em França relativamente ao conflito na Argélia). Palavra de ordem que Calvinho, Baptista e outros assumiram em plenitude. E que esteve na «rampa de lançamento» da Revolução dos Cravos e na descolonização posterior. Sem subalternizar é claro a acção (decisiva) dos Movimentos de Libertação. Só que para a Hierarquia, Calvinho e Baptista não. «Desprestigiam as Forças Armadas». Soares Carneiro, por exemplo, é que não. Tal como já Marcelo Caetano o pensava na na cerimónia de «promoção da Brigada do Reumático!...»

Manuel Geraldo

CÂMARA MUNICIPAL
DO SEIXAL

COMEMORAR O 25 DE ABRIL, NO CONCELHO, É FESTEJAR OS CRAVOS VERMELHOS DA NOSSA LUTA — SEMPRE, E EM UNIDADE COM TODOS OS TRABALHADORES.

VIVA O 25 DE ABRIL

Câmara Municipal do Seixal

VIVA
O 25 DE ABRIL

Portugal comemora o 8.º aniversário do 25 de Abril. Há 8 anos, o fascismo foi derrubado, as liberdades fundamentais restauradas. Hoje, oito anos depois, a unidade dos trabalhadores é a força capaz de evitar o regresso ao passado.

Ao mesmo tempo que saúda calorosamente o 8.º aniversário do 25 de Abril, o Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca apela a todos os seus associados para que participem activamente nas comemorações desta data inesquecível na história do povo português.

A DIRECÇÃO

Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca

RTP: há galas e "galos"

Quatro despedidos lembram 'rosto novo' que o MFA lhes imprimiu em Abril de 74

Artur Ramos, Manuel Ferreira, António Torrado e Álvaro Salazar falam ao «DL» sobre 18 meses que marcaram o Lumiar

Num país onde o «Telejornal» é a imagem da televisão que temos, quatro dos principais dinamizadores da cultura como forma de intervenção no quotidiano de todos nós continuam afastados da Radiotelevisão Portuguesa há sete anos.

A dois deles (Artur Ramos e Manuel Ferreira), inicialmente, e outros mais (Álvaro Salazar e António Torrado), depois, foi destinada a tarefa, por parte do MFA, de «dar novo rosto» à RTP, reestruturando os seus serviços e programação em consonância com o espírito de Abril.

Nessa função, Artur Ramos, 25 anos de televisão, uma experiência despertada em França e lá novamente enriquecida, e Manuel Ferreira empenharam-se, como membros da Comissão de Programas criada pelo Movimento das Forças Armadas, com sacrifício e empenho, juntamente com Álvaro Guerra e Manuel Jorge Veloso, cada qual na sua área (Álvaro Guerra era o responsável pela Informação), mas todos trabalhando em uníssono, com espírito colegial.

Álvaro Salazar e António Torrado, aquele lidando de perto com Máno Vieira de Carvalho, reforçaram essa equipa depois, com funções distintas. Mas ambos, ao lado de Artur Ramos e Manuel Ferreira, apostados em revelar a cultura portuguesa em todas as suas manifestações.

O «DL» fez há dias breve balanço desse «rosto novo» que imprimiram então, durante dezoito meses, ao nosso mais importante e vasto órgão de Comunicação Social, deixando, quando em 1976 foram definitivamente (?) despedidos, trabalho e obras que durante alguns tempos contribuíram para disfarçar a mediocridade e o vazio da RTP, hoje flagrantemente evidentes.

Numa espécie de mesa-redonda que com eles tivemos há dias, Artur Ramos, Manuel Ferreira, Álvaro Salazar e António

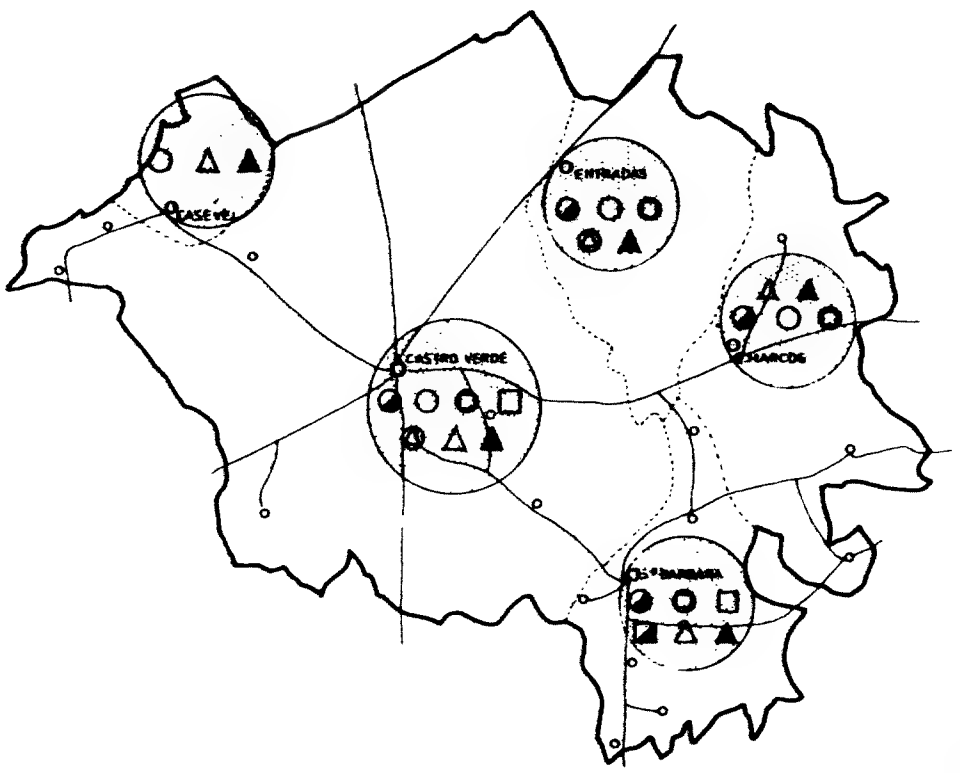
Manuel Ferreira, António Torrado, Artur Ramos e Álvaro Salazar: quatro despedidos da RTP em Julho de 1976 falam sobre a televisão que tivemos e a televisão que temos

S. R.

MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE
CÂMARA MUNICIPAL

ACÇÕES EM CURSO E A DESENVOLVER

- ABASTECIMENTO DE ÀGUA
- ESGOTOS
- ELECTRIFICAÇÕES
- ARRUAMENTOS
- VIAÇÃO RURAL
- HABITAÇÃO
- EQUIPAMENTOS SOCIAIS
- INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS



ANO DE 1982

SAVLIS INTERNACIONAL
Representações Importação e Exportação
DE PARA TODO O MUNDO

ARTESANATO

SE ESTÃO INTERESSADOS EM DESENVOLVER
AS VOSSAS EXPORTAÇÕES
E TEM DIFICULDADES NA COLOCAÇÃO
DOS VOSSOS PRODUTOS

CONSULTEM-NOS

TEMOS DEPARTAMENTOS ESPECIALIZADOS
NO ESTUDO E PROMOÇÃO DE MERCADOS, DISPONDO
DE UMA REDE MUNDIAL DE AGENTES
E REPRESENTANTES PARA UMA RAPIDA
COMERCIALIZAÇÃO DA VOSSA PRODUÇÃO

REPRESENTAÇÕES
E EXPORTAÇÕES
DE E PARA TODO O MUNDO

ESCRITÓRIOS:
RUA DE SANTA JUSTA, N.º 69-3.º
1100 LISBOA
TELEFONES: 32 28 96 / 32 26 30
TELEX 42630 SAVLIS P.

ARMAZÉNS:
AVENIDA ASSIS CHATEAUBRIAND, 28-B C/V
2780 OEIRAS
TELEFONE: 302 05 45

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

Comemorações do 25 de Abril

No próximo dia **25 de Abril,** Évora comemorará o aniversário da Revolução. Será mais um aniversário — e mais uma comemoração popular, pois o Povo deste concelho associa o 25 de Abril à vida em liberdade que recomeçou, e que permitiu, em cada momento, dar vida nova às suas aspirações e capacidade criadora.

Comemoração diferente, pois que referida a um mesmo projecto de libertação e construção da sociedade, mas que encontra em cada fase da nossa vida novas dificuldades a vencer, e novas forças para as ultrapassar.

Na madrugada de 1974, os Capitães de Abril deram corpo à revolta deste Povo, tomaram em mãos as armas da sua libertação: foi o fim da Ditadura, da repressão policial do controlo mesquinho de cada um dos nossos actos e pensamentos, do vergar das consciências pela fome e pelo medo. As portas que Abril franqueou aos portugueses conduziram às liberdades fundamentais, ao fim das guerras coloniais, ao desmantelamento dos grupos económicos monopolistas, à Reforma Agrária, às nacionalizações das grandes empresas e sectores fundamentais da economia, à participação dos trabalhadores no controlo da produção.

Hoje, as conquistas de Abril estão vivas — mas ameaçadas pelos seus inimigos de sempre. E vamos defendê-las, formar a barreira de todos os que encontram no diálogo fraterno a força para combater os inimigos da liberdade. Por isso, — para isso — vamos comemorar o oitavo aniversário da revolução de Abril.

Será um dia de festa — um dia de luta. Reafirmaremos, do diálogo lúcido dos democratas, a força de um projecto de sociedade mais justa e mais fraterna.

Manifestaremos a nossa alegria criadora, eterna juventude de Abril. Defenderemos a Constituição de Abril contra os que pretendem destruir o seu espírito.

Na unidade de todos os democratas residirá a força que nos levará a vencer os inimigos dos ideais do 25 de Abril.

25 DE ABRIL SEMPRE! **VIVA A LIBERDADE!**

Torrado, em particular os dois primeiros, lembram o que então fizeram sob as ordens de Conceição e Silva, Costa Brás, e Duarte Ferreira, os primeiros militares que o MFA destacou para o Lumiar, por onde depois passariam também Ramalho Eanes, o capitão Águas e o tenente Geraldes, entre outros.

«Não nos podem acusar de corrupção nem de incompetência»

«Não nos podem acusar nem de corrupção, nem de nepotismo, nem de incompetência, nem de falta de isenção. E, no entanto, despediram-nos há seis anos sem qualquer base nas leis de trabalho que nos regulam. Agora que a RTP comemora os seus 25 anos e que em 25 de Abril a Revolução entra no seu 8.º ano, é imperioso e urgente que isto se diga».

Manuel Ferreira, escritor e intelectual que entre Maio de 1974 e Julho de 1976 foi, com Artur Ramos, Manuel Jorge Veloso e Álvaro Guerra integrou uma equipa pluralista e harmoniosa, encarregada de dar novo rosto à televisão portuguesa, falou assim há dias ao «DL» em casa de Artur Ramos, afirmando que a RTP deveria era, isso sim, fazer gala em ter ao seu serviço os melhores elementos. «Que é hoje esta televisão comparada com a que tivemos durante aquele período?», acrescenta Manuel Ferreira, cabelos eternamente brancos, cachimbo bem assestado. Logo Artur Ramos, realizador que os parceiros apreciam, indistintamente de etiquetas ideológicas, ajunta: «A RTP deveria era fazer gala numa boa programação.»

Artur Ramos detém um recorde na RTP: foi despedido antes e depois de 25 de Abril. Entre as duas cessações prestou a sua colaboração à televisão portuguesa em regime de «free lancer», chamado por Marcelo Caetano, então ministro da Presidência. Encontrava-se em Paris e deixou a França para voltar à RTP. Mas recusou desde logo integrar os seus quadros de pessoal efectivo. Foi dos primeiros profissionais contactados depois do 25 de Abril para «dar novo rosto à televisão». Aceitou o convite do MFA e integrou a comissão que colegialmente dirigiu os destinos da sua programação durante dezoito meses. Em Setembro de 1976 o capitão Tomás Rosa assinou o seu despedimento, por alegado envolvimento nos acontecimentos de 25 de Novembro. O mesmo lápis azul despediu António Torrado (chefe do departamento de programas infanto-juvenis), Manuel Ferreira (chefe dos programas culturais) e o maestro Álvaro Salazar, que passou a integrar o sector musical da RTP em Junho de 1975, juntamente com o nosso camarada de trabalho Mário Vieira de Carvalho – outro dos «saneados» –, como co-responsável pelo melhor e mais activo período que a televisão até hoje nos legou.

Mas na gala comemorativa dos 25 anos da RTP, excepção para Artur Ramos que milhões de portugueses ouviram num dos momentos mais emotivos que o programa teve, nenhum deles participou. Não é isso que está em causa agora: o que se põe é o facto de ainda não terem sido readmitidos e, particularmente, o facto da RTP que temos hoje ser uma sombra da que Portugal viveu durante os dezoito meses imediatos a Abril de 1974.

«Havia preocupação, qualidade, seriedade. E pluralismo, se tivermos em conta a época revolucionária, de mudança, que então se vivia. E não era, nem foi, fácil mudar o rosto da televisão com os escassos poderes que nos deram. Nas mais diversas circunstâncias, quem conhece bem a televisão portuguesa e o ambiente que aí se viveu até 25 de Abril reconhecerá que fomos todos de uma extraordinária benevolência», diz-nos Manuel Ferreira. «Havia pressões de todos os lados, em particular, então, dos esquerdistas. Podíamos sanear quem quiséssemos. Mas não o fizemos. Mantivemos até muitas, mesmo muitas pessoas afectas ao antigo regime, com responsabilidades nele. Trabalhámos com lisura e absoluta limpeza. Talvez por isso fomos despedidos», acrescenta Manuel Ferreira.

«Escrever é lutar»: a imagem de uma RTP que vai longe...

«Escrever é lutar» foi, porventura, dos programas de maior audiência até 25 de Novembro, da responsabilidade directa de Manuel Ferreira, que delegou a sua orientação em Fernando Assis Pacheco e José Carlos de Vasconcelos, ambos jornalistas, ambos escritores. Até neste facto se vê que pluralismo não foi, na prática, termo vão relativamente ao «novo rosto» cultural da RTP. Mas na hora de sanear, o ferrete do despedimento recaiu sobre aquele, mais Artur Ramos, António Torrado, Álvaro Salazar e Mário Vieira de Carvalho, para referirmos cinco entre 23 dos despedidos de então. A lista cresceu, entretanto, já sob a égide de Proença de Carvalho, sendo neste momento de 25.

«Se o 'Telejornal' é a imagem, quanto a mim imprópria, da televisão e das suas 'nuances' políticas, ainda não percebemos por que razão é que todos nós, que não pertencíamos nem nunca pertencemos a esse serviço, fomos despedidos. O que se pretendeu foi, isso sim, negar e sonegar a cultura ao povo portu-

MARQUISES
E CAIXILHARIA EM ALUMINO ANODIZADO
ORÇAMENTOS GRATIS
CAIXILUX
COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALUMÍNIOS, LDA.
DIVISÓRIAS
RESGUARDOS
PARA
BANHEIRAS
ESCRITÓRIO E SALÃO DE EXPOSIÇÃO
(Aberto das 9 às 21 h.)
Rua Francisco de Holanda, 28-A
Telef. 77 74 88 – 1100 Lisboa
FÁBRICA – Telefs. 92 07 00 - 92 12 03

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

COMEMORAÇÕES DE ABRIL - 1982

guês», defende Manuel Ferreira. António Torrado, que por solicitação daquele, e após a prestação de provas em concurso público, ingressou nos quadros da RTP, lembra recentes declarações de Proença de Carvalho e o que se pensa sobre a cultura no «mundo» que é a RTP: «A RTP nãc pode inventar um país que não existe» e «a suposta mediocridade dos valores portugueses não justifica sequer um investimento cultural».

Contra estes argumentos do presidente da RTP e da sua afirmação de que se encontra «na cauda cultural da Europa», como se se pudesse colocar a cultura de um país em termos tão simplistas, António Torrado evoca o que a televisão de então nos proporcionou, uma lista de programas que seria exaustivo enumerar. Eis aqui alguns:

«Com coragem também se faz história», «Registo das personalidades da nossa contemporaneidade», «Hoje há palhaços», «Fungagá da Bicharada», estes dois dirigidos aos mais jovens, e «Escrever é lutar», programa que nunca é de mais repetir. E também «Era uma vez três», que tratou de grandes temas através de Eunice Munoz e João Perry. É claro que, uma vez por outra, havia o recurso aos «enlatados», mas com uma exigência: a da qualidade. Nem todos os «enlatados» estrangeiros, como temos visto na programação que agora nos entra em casa, pouco diferente da que nos era impingida antes de Abril de 74, é de qualidade. Mas havia outra preocupação da parte destes homens: revelar os valores da cultura portuguesa, que não é tão pequena como pretende Proença de Carvalho. António Torrado intervém a propósito: «Estamos no rabo da Europa, é bem verdade, mas quanto a televisão. Nunca culturalmente.»

Cultura portuguesa: uma lição a Proença

Quem é que desafectou a missa dominical da RTP dos estúdios do Lumiar transmitindo-a de igrejas, capelas e basílicas? Ora bem: foram os responsáveis pelos programas culturais, porque a actividade religiosa é desse pelouro. Os novos responsáveis voltaram ao princípio e, hoje, a missa é novamente transmitida de um estúdio da RTP, outrora a chamada «caverna». Manuel Ferreira explica o porquê dessa mudança: «Fomos sempre defensores da qualidade, da beleza fílmica. Uma missa transmitida de uma igreja tem outra riqueza, é muito mais sublime que a que hoje nos chega a casa.»

Seis horas semanais de programas culturais, um programa de 50 minutos que levou à Televisão Portuguesa figuras e perfis que antes lhe eram negados, como Fernando Namora, João de Barros e Bento de Jesus Caraça, são outros motivos de que se orgulha a equipa de despedidos, eminentemente voltada para a realidade nacional e para a cultura portuguesa. Mas há ainda hoje quem dela tenha medo, quem a desvie a quantos neste país pagam taxa televisiva preferindo a superficialidade, retirando-nos o direito de pensar e agir.

Foi nesses dezasseis meses imediatos a Abril de 74 que a RTP abriu as portas a um bom punhado de realizadores portugueses, como lembra Artur Ramos. Cooperativas como a «Cinequanon» e «Cine-Equipa», entre outras, puderam mostrar aos telespectadores portugueses os seus trabalhos todas as semanas, a despeito das dificuldades económicas serem muitas. António Reis, alma de poeta e humanista em corpo pequeno de grande cineasta, teve o apoio da RTP para filmar «Trás-os--Montes». Galvão Teles e Luís

Artur Ramos: 25 anos de televisão, duas vezes despedido

Filipe Rocha foram dois dos muitos realizadores revelados através da RTP. Mais de sessenta pessoas ligadas ao cinema movimentava então a RTP. E hoje? Vendo bem a sua programação o resultado é praticamente nulo. Há homens de valor que incomodam os novos responsáveis – concluem estes homens com os quais há dias fizemos o balanço da televisão que tivemos e da televisão que temos.

Quantos intelectuais portugueses têm passado no Lumiar ou na 5 de de Outubro? Poucos, muito poucos para além de Manuel Alegre e Natália Correia, presenças a que os portugueses se habituaram nos últimos tempos. Depois de Abril, até Novembro de 1975, mais de 80 por cento dos nossos intelectuais foram revelados, ao vivo, ao povo portug.ês – garante Manuel Ferreira. Havia a preocupação de levar ao Lumiar quem lá não tinha ido antes e a que Portugal muito devia e deve. Daí que pelos seus estúdios tenham passado políticos, escritores, pedagogos, músicos, poetas e pessoas com responsabilidades de Estado – acrescenta.

Tudo isso foi possível «apesar do miserabilismo económico» e do «pouco dinheiro de que a RTP dispunha», exigindo muitos sacrifícios a todos, nota Manuel Ferreira. Mesmo assim foi possível revelar cidades e aldeias, clubes, figuras, folclore, etnologia, sociedades de cultura e colectividades. Hoje – pergunta –, que vemos?

«S. Marcos do Campo»: ten. Geraldes não gostou

A música não ficou atrás na sua obrigação de revelar (com qualidade) aquilo a que os portugueses têm direito. Mário Vieira de Carvalho e Álvaro Salazar, «o Salazar bom» para os amigos. «Música, Música» terá sido o programa de oiro da equipa e «S. Marcos do Campo», no Alentejo, um marco histórico da sua actividade, de que o tenente Geraldes, um dos responsáveis de então, não gostou nada, lembra Álvaro Salazar. O departamento fez encomendas a compositores portugueses – o que antes e agora não se passa –, apresentou o filme «O regresso de Ulisses» e os «enlatados» adquiridos eram todas de boa qualidade. Havia a preocupação de os visionar, como de comentar todos os serviços televisados – o que agora não acontece.

«Como vão longe os bons tempos televisivos», lembram Artur Ramos e Álvaro Salazar, lastimando que a RTP hoje nos dê nacional-cançonetismo de baixa qualidade, «através de grupos de décima categoria», enquanto que os profissionais de qualidade nem sequer são contactados.

O cinema deixou também uma margem de marca durante esse período. Artur Ramos põe o acento tónico na escolha criteriosa que a comissão de programas revelava na sua actividade, obrigando os distribuidores portugueses a optarem também pela qualidade. Eduardo Prado Coelho, Fonseca e Costa, Carlos Porto e José Saramago prestaram apreciável apoio a essa preocupação, dentro da abertura que a RTP manifestava a cinematografias desconhecidas sem dispensar as películas norte-americanas e europeias de valor. «Angústia para o jantar» para o efeito adaptado ao cinema passou na RTP em seis episódios e revelou um jovem e talentoso realizador, Jaime Silva, também procedente das cooperativas do sector. No que toca ao teatro, durante esses dezoito meses foi possível a participação de quase todos os nossos realizadores, muitos deles propondo as suas próprias obras. E hoje, como é? Bem diferente, conclui Artur Ramos, 25 anos de televisão, o realizador mais antigo da RTP, neste momento na «prateleira». Como o próprio teatro português, como os realizadores portugueses, afinal. Artur Ramos lembra que nos seus tempos «Os Bonecreiros», «A Barraca», «Grupo-4» e «Cornucópia» trabalhavam bastante para a televisão. Aliás, como as cooperativas de cinema, cuja colaboração «era bastante regular».

Entre 25 de Abril de 74 e 25 de Abril de 76 a RTP transmitiu 36 peças novas, para além de outras em arquivo. Logo no ano seguinte o seu número baixou para oito. O número do ano passado foi sensivelmente igual a 76/77. Presentemente, há uma nova de dois em dois meses, nem sempre gravada em estúdio. E já não passam pelo Lumiar obras como «A Estátua», de Stau Monteiro, «Juan Palmieri», de António Larreta, (A Guerrilha Urbana no Uruguai) entre 1975 e 1976 aureolada com o prémio de melhor interpretação do Festival Internacional de Praga. Peças de Alfonso Sastre, Brecht, Sartre e Peter Weiss faziam então parte, regularmente, dos horizontes televisivos.

Nada disso passa na televisão que temos. Mas há telenovelas...

Júlio Rodrigues

CÂMARA MUNICIPAL DE BEJA

Inabalável confiança no futuro

Queiram ou não os seus detractores maliciosos, os seus inimigos frontais ou encapotados, sedentos do regresso deste País à noite tenebrosa do fascismo, o 25 de Abril existe, está vivo nas irreversíveis conquistas sócioeconómicas e políticas que proporcionou ao Povo Português.

Certo é que nem tudo, ao longo destes oito anos de luta, correu linearmente como os verdadeiros homens de Abril desejariam. Uma Revolução tem inevitáveis acidentes de percurso, desvios e recuos, não se cumpre consoante o rigor do programa dos que, em nome das massas populares, asseguraram a condução do processo.

Os que, de sopetão, viram escapar-se-lhe o Poder político e económico, que detinham arbitrariamente, os detentores de privilégios e benesses em clara ofensa à razão dos oprimidos e explorados, souberam valer-se das reticências dos vacilantes, da sinceridade, em muito ingénua, dos democratas convictos, para matreiramente saírem do covil e tentarem o retorno às posições--chave que ocupavam nos consulados da ditadura fascista.

Houve incoerências que se pagaram a elevado preço, houve indecisões que o inimigo não perdoou, houve cobardias e traições que obrigaram a retrocessos, houve conciliações e cumplicidades que, enroupadas em passados de luta pela Democracia, não mais foram do que a tardia passagem para a barricada dos que tudo fazem para a negar e destruir.

Momentos difíceis se colocaram e colocam a todos os que se batem por uma sociedade a caminho do socialismo autêntico, a todos os que nada mais anseiam do que uma Pátria edificada na base de profundas reformas sociais, políticas e económicas que dêem ao Poder a Justiça e a Liberdade, que dos princípios democráticos e socialistas programaticamente emanam.

A hora é, pois, de comedida euforia, de reflexão e de unidade perante os perigos que nos espreitam. A hora é de luta. E por ser de luta é de inabalável confiança no futuro. E por ser de luta é também de festa, porque lutar do lado da razão, do lado da justiça social, é sempre motivo de alegria colectiva.

O 25 de Abril, que oito anos transcorridos, comemoramos, é o «25 de Abril, sempre!». Por ele lutaremos com todas as nossas forças, certos de que a vitória final, como ensina o incontroverso processo histórico da Humanidade, será sempre dos que, de punho erguido, tatuaram no coração, a bandeira da Democracia e da Liberdade.

Gritar «25 de Abril, sempre!» é reafirmar, nesta hora de inquietação pelo futuro da Democracia em Portugal, que ninguém nos arredará do caminho que há-de conduzir à Pátria verdadeiramente livre que o Povo deseja, na senda do socialismo que merece.

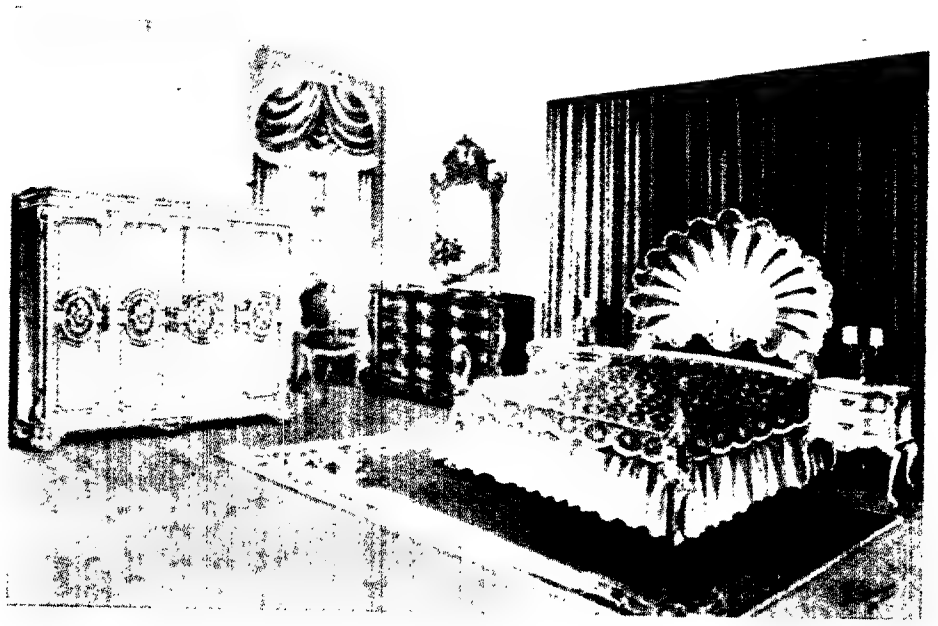
Beja, 25 de Abril de 1982

ARMAZÉNS DE MÓVEIS

BEIRA RIO

DE

ANTÓNIO CARLOTO



MÓVEIS EM TODOS OS ESTILOS

PARA VOSSO INTERESSE

CONSULTEM OS NOSSOS PREÇOS

VENDAS | Rua Miguel Bombarda, n.ºs 222 e 222-A — Telef. 207 24 48 BARREIRO

Rua Serpa Pinto, 43 e 45

Para quê aquele

Peso pesado preferiu

Conversamos a meio da manhã, no exterior da sua tranquila residência da zona ocidental de Havana. Dentro de casa, Mercedes, jovem professora de dança e sua companheira desde Agosto passado, orientava a tarefa da mudança de móveis. Daí o nosso encontro nos degraus da pequena escadaria, a meio do relvado fronteiro à casa. Foi a maneira agradável, informal, de conversar nessa manhã quente das Caraíbas com o já lendário «boxeur» de pesados, tricampeão olímpico e bicampeão mundial Teófilo Stevenson o homem que não temeu enfrentar o rei dos profissionais, Cassius Clay, e recusou ofertas sucessivas de um e dois milhões de dólares para deixar o combate amador.

Falamos em fins de 81. Stevenson preparava uma viagem à RFA, ao Congresso Olímpico, a convite do Comité Olímpico Internacional. Há meses que não treinava devido a uma lesão numa vértebra cervical. Todavia, nos seus planos, brilhava o sonho da proeza inigualável de uma quarta medalha de ouro.

«Não sei se poderei combater em Maio, no mundial a realizar na Alemanha Federal.

O redactor do «DL» com Teofilo Stevenson, em Havana

PINTE A SUA CASA
A CÂMARA DÁ-LHE A TINTA

A Câmara Municipal do Seixal constata que, apesar de uma larga utilização do Programa de Recuperaçâm de Imóveis Degradados (PRID) mantêm-se situações de clara degradação em elevadm número de edifícios das zonas antigas do concelho.

Por outro lado, as características urbanísticas e o peso histórico das zonas antigas do concelho, justificam aquilo que se poderá considerar como uma vasta operação de recuperação e protecção do património histórico cultural que essas zonas também representam.

Neste sentido, e por proposta do presidente da Câmara, deliberou esta autarquia, promover através dos Serviços Municipais de Habitação um **Programa Especial para a Recuperação de Exteriores** dos edifícios situados nas zonas antigas das localidades de Amora, Arrentela, Paio Pires e Seixal.

Este programa, regulamentado por regulamento próprio, permitirá a proprietários de fracos recursos a realização de obras de recuperação de exteriores dos seus imóveis, através da comparticipação municipal que consta da oferta de todas as tintas necessárias às referidas obras. Paralelamente a Câmara isenta das taxas habituais aqueles que recorram ao presente programa.

Os Serviços Municipais de Habitação, que controlarão a execução de todo o Programa, e as Juntas de Freguesia estão aptas a fornecer todos os esclarecimentos necessários.

Seixal, Março de 1982

Câmara Municipal do Seixal

SERVIÇOS MUNICIPAIS DE HABITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

Câmara Municipal de Benavente

SAUDAÇÃO

A Câmara Municipal de Benavente reunida em sessão ordinária de 22/4/82 saúda a população do concelho por ocasião do 8.º aniversário da Revolução do 25 de Abril. Saudamos igualmente os heróicos Capitães de Abril que interpretando a vontade do Povo derrubaram a odiosa ditadura fascista pondo fim à guerra colonial e abrindo caminho às profundas transformações de carácter político, social e económico consagradas na Constituição da República Portuguesa. Façamos das comemorações do 25 de Abril uma jornada de confraternização de todos aqueles que se reconhecem nos ideais de Abril.

VIVA O 25 DE ABRIL! VIVA A LIBERDADE, A PAZ E O PROGRESSO SOCIAL!

milhão de dólares?

a Revolução cubana

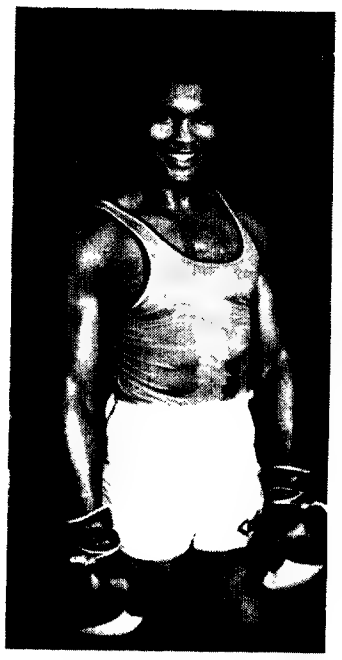
Mas espero ir a Los Angeles em 1984. Será a minha última olimpíada e espero que seja a quarta vitória e consecutiva. Então sim, deixarei definitivamente de combater».

Tímido e avaro nas palavras, Stevenson fala pausadamente. O seu metro e noventa e três repartido por noventa e seis respeitáveis quilos impressiona. Como impressiona o raro palmarés de 227 combates (de que apenas perdeu 11), iniciado em 1966, em Victoria de Las Tunas, às escondidas de Dolores Lawrence, sua mãe. Tinha 15 anos e começou com uma derrota. John Herrera, o primeiro treinador e amigo da família foi importante na opção do boxe. Tal como seu pai, também de nome Teófilo, oriundo dos Barbados e que emigrou para Cuba em 1923, onde começou por ser estivador, boxeur e, mais tarde, empregado numa empresa açucareira norte-americana.

Stevenson hesitava aos 15 anos, entre o boxe, o basquetebol e o basebol. O basquete atraía-o como jogo de equipa e porque se julgava mais hábil a encestar que a «disparar» a direita sobre os adversários.

«Não tinha muita confiança no meu futuro até que em 1969 o soviético Chervonenko me designou para a pré-selecção de seniores. Começei a combater mais vezes e a contar vitórias sobre vitórias. A ele devo os principais conhecimentos técnicos e, sobretudo, a confiança e vontade de vencer sempre».

Venceu torneios nacionais e pan-americanos e foi designado



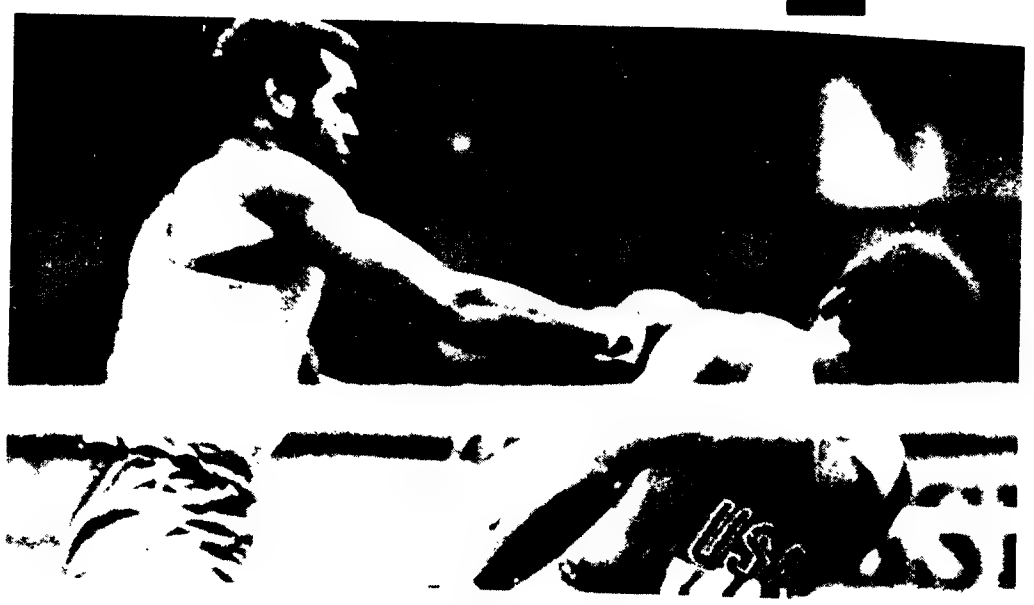
para a selecçao cubana as olimpíadas de Munique (1972), na categoria de pesados. Os norte-americanos contavam nessa categoria com Duane Bobick, apelidado da «esperança branca dos EUA». Stevenson era ainda um desconhecido da alta roda do boxe. Foi o combate mais difícil de toda a sua carreira. **«Se não estivesse então em boa forma teria perdido. Ganhei porque desenvolvi maior velocidade. Ele bateu-se fortemente durante os três assaltos. Só no último consegui chegar-lhe duro com a direita e pô-lo fora de combate.»**

Tornou-se mundialmente famoso. E, como acontece com todos os grandes campeões olímpicos, foi aliciado para o boxe profissional. Dos EUA vem o primeiro convite de peso: um milhão de dólares, só para começar. Recusa. Todos se espantam. Um jornal de Boston titula a seis colunas **«prefere ser vermelho a ser rico...»**.

É que Teófilo Stevenson, de 20 anos, respondera simplesmente: **«não, não abandonarei o meu país por um milhão de dólares, nem por muito mais que isso. Que significa um milhão de dólares em comparação com oito milhões de cubanos que me amam?»**.

Meses depois em Havana, num dos seus célebres e longos discursos, Fidel fará a pública homenagem do jovem negro «que recusou ser objecto de lucro, de exploração». **Que diferença – disse Fidel – do tempo em que o imperialismo mantinha este país em tais condições morais que se considerava uma vitória ser contratado, receber dinheiro para praticar desporto, ir aqui e acolá, fazer-se profissional, vender-se!»**

Por esse tempo especulava-se nos meios internacionais do boxe sobre quem seria o verdadeiro «rei» dos pesados: Stevenson, o amador, ou Cassius Clay, o profissional? Clay, sem rival no mundo dos profissionais dizia que não temia nada e ninguém. Stevenson, já vencedor da 2.ª medalha olímpica (Montreal, 1976) e a prometer ganhar a terceira em Moscovo, não comentava a tremenda especulação em torno dos dois grandes pugilistas. Por fim veio o desafio dos meios profissionais dos EUA. Nem Cuba, nem Stevenson recusavam «o combate do século». Este não chegou, todavia, a realizar-se.



Uma potente «direita» aplicada ao norte-americano Tommy Tubbs

«Estive sempre disponível para combater com Cassius mas na condição de o combate ser realizado dentro das regras do boxe amador. Eles não quiseram...» comentou-me, irónico, o campeão cubano.

O deputado

Stevenson pensa, depois de Los Angeles, 1984, continuar ligado ao boxe, mas apenas a «treinar ou ensinar os mais novos». Na sua opinião, Milans, seu grande rival em Cuba e nao só (venceu recentemente o campeão norte-americano no encontro Cuba-EUA) não chegará, provavelmente a suceder-lhe nos triunfos olímpicos. **«Teve uma oportunidade que não resultou e agora, para mim, o futuro campeão será o Jorge Luís Gonzalez. É forte, tem 20 anos e é ainda mais alto que eu...».**

O dia-a-dia de Stevenson não se limita ao boxe. Correr todas as manhãs vários quilómetros para – diz – **«ganhar resistência e flexibilidade»** e porque é bom também respirar o ar da madrugada. Pratica habitualmente, o basquetebol para manter o ritmo de pés.

Todavia, quando não está em competição, o grande pugilista – profundo admirador da poesia de Neruda e Guillen – cumpre as suas tarefas como deputado eleito pela província de Las Tunas. Foi a pergunta final dessa conversa de Outubro, no bairro ocidental de Havana: que sente, como funciona o deputado-tricampeão olímpico de boxe?

«Como deputado, percorro **o país e, sobretudo a região que me elegeu. Falo com as pessoas, vejo as coisas, e assim conheço melhor os problemas do povo e posso melhor trabalhar e lutar pelos seus interesses».**

Eugénio Alves

SAUDAÇÃO

25 DE ABRIL SEMPRE

Só quem não tenha dentro de si um pouco de humanidade, só quem, egoisticamente, se agarra a privilégios, fazendo por esquecer as carências de que o nosso Povo sofre, é que não sente uma doce emoção ao evocar a data mais bonita da História de Portugal: 25 de Abril!

É sempre com prazer que se repete o sentido destas palavras, ano após ano pois elas somente soam fastidiosas a quem for insensível ao belo significado da Revolução de Abril. E se mais razões não houvesse que justificassem a repetida alusão ao histórico evento, sempre haveria uma importante razão: o silêncio a que fomos forçados durante quase meio século de fascismo, essa sórdida afronta à Humanidade!

Nunca é demais lembrar que, para muitos portugueses e portuguesas com fome, a Reforma Agrária foi um deslumbramento! E foi Abril que criou condições para essa conquista!

Nunca é demais lembrar que a exploração e a prepotência dos monopólios (base do fascismo) tiveram o seu termo! E foi Abril que tornou possível esse bendito alívio.

Nunca é demais lembrar que não foi só para o Povo português que a Liberdade sorriu nesse dia. Enquanto a Madeira e os Açores se encontravam desabitados quando foram descobertos, as ex-colónias já tinham povos, que passaram a ser oprimidos, humilhados e violentados duramente durante centenas de anos! E foi Abril que possibilitou acabar-se com essa tirania!

Mas é preciso lembrar também que a reacção conseguiu instalar-se, de novo, no poder, enganando, para isso, quem se iludiu com as suas falsas roupagens «democráticas».

Mas é preciso lembrar também que a reacção tenta uma perigosa cartada, procurando influenciar, para isso, democratas, na esperança de conseguir, através de uma Constituição ilegal (porque inconstitucional), instalar o fascismo de novo, ao mesmo tempo que responsabiliza o 25 de Abril pela crise grave em que a sua política incompetente e ruinosa vem mergulhando o país, com todo um cortejo de preocupantes realidades: inflação, desemprego, descalabro económico, falta de habitação, política de saúde incrivelmente doente...

É preciso, portanto, lembrar tudo isto que Abril permitiu que pudesse ser lembrado. Assim como é preciso que a luta continue, sem desfalecimentos, até à vitória dos ideais justos e patrióticos que norteiam os verdadeiros democratas.

Saudando, em mais este aniversário o Povo do Barreiro, de tão consagradas tradições progressistas, exortamo-lo a que façamos desta festa de Abril mais uma jornada alegre, consciente e confiante em que a Revolução triunfará!

A agressão que o nosso Povo sofre neste momento, nos campos social, económico e cultural há-de ser vencida! Portugal há-de ser o que Abril nos prometeu!

VIVA A LIBERDADE!
25 DE ABRIL SEMPRE!

Ano 1982
Comissão Organizadora das Comemorações do 25 de Abril

Se o seu
PROBLEMA é DOMINAR
uma LÍNGUA em pouco tempo
Nós temos a solução!

Inglês, Francês, Alemão, Holandês.
Portuguese for Foreigners.

Um método infalível e garantido
para aprendizagem e domínio de
línguas em pouco tempo

cambridge school

AV. GUERRA JUNQUEIRO, 8-1° DIR — TEL 884544 · 899601 — 1000 LISBOA
AV. DA LIBERDADE, 173-1° — TEL 554780 · 554789 — 1200 LISBOA
EST. DE BENFICA, 729-3° DIR — TEL 704329 · 703638 — 1500 LISBOA
PRAÇA DO M F A , 12 1° — TEL 2760234 · 2753218 — 2800 ALMADA
RUA DUQUE DA TERCEIRA, 381-1° — TEL 560380 · 561130 — 4000 PORTO

APA · CS 2/82 Adult

crítica de teatro

CARLOS PORTO

Portugal anos 40 em revista

«PORTUGAL ANOS 40», espectáculo pelo Teatro Experimental de Cascais, sobre uma ideia de Carlos Wallenstein. Texto: Luiz Francisco Rebello. Encenação: Carlos Avilez. Concepção plástica: José Rodrigues. Direcção musical: Joge Machado. Coreografia: Águeda Sena. Fotos: Eduardo Gageiro. Supervisão de Figurinos: Helena Reis. Interpretação: António Marques, Carlos Freixo, Cecília Guimarães, Fernando Corte Real, Ilda Roquete, João Vasco, Luísa Salgueiro, Maria Albergaria, Marília Costa, Paulo B. Bailarinos do Ballet Gulbenkian. Alunos dos Cursos de Bailado da Fundação Gulbenkian. Alunos do Conservatório Nacional. Conjunto Musical do Conservatório Nacional. Estreia: Átrios da Fundação Calouste Gulbenkian, 16-4-1982.

Integrado na série de manifestações dedicadas aos Anos 40, iniciativa da Fundação Gulbenkian, estreou-se nos átrios da sede respectiva um espectáculo teatral que pretendia «dar testemunho do que nos referidos anos ocorreu e dar uma mãozinha à Exposição de Arte Portuguesa dos ditos anos aberta na galeria que fica ao lado».

A apresentação, neste Abril comemorativo, de um espectáculo de teor nitidamente antifascista e representando uma abertura a formas de expressão de que a Fundação parecia desinteressada, e o simples facto de ser este o primeiro espectáculo de teatro directamente produzido por aquela instituição, justificam uma saudação especial. A importância do especáculo, o seu significado como manifestação teatral, a maneira como investe em espaços inabituais (embora o polaco Józef Szajna tenha apresentado um espectáculo no mesmo local), tornam essa saudação ainda mais inevitável

Sublinhando deste modo o aspecto de acontecimento de que se revestiu esta representação, convém ver o que é, como funciona, onde chega. O primeiro aspecto que se verifica é provavelmente consequência do tempo escasso de que os seus criadores dispuseram (e que se lamenta): o espectáculo vale mais como projecto do que como realidade Pode dizer-se que há, pelo menos, três áreas distintas que não chegam a conjugar-se o que tornou inevitável, por um lado, o desfasamento entre elas, e, por outro, a sobreposição abusiva de uma, cujo peso desequilibrou o espectáculo tanto esteticamente como sob o ponto de vista de dimensionamento crítico.

Essas áreas são constituídas pelo texto de Rebello, pela cenografia de José Rodrigues e pelo trabalho de Carlos Avilez. Devemos ter em conta para o entender os seguintes factores: o trabalho de Avilez, com a predominância de números de revista da época, invadiu as áreas restantes, o que não teria importância se, dessa maneira, não tivesse subvertido os valores que naqueles subjazeriam. Consequência imediata: o espectáculo, mais e menos do que uma reflexão, em forma teatral, sobre a época em questão, é uma antologia das revistas dos Anos 40. O texto de Rebello foi, em parte, substituído por textos revisteiros, o que impede uma análise segura de como poderia traçar o quadro da situação política, social, cultural do tempo.

O texto funciona como o roteiro de uma família, da média burguesia lisboeta, que absorve os vectores do fascismo através do pai, que vai evoluindo em especial pelo contacto com um amigo que exprime um ponto de vista oposicionista, até aceitar rever o seu posicionamento ideológico, embora política, cultural, socialmente não se observe nele evolução semelhante. A mulher, por sua vez, de quem é sublinhado o carácter retrógrado da sua posição na família (a política não é para as mulheres, diz e repete ele), evolui negativamente acabando por se manifestar activamente a favor do regime. Quanto aos dois filhos a sua evolução é logicamente progressista: ela acaba intérprete de «Antígona»; ele acaba preso após uma manifestação de estudantes. Não deixa de ser correcta a afirmação da mãe fazendo equivaler as duas manifestações às quais empresta idêntico carácter nefasto. Estas personagens, bem como uma outra, símbolo das forças da repressão, funcionam como arquetipos dramáticos, embora Rebello tivesse conseguido imprimir-lhes uma certa densidade humana e uma certa verosimilhança social.

É, porém, através dos quadros de revista que o espectáculo exprime mais fortemente a sua carga estética e política (embora alguns desses quadros sejam reaccionários nesses dois aspectos). Aqui, levanta-se um problema fundamental: se a revista, e nesta a canção, operou, no tempo, como uma cortina de fumo, como uma forma de alienação, não se vê como poderá agora traduzir uma realidade evidentemente mais rica, compósita, nuançada. Este facto implica uma minimização do espectáculo: é que os anos 40 em Portugal não foram os anos 40 lisboetas, nem muito menos foram os anos 40 revisteiros. Isto é óbvio – o espectáculo, de facto, opera como uma visão, ainda uma vez, feita a partir duma óptica fortemente centralizada da realidade portuguesa. Se isto é um facto em relação à predominância de quadros de revista, é-o em especial em relação a alguns deles que parece não serem suficientemente convincentes como retrato de uma época. Se através desses quadros se pretendeu traçar o panorama de uma determinada situação social e política - não se pode pôr em confronto (para exemplificar) os problemas dos transportes lisboetas, com as suas carências, ainda actuais, com os problemas da fome no Alentejo ou em Trás-os-Montes (na qual não se fala), com os problemas das perseguições policiais (de que se dá uma imagem sombria mas insuficiente) A propósito da revista, diga-se desde já que não deixa de ter o seu significado o facto dela nos aparecer muito mais politizada (do «contra») após a vitória das forças aliadas na guerra 39/45, o que aparentemente traduz uma evolução política a ter em conta.

Optando, pois, por este levantamento da época através do espectáculo revisteiro, Carlos Avilez correu os riscos já assinalados, e especialmente o que se refere à minimização dos problemas reais do povo português, reflexo duma óptica demasiado fechada, centralizada e centralizadora. Mas correu outro risco, não menos grave: o de se deixar dominar pelas formas da revista, desistindo de procurar outras formas porventura mais ricas, sob o ponto de vista de imaginação teatral, de modernidade de linguagem, e capazes de exprimir, com uma maior intensidade crítica, aquilo a que poderíamos chamar o subtexto do espectáculo. Aqui voltamos aos problemas do tempo de que o encenador dispôs e não sei se a problemas de espaço e até de orçamento. Aproveitando outros espaços da Fundação, e em especial o Auditório principal com o palco que pode abrir para o lago, o que poderia pagar com imagens muito ricas teria sido possível criar acções simultâneas, levantar sinais muito mais fortes da dupla realidade fascismo/ antifascismo em questão. Teria sido possível ainda tornar mais eficaz a utilização de diapositivos (poucos e pouco visíveis), clarificar cenas como a da projecção do filme «Casablanca», que motivou em Lisboa e no Porto manifestações de indiscutível cariz político Teria sido possível criar zonas de representação que levassem o público a sentir a realidade duma presença policial implacável, como as mortes do tempo, o Tarrafal, etc., comprovam.

Uma cena que Avilez não aproveitou, como poderia, foi a da manifestação do fim da guerra, em que as ruas se encheram de pessoas que davam largas a sua alegria e revelavam o seu ódio, mais do que justo, à situação. Em vez de uma cena parada, que aliás tem a sua beleza, teria sido mais comunicativo fazer entrar todos os intervenientes no espectáculo empunhando bandeiras, como então se fez, numa imagem de cor, espontaneidade e vibração realmente emocionantes. Conta-se que um dos manifestantes se limitava a empunhar um pau bem erguido que seria o sinal da presença da bandeira do Partido Comunista que ele não podia mostrar. Pormenores como este poderiam tornar cenicamente mais vibrante o espectáculo.

Não significa que não haja momentos extraordinários. Estou a pensar na montagem de um discurso de Salazar com a marcha da Mocidade Portuguesa (multiplicar elementos deste tipo seria o caminho indicado); na marcha lenta dos manifestantes que cantam uma canção francesa (mas por que não se ouviu o Temps des Cerises»?), ou ainda a passagem da fala de uma revista (americanos inventaram uma coisa para limpar os amarelos) a primeira explosão atómica, e que parece ser uma crítica justa à insensibilidade da revista e real dimensão dos problemas. Devo também referir a inclusão de algumas das Heróicas de Lopes-Graça, que trabalham como valores outros da realidade suscitada pelo espectáculo através de interstícios abertos em formas alienantes como são algumas das canções revisteiras.

Se este jogo entre elementos sobrepostos não chega a tornar-se dialéctico como se impunha, não se vê como nele podia o dispositivo cénico de José Rodrigues que aproveita duas paredes de vidro da Fundação para ajudar a criar a atmosfera de guerra e de opressão então vivida (fumo, luzes, ruídos), que conferem alguma intensidade ao impacto provocado pelo espectáculo. No entanto, o que há de mais importante no cenário é um conjunto de elementos escultóricos em gesso (braços, pernas, troncos, cabeças, parte de um rinoceronte que evoca a embaixada enviada por D. Manuel I a Roma) que surgem museologicamente enfiados em molduras de ferro que ao mesmo tempo que os aprisionam permitem a sua deslocação rápida. Estes objectos arqueológicos duma grandeza sem razão, estes sinais de um passado que se quer comemorar em toda a sua glória (trata-se do cortejo das comemorações do VIII Centenário), mostram as fissuras, a degradação irremediável, a cadaverização de um corpo marcado por uma beleza sem esperança. São eles, talvez, o elemento mais forte do espectáculo. Não podem, contudo, na poderosa força simbólica que exprimem estabelecer a ponte, não conseguem fundir-se com os restantes elementos do espectáculo cujos significantes jogam a outros níveis Também aqui a encenação não foi capaz de encontrar as necessárias correspondências

Poder-se-á perguntar se se pretendeu fazer um espectáculo sobre os anos 40 ou sobre o teatro dos anos 40 ou se um espectáculo sobre os anos 40 vistos através o teatro do tempo – pergunta que me parece pertinente até tendo em atenção o facto de também outros géneros surgirem ao longo do espectáculo: Caso de passagens de «Electra» (O'Neill), «A Casa de Bernarda Alba» (Lorca), «Antígona» (Sófocles-J. Dantas, Anouilh) que parece terem sido criações importantes da companhia do Teatro Nacional D. Maria II. Lamente-se, no entanto, que não tenha sido evocado nenhum texto português, embora tanto José Régio e Alfredo Cortez como Carlos Selvagem, pelo menos, merecessem a chamada. As alterações introduzidas na passagem do projecto ao espectáculo terão contribuído para a sua relativa indefinição, como se assinalou.

Se houve pouco tempo para preparar o espectáculo, como parece ter sido o caso, não se esperará que os actores tenham conseguido superar as dificuldades de vestir 300 fatos da época, de mudar constantemente de cena, de cantar. Mesmo assim alguns desses trabalhos pareceram aceitáveis embora num espectáculo como este o conjunto seja o mais importante. E, por vezes, esse aspecto teve o devido relevo.

Este espectáculo, tentativa que ficará histórica, para destruir tabus e desfazer mitos, pode valer como uma primeira experiência a pedir outras. Venham elas Gostaria, no entanto, de terminar esta crónica como a iniciei saudando a Fundação Calouste Gulbenkian por ter produzido esta obra, Carlos Wallenstein por ter tido esta ideia, Luís Francisco Rebello, por um texto que viu sacrificado, José Rodrigues, Carlos Avilez, Águeda Sena, Jorge Machado, e todos os artistas, pelo trabalho produzido, mesmo tendo em conta as limitações sublinhadas. Saudar a equipa de técnicos de luz e de som cuja intervenção foi decisiva. E, claro, saudar o 25 de Abril (sempre) sem o qual nada seria possível.

Dexter Gordon volta a Portugal

Dexter Gordon volta de novo a Portugal à frente do seu quarteto O acontecimento terá lugar na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa no dia 2 de Maio próximo, pelas 18.30 horas, estando os bilhetes à venda nos locais habituais (Valentim de Carvalho e Agências).

O quarteto de Dexter Gordon é composto pelos seguintes músicos:

Dexter Gordon ● (Saxofone Tenor), Kirk Lightsey ● (Piano), David Eubanks ● (Contra-baixo) e Eddie Gladden ● (Bateria).

Entretanto, a equipa do programa da Rádio Comercial (FM Estéreo) ABANDAJAZZ decidiu dedicar um ciclo a este grande saxofonista, o qual constará das seguintes fases: na Segunda-feira, 26 de Abril – Dexter Gordon, as suas primeiras gravações enquanto jovem; em 27 de Abril – O diálogo de Mr. Simples terá como tema as «chases» de Dexter Gordon; Na Quarta-feira, – Gravações de Dexter Gordon, períodos Prestige e Blue Note; 29 de Abril – Gravações de Dexter Gordon, períodos Steeplechase e CBS; finalmente, na Sexta-feira, 30 de Abril – Dexter Gordon no Mercado Nacional, registos disponíveis em edições locais.

Novo disco de Luísa Basto

Luísa Basto é sem dúvida um valor, como intérprete, no panorama musical português.

Desde o seu regresso a Portugal, de onde esteve ausente vários anos, Luísa possui já uma assinalável discografia (com predominância para os singles) e, na qual, o factor mais surpreendente é a sua versatilidade interpretativa, independentemente do género musical que interpreta.

De facto, pode-se afirmar sem receio de errar, que embora tenha gravado os mais diversos géneros musicais, desde a «Balada» à «Soul Music» a voz de Luísa não tem uma única quebra, uma oscilação. É realmente notável o domínio de voz; e já não falamos da música clássica, onde Luísa é um caso muito sério

Com músicas de João A. Fernando e Jorge Vaz de Carvalho, e poemas de António Aleixo, arranjos de Carlos Alberto Moniz, Luísa Basto lançou um novo disco, o qual para além de comprovar tudo o que ficou dito da voz de Luísa pretende também, modestamente, ser uma homenagem simples, mas bela, ao grande poeta algarvio que foi António Aleixo.

Parte do espólio de Erico Braga doado ao Teatro Nacional

A viúva do grande actor português Erico Braga, senhora D. Maria Emília Braga, doou à biblioteca do Teatro Nacional de D. Maria II, parte do espólio daquela conhecida figura do nosso teatro.

Desse espólio fazem parte diversos originais de teatro, documentos relacionados com a sua carreira, maquetas de cenários, esboços de encenações assinados por mestre António Pinheiro, etc.

Actor notável Erico Braga nasceu em 16 de Novembro de 1893 e faleceu a 24 de Outubro de 1962, tendo sido também autor, empresário e jornalista relevante

Das inúmeras peças que representou destacam-se as suas inesquecíveis criações em «Frei Luís de Sousa», de Garrett, «Hamlet», de Shakespeare, «A Casa da Boneca», de Ibsen, «Uma Mulher Sem Importância», de Óscar Wilde, «Os Maias», de Eça de Queirós e «A Visita da Velha Senhora», de Durrenmatt

De registar ainda que Erico Braga foi também o responsável pela vinda ao nosso País de grandes vultos do mundo das artes e das letras e de importantes artistas ligados ao mundo do espectáculo, cuja presença entre nós ainda é hoje recordada.

Nove actores e um músico vivem "Tempos Difíceis"

Nove actores e um músico do Grupo de Campolide preparam-se para, a partir do próximo mês de Maio, viverem «Tempos Difíceis» no palco do Teatro da Academia Almadense.

Estes «Tempos Difíceis» decorrem numa pequena cidade do nosso país na década de 50. Peça de Romeu Correia, «Tempos Difíceis» conta com a interpretação de Canto e Castro, António Assunção, Carlos Gonçalves, Ema Paul, Fernanda Montemor, Teresa Gafeira, Alfredo Sobreira, Marta Bettencourt e Silva Heitor. Também o maestreo Bernardino Nascimento participa neste novo espectáculo do Grupo de Campolide, ele e o seu violino, criando e executando a ambiência musical apropriada à época em que a acção da peça decorre.

Joaquim Benite assina a encenação desta nova produção do Grupo de Campolide, cuja estreia deverá ocorrer já no próximo mês de Maio.

canal da crítica

Mário Castrim

Abril: não estarmos sós

I

D'Aubuisson
é um grande democrata.
Quase tão bom
como Napoleon
parceiro
de Freitas do Amaral.
Ambos os dois
são muito democratas.
Oh, muito.
D'Aubuisson mandou matar
Monsenhor Romero
e Napoleon declarou:
«No se pasa nada».
D'Aubuisson chefia
os esquadrões da morte
Napoleon cruza os braços
volta-se para o outro lado.

Deus não os abençoa.
Reagan, sim.

II

Diz o Telejornal
quem os guerrilheiros são
esquerdistas
marxistas.
Diz
o que o Pentágono diz.
São milhões de dólares
embrulhados em sangue...
No entanto,
Miguel Arcanjo está
com os guerrilheiros
em Usulatan.
Entrevista pela CBS
declarou:
«Troquei a eternidade
pelo futuro.»
«Porquê?»
«Porque assim vivo mais.»
Sua espada brilhava.

Ou ria?

III

Eram dois guerrilheiros.
Veio a tropa de Napoleon
arrastou-os na lama
pelos pés
pousou-lhes as botas
na cara
e já prepara os tiros
finais.
Tudo diante das mulheres
e dos filhos

Enquanto
no Telejornal
uma voz «off»
falava de eleições
de percentagens
e da grande adesão.

Calmamente
como se dessem
notícias
da família.

IV

Napoleon & D'Aubuisson
reuniram
com o «boss» americano.
«Tenham juízo» diz-lhes
o «boss»
«Tenham juízo.
Toca a dar as mãos.
Acaso sois surdos?»
Ouvem-se perto
os passos de Marti
e a voz
de Monsenhor Romero:
«A um povo digno
ninguém vence.»

As mãos do «boss» tremem.

Olham-se
em silêncio.

V

Diz o Telejornal:
«Para auxiliar El Salvador
Estados Unidos abrem
crédito
de não sei quantos dólares.»
Diz o Telejornal:
«Para auxiliar El Salvador
estão neste país
conselheiros americanos.»
Diz o Telejornal:
«Para auxiliar El Salvador
chegam a este país
(conforme as imagens documentam)
trinta aviões de combate
americanos.»

Auxiliar: escorrer
um fio de ódio
ao longo da espada.
«Auxiliar»: português
com evidente
sotaque
americano.

VI

Ódio: palavra de ordem.
As armas «made in USA»
disparam
se se move um homem
uma criança
um ramo de árvore.
Freiras serão
violadas
e mortas.
O prémio
para jornalistas honrados
é o tiro na nuca.
Para simplificar
incendeiam aldeias
e chamam e isto
«eficiência».

Telejornal
passa a palavra
a Haig.

Telejornal
de costas para a vida.

VII

Amigos salvadorenhos:

Longe de vós
milhares de quilómetros
um homem está sentado
frente ao televisor.
Afasta o Telejornal
como quem afasta
um excremento.
Pensa em vós.
Vossos guerrilheiros
vosso povo

Passa
uma vibração
de Abril.

Abril:
não estarmos sós.

Manuel Rafael, Lda.
TUDO EM MATERIAL ELÉCTRICO
TV. DO FORNO. 7-A (AQ ROSSIO) T. 371001/2

Hoje

Na RTP-1 exibição de mais um episódio de «Uma Cidade Chamada Alice»

9.32 **Eucaristia Dominical**
10.20 **70X7**
10.55 **Cerimónias Militares Comemorativas do «25 de Abril»** – transmissão directa da Praça do Império.
11.50 **Bom Dia Domingo**
13.40 **Sumário**
13.50 **Automobilismo** – transmissão directa, em simultâneo com a RTP-2, do Grande Prémio de Fórmula 1 de S. Marino.
15.25 **Assembleia da República** – transmissão directa das cerimónias comemorativas do «25 de Abril»
19.00 **Topo Gigio**
19.55 **O Tempo**
20.00 **Telejornal** – as notícias do País e do estrangeiro.
20.35 **ABC da Tauromaquia**
21.05 **«Uma Cidade Chamada Alice»**
22.00 **Grande Encontro**
23.00 **Orquestra de Câmara Pró-Música**

Na RTP-2 pelas 23 horas e 30, podemos ouvir a Orquestra de Câmara Pró-Música

16.00 **Variedades** – com Michel Sardou.
17.05 **Desenhos Animados** – «Charlie Brown».
17.30 **Ciclo de Cinema da Comédia e da Música Portuguesa** – «O Tarzan do 5.º Esquerdo».
19.00 **Documentário** – «Goa».
19.50 **«Patrulha na Fronteira»** – com Roy Rogers.
21.00 **Estúdio Aberto**
22.00 **Jazz Vivo** – «Bourbon Street Parade».

Amanhã

11.55 «Os 4 Fantásticos» **12.25** «Cirranda de Pedra» **13.00** 1.º Jornal; das **13.30** às **18.10** Ciclo Preparatório TV **18.15** País, País **18.45** Tempo dos Mais Novos **19.15** Energia **19.55** O Tempo **20.00** Telejornal **20.30** Ou Vai ou Taxa **22.45** Último Jornal

18.15 País, País **18.45** Resposta **19.10** Setentrião **19.35** «O Sítio do Picapau Amarelo» **20.00** Informação **20.30** Jogo de Damas **21.30** Clube de Imprensa

GRUNDIG
qualidade em toda a linha!

«Uma Cidade Chamada Alice» (21.05)

«Patrulha na Fronteira» (19.50)

Além de um programa à escolha oferece-lhe

UMA CIADE CHAMADA ALICE
21.05

Joe e Jean resolvem casar-se. Noel vai à Austrália na tentativa de impedir o casamento.
Intérpretes: Helen Morbe e Bryan Brown
Realizador: David Stevens

ORQUESTRA DE CÂMARA PRÓ-MÚSICA
23.00

Quarto programa de uma série de concertos da Orquestra da Câmara Pró-Música dirigida pelo Maestro Manuel Teixeira, gravado na Igreja da Madre de Deus composta por: Suite n.º 1 (Ópera Fairy Queen) de Purcell; Sinfonia Concertante em Ré Maior de Stanitz; e Sinfonia em Fá Maior de Avondano.

ASSISTENCIA TECNICA GRUNDIG
NACIONAL RADIO – Rua B. Jesus Caraça, 17 Cruz Quebrada – Tel. 2112871

COMUNA
TEATRO DE PESQUISA
hoje às 21.45h
A VIAGEM
3.º MÊS
TEXTO - HELDER COSTA
ENCENAÇÃO - JOÃO MOTA
DE 3.ª FEIRA A DOMINGO AS 21.45
SABADOS E DOMINGOS TAMBEM
• MATINEES AS 17 H
PRAÇA DE ESPANHA TEL 76 26 24
Sala SEC
UMA GRANDE ENCENAÇÃO DE JOÃO MOTA...
— DIÁRIO DE LISBOA —

ÊXITO!
ESPECTACULAR!
HORÁRIO
2.ª, 3.ª e 5.ª; 21.30
6.ª e sáb: 20.30 e 23 h.
Domingo: 16 e 21.30
Folga: 4.ª-feira

ADÓQUE teatro
Martim Moniz — Tel. 874476

Hoje às 16,00 e 21,30

MAGDA CARDOSO — DESLUMBRANTE!
COM HENRIQUE VIANA, DELFINA CRUZ, ANTÓNIO MONTEZ, ANTÓNIO FEIO, CREMILDA GIL, MARIA VIEIRA, VIEIRA DE ALMEIDA, CARLOS GUIA, PAULA OLIVEIRA
À FRENTE DE UM ELENCO CADA VEZ MAIS JOVEM!

● A ÚLTIMA REVISTA NO MARTIM MONIZ ●

FUJA DA PÍLULA
Saidal
USANDO COMPRIMIDOS VAGINAIS

Novamente à venda
Nas Farmácias
Agora com nova embalagem
Efeitos sempre comprovados
Há mais de 60 anos

LABORATÓRIO DA FARMÁCIA ULTRAMARINA
Rua de São Paulo, 101 - 1200 LISBOA - Telefone 32 17 71
Distribuidores: J.C. CRESPO, LDA. – Rua da Madalena, 193 - 1100 LISBOA

ACTUALIDADE
política social, económica
e cultural dos países
do Terceiro Mundo
e o respectivo
enquadramento
INTERNACIONAL
exclusivo

TRICONTINENTAL
EDITORA
Calçada do Combro, 10-1.º 1200 LISBOA

A TUDOR DISCRIMINA E REPRIME OS SEUS TRABALHADORES

Os trabalhadores da TUDOR — BATERIAS encontram-se em luta, há quatro meses, tendo já realizado mais de 100 horas de greve.

A luta tem vindo a desencadear-se em três frentes: patronato; U.G.T.; Governo AD, que, em perfeito conluiu, têm vindo a pôr em prática na empresa a mais severa repressão contra os trabalhadores do sector fabril, situado em Castanheira do Ribatejo, Concelho de Vila Franca de Xira.

DISCRIMINAÇÃO AOS TRABALHADORES DA FÁBRICA

Discriminação, porque a entidade patronal pretendia aumentar os trabalhadores do sector Fabril 15,7% para o ano de 1982, enquanto aumentava os trabalhadores administrativos e comerciais em 21%.

Posteriormente, fez a entidade patronal um acordo com os pseudodelegados sindicais SIMA/SITESE/U.G.T., de 20,3% de aumento para uma parte dos trabalhadores do sector fabril. Isto foi uma alta traição, pois foi concretizado sem mandato dos trabalhadores e à revelia da C.T., órgão democraticamente eleito, único representante de todos os trabalhadores da empresa e mandatado para discutir aumentos salariais internos.

Continua, assim, sem qualquer aumento salarial a maioria dos operários, que são os mais sacrificados em esforço físico e que tanto têm contribuído para a boa situação económica em que a empresa se encontra.

DISCRIMINAÇÃO AOS TRABALHADORES EM LUTA

A actuação da Administração e Direcção da empresa tem sido no sentido de discriminar e reprimir os trabalhadores em luta com questões como estas:

— Não pagamento do subsídio de férias; proibição de férias; não pagamento do subsídio de doença; não pagamento de assistência a familiares; transferências ilegais dos postos de trabalho.

A ADMINISTRAÇÃO VIOLA AS LEIS E O CONTRATO DE TRABALHO

O patronato não respeita a Lei 46/79, retirando à Comissão de Trabalhadores todo o material para desempenho das suas funções, e impedindo-a de entrar nas instalações da empresa para realizar plenários ao abrigo da lei. Viola a Lei 874/76 das férias, faltas e feriados, etc.

Não respeita o contrato de trabalho em muitas das suas cláusulas, tais como: o regime de faltas, o horário de trabalho, etc., mesmo tendo sido já estas ilegalidades reconhecidas pela Inspecção do Trabalho.

REPRESSÃO

A Administração, com instruções internas, interrogatórios, inquéritos, processos disciplinares, etc., vem impondo, com o apoio de alguma chefia e o conluiu dos pseudodelegados do SIMA/SITESE/U.G.T., um clima altamente repressivo e intimidatório sobre os trabalhos da empresa.

A nossa luta passa também, por uma ampla divulgação e esclarecimento das arbitrariedades e prepotências de uma entidade patronal retrógrada e altamente repressiva. Dessa divulgação faz parte este comunicado.

Outras formas de denúncia pública realizaram-se já e estamos dispostos a recorrer a outras enquanto a Administração se mantiver no caminho da repressão, discriminação e ilegalidade.

Não abdicamos nem abdicaremos dos nossos princípios por isso lutaremos contra:

— A discriminação;
— A repressão;
— Os inquéritos;
— Os interrogatórios;
— Os processos disciplinares;
— Pelo respeito pela Lei e pelo Contrato de Trabalho;
— Pela dignidade dos trabalhadores.

— Unidos, persistentes, combativos e contando com o apoio dos trabalhadores e da população, a Vitória será nossa.
— Unidos alcançaremos os nossos objectivos.

Castanheira do Ribatejo, 22 de Abril de 1982

A COMISSÃO DE TRABALHADORES
A COMISSÃO INTERSINDICAL DA TUDOR BATERIAS
SINDICATO DAS INDÚSTRIAS ELÉCTRICAS DO SUL E ILHAS
SINDICATO DOS TÉCNICOS DE DESENHO
SINDICATO DOS ENFERMEIROS DA ZONA SUL
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO, MÁRMORES E MADEIRAS DO DISTRITO DE LISBOA

roteiro cultural

Que trouxe o 25 de Abril à cultura? Liberdade, sem a qual os homens não conseguem elevar-se à consciência crítica da realidade nem à ideia clara das tarefas que os esperam na luta por transformá-la. Neste sentido, o 25 de Abril é um facto de cultura que aponta para um novo VALOR, ainda longe de ser cumprido na forma e no conteúdo do viver colectivo português, mas sempre magnetizado como pólo decisivo das esperanças mais profundas e da substância moral do nosso povo.

Jornada nacional de afirmação democrática e antifascista, o 25 de Abril será comemorado em Lisboa por uma manifestação-comício com início marcado para as 15.30. A essa hora, haverá um desfile do Marquês de Pombal ao Rossio, onde serão oradores Vítor Crespo, que preside ao comício, Eduardo Cortesão, César de Oliveira, Artur Cunha Leal, Helena Cidade Moura, Eduardo Lourenço, Alboim Inglês, Manuel Alegre e, a encerrar, Vasco Lourenço.

Em Lisboa, a APU organiza, de diaporamas e outras manifestações compõem o leque de atracções.

Em Coimbra, de manhã à noite, sucessivamente, haverá salvas de morteiros, desfile de bandas, «Corrida da Liberdade», desfile de ranchos populares, espectáculos e outras iniciativas infantis, etc.

É impossível dar conta, em tão curto espaço, das inúmeras realizações comemorativas do 25 de Abril que têm estado a decorrer em todo o País e hoje culminam com espectáculos, sessões solenes, desfiles, comícios, provas desportivas, exposições, realizações para as crianças, convívios, etc. Por nos ser impossível fazê-lo, mencionemos apenas algumas das localidades onde os democratas se vão reencontrar neste dia:

Almada, Alcochete, Águas Santas, Alfundão, Aveiro, Açores (Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada), Barreiro, Beja, Braga, Baleizão, Cartaxo, Covilhã, Évora, Faro, Fundão, Ferreira do Alentejo, Figueira dos Cavaleiros, Guarda, Gondomar, Leiria, Lousã, Loures, Madeira (Funchal, Machico, Câmara de Lobos e Santa Cruz), Maia, Marinha Grande, Montemor-o-Novo, Odivelas, Peroguarda, Santarém, Seixal, Setúbal, Trafaria, Vila do Conde, Viseu, Vizela, etc.

A lista serve tão-só para dar uma pálida ideia das iniciativas que hoje, de norte a sul de Portugal, comemorarão o 25 de Abril, de cujos actos evocativos o mais solene decorrerá na Assembleia da República, com a presença do Chefe de Estado, general Ramalho Eanes, que proferirá um discurso.

ALGARVE
PRAIA DA LUZ • LAGOS
APARTAMENTOS
Duplex para 4/6 pessoas, com cozinha totalmente equipada. Estadias mínimas de 1 semana. Preços diários: Maio - 500$00; Junho - 1.350$00; Julho/Agosto - 2.500$00; Setembro - 1.900$00.
GITUS
GRUPO INTERSINDICAL DE TURISMO SOCIAL
Av. da Liberdade 73-3.º Dt.º 1200 Lisboa
Tel. 32 00 70-32 05 56-36 43 03

cartaz de cinemas e teatros

abCINE 803055

Centro Comercial de Alvalade

SALA A

– Int. men. 18 a.
Às 14.30, 16.30, 18.30, 21.45 e 24
FORA DE TEMPO

SALA B

Às 14.45, 17, 19 e 21.30
A AMANTE DO TENENTE FRANCÊS

ALVALADE 897480

Av. de Roma

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– Para Todos
HERBIE UM CAROCHA DOS DIABOS
8.ª Semana

APOLO 763319

Av. Júlio Dinis, 10-A

às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 23.30
N. acons. a men. 18 anos
TIMES SQUARE
um filme de Alan Moyle
2.ª Semana

AVIS 547163

Av. Duque de Ávila, 45

Às 15.30, 18.30 e 21.30
– Int. men. 13 a.
DELÍCIAS NO LICEU

BERNA 776098

Av. Marquês de Tomar

Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
(não acons. men. 13 anos)
O MEU GUARDA COSTAS
Às 14, 16.30 e 19 – Últimas
AMAR DE NOVO

CALEIDOSCÓPIO 795093

Campo Grande

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
A BELA ADORMECIDA
– Para Todos
Falado em Português
7.ª Semana

CASTIL 530194

Rua Castilho

Às 15.00, 17.00, 19.00 e 21.30
não acons. men. 13 anos
MAS QUE VIZINHOS
2.ª Semana
Às 24.00
ADIVINHA QUEM VEM JANTAR

CINE 222 579460

Av. Pr. da Vitória, 37 (ao Saldanha)

não acons. a men. 13 anos
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
MOSCOVO NÃO ACREDITA EM LÁGRIMAS
Às 24.00
ASSALTO À 3.ª ESQUADRA

CINEBOLSO 573407

R. Actor Taborda, 27-B

Às 12.30, 14.30, 16.45, 19 e 21.30
CRUZEIRO SEXUAL
Às 24.00
O DESAFIO DO IMPLACÁVEL

CINE BLOCO 556824

Gaveto Av. 5 de Out. e Pinh. Chagas

Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
A CORRIDA MAIS LOUCA DO MUNDO
22.ª Semana
Às 24
OS SETE PROFISSIONAIS

CINE CAMÕES 324194

Rua do Loreto, 15

Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
ESSA MULHER É MINHA
Amanhã às 11.00
ASTERIX O GAULÊS
Para todos

CONDES 322523

Av. da Liberdade, 2

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 18 a.
A PELE

EDEN 320768

P. dos Restauradores, 21

Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
O SAMURAI NEGRO
(não acons. men. 18 anos
Às 24.00
OS TIGRES DO MAR

ESTÚDIO 555134

Alam. Afonso Henriques, 35

Às 15.00, 17.00, 19.00 E 21.30
– N. ac. men. 13 a.
A SEDUÇÃO DE JOE TYNAN
c/ Alan Alda e Meryl Streep

ESTÚDIO 444 779095

Av. Defensores de Chaves, 83-B

Às 15.00, 17.00, 19.00 e 21.30
– Int. men. 13 a.
O ÚLTIMO AMANTE ROMÂNTICO
um filme de Just Jaeckin
c/ Dayle Handoon e Gerald Tvhalt
2.ª Semana

IMPÉRIO 555134/5

Al. Afonso Henriques, 35

não acons. a men. 13 anos
Às 15.15, 18.30 e 21.30
A HOMENAGEM
c/ Lee Remick e Jack Lemmon
2.ª Semana

LONDRES 801313

Av. de Roma, 7-A

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
A MULHER DO LADO
c/ Yves Montand, Gerard Depardieu e Catherine Deneuve

LUMIAR 79 52 96

Calçada de Carriche, 38

Às 15.30 e 21.30
Int. men. 18 anos
QUE SE PASSA, SUPER-DOUTOR?

MONTECARLO 681117

Av. Pedro Álvares Cabral, 37

Às 15.00, 17.00, 19.00 e 21.30
Int. men. 13 anos
UM AMOR INFINITO
Às 24.00
ROCKI – II

MONUMENTAL 555131

P. Duque de Saldanha

Às 15.15, 18.15 e 21.30
– Int. men. 18 a.
O VINGADOR DA NOITE
c/ Charles Bronson e Jill Ireland

NIMAS 574362

Av. 5 de Outubro, 42-B

Às 14, 16.15, 18.30 e 21.30
ARTHUR, O ALEGRE CONQUISTADOR
Às 24.00
AS GRADES DO INFERNO

ODEON 328283/4

R. Condes, 12 a 20

Às 15.15, 18.15 e 21.30
– Para Todos
VERDE VINHO

PATHE 821933

R. Francisco Sanches, 122

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– Naõ acon. men. 18 anos
A PELE
Às 24
ADEUS MACHO

BYE BYE BRASIL com BETTY FARIA, JOSÉ WILKER e FABIO JR. em exibição no QUARTETO

QUARTETO 771378

R. Flores de Lima, 16

SALA 1

Às 15, 17, 19, 21.30 e 23.30
– N. ac. men. 13 a.
BYE BYE BRASIL

SALA 2

Às 14.30, 16.45, 19, 21.15 e 23.30
O ANJO DO ROCK

SALA 3

Às 14.30, 16.45, 19, 21.15 e 23.30
– Int. men. 13 a.
A CALÚNIA

SALA 4

Às 14, 16.30, 19, 21.30 e 24
PIXOTE, A LEI DO MAIS FRACO

ROMA 887778

Av. de Roma, 14 M-N

Às 15, 17, 19 e 21.30
UNIVERSO EM FANTASIA

ROXY 548560

Av. Almirante Reis, 20

– Int. men. 13 a.
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
A GUERRA DOS GANGSTERS

S. JORGE 579144-579344

Av. da Liberdade, 175

S. JORGE SALA 1

Às 13.45, 17.30 e 21.15
– N. ac. men. 13 a.
Vencedor de 3 «Óscares»
REDS
c/ Warren Beatty e Diane Keaton
4.ª Semana

S. JORGE SALA 2

Às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45
– N. ac. men. 13 a.
A AMANTE DO TENENTE FRANCÊS
16.ª Semana

S. JORGE SALA 3

Às 14, 16.15, 18.45 e 21.30
DE QUEM É A VIDA, AFINAL
Int. m. 13 anos
5.ª Semana

SATELITE 562632

Av. Fontes Pereira de Melo, 61

N. ac. men. 13 anos
Às 15, 17, 19 e 21.30
PARAÍSO AZUL
5.ª Semana
Às 24
FRENCH CONNECTION N.º 2

7.ª ARTE 730715

Av. República, a Est. de Entre Campos Junto ao n.º 68
Às 14.45, 17, 19.10, 21.30
N. ac. men. 13 anos
DE QUEM É A VIDA, AFINAL?
21.ª Semana

STAR 804210

Av. Guerra Junqueiro, 14-C

Às 14.30, 18 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
UNS E... OS OUTROS
23.ª Semana
Às 00.30
INUNDAÇÃO

TERMINAL 371573

Estação do Rossio

Sessões às 11, 13, 15, 17, 19, 21.30
ARTUR, O ALEGRE CONQUISTADOR
c/ Dudley Moore e Liza Minnelli

TIVOLI 570595

Av. da Liberdade, 188

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– Int. men. 13 a.
A ALUNA E O PROFESSOR
Um filme de Richard Lang

VOX 880808

Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879

às 14.15, 16.30, 18.45, 21.30
não acons. a men. 13 anos
MAS QUE VIZINHOS
c/ John Belushi – Dan Aykroys
2.ª Semana

XENON 368460

Av. da Liberdade, 9

Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
PARAÍSO AZUL
4.ª Semana
Às 23.45
SCORCHY AGENTE FEDERAL

outros cinemas

Lisboa

ALFA-1 – «A Aluna e o Professor», às 21.30 e 23.30 (13 anos)
ALFA 2 – «Os Salteadores da Arca Perdida», às 21.30 (13 anos)
ALFA-3 – «Fort Apache, the Bronx», às 21.30 e 24.00 (18 anos)
OLÍMPIA – «As Aprendizas do Sexo», sessões permanentes (18 anos)
POLITEAMA – «Zombi Holocausto», às 21.30 (18 anos)
CITY CINE – «A Coragem de um Homem», às 21.30 (18 anos)
CAPITÓLIO – «Colegiais e Muito Mais», às 21.00 e 23.00 (18 anos)
RESTELO – «O Terror do Far-West», às 21.30 (13 anos)
2000 – «Tarzan o Homem Macaco», às 21.30 (13 anos)
OLIVAIS – «O Solteirão Amansado», às 21.30 (13 anos)
MUNDIAL – «O Meu Guarda Costas», às 21.30 (13 anos)
PÁTRIA – «A Turma dos Repetentes», às 21.30 (6 anos)
ROYAL – «Eu Te Amo», às 21.30 (18 anos)
PROMOTORA – «Como Nos Velhos Tempos», às 21.30 (13 anos)

Outra banda

ALMADA – Incrível – «Pixote, a Lei do Mais Fraco», às 21.15 (18 anos)
ALMADA – Academia – «O Profissional», às 21.15 (13 anos)
ALMADA – Cine-Almada – «O Nevoeiro», às 21.30 (18 anos)
COSTA DA CAPARICA – Silcine – «O Solteirão Amansado», às 21.30 (13 anos)
SETÚBAL – Júpiter – «O Terror do Far-West», às 21.15 (13 anos)

Linha de Cascais

ESTORIL – Casino – «A Coragem de um Homem», às 17.00 e 21.15 (13 anos)
ESTORIL – Palácio – «A Calúnia», às 21.15 (13 anos)
CASCAIS – Oxford – «Crónica da Mais Velha Profissão do Mundo», às 21.30 (13 anos)
CASCAIS – Impala – «O Homem do Rio», às 21.30 (13 anos)

Linha de Sintra

DAMAIA – D. João V – «Os Incorruptíveis Contra a Droga», às 21.30 (13 anos)
AMADORA – Cine-Plaza – «Os Salteadores da Arca Perdida», às 21.30 (13 anos)
AMADORA – Lido – «Encontro com os Extraterrestres», às 21.15 (13 anos)
AMADORA – Cinestúdio – «Fantasma de Amor», às 21.30 (13 anos)
CACÉM – Cine-Estúdio Flores – «A Noite do Falcão», às 21.30 (13 anos)
MEM MARTINS – Cine-Chaby – «Grande Duelo», às 21.30 (13 anos)
SINTRA – Carlos Manuel – «Os Canhões de Navarone», às 21.30 (13 anos)
MOSCAVIDE – Stop – «Superpolícia», às 21.30 (13 anos)
MAFRA – Cine-Teatro – «Sargento da Força 1», às 21.30 (13 anos)

Porto

ESTÚDIO – «Falta Amor no Teu Olhar», às 21.30 (13 anos)
RAIONE – «Fuga para a Vitória», às 21.30 (13 anos)
LUMIERE-SALA A – «Manhã Submersa», às 21.30 (13 anos)
LUMIÈRE-L – «Arthur, o Alegre Conquistador», às 21.30 (13 anos)
VALE FORMOSO – «Herbie um Carocha dos Diabos» às 21.30 (6 anos)
CHARLOT – «As Herdeiras», às 21.30 (18 anos)
FOCO – «Um Amor Infinito» às 21.30 (13 anos)
COLISEU – «O Justiceiro de Bombaim», às 21.30 (13 anos)
ÁGUIA – «As Bonecas da Califórnia», às 21.30 (13 anos)
OLÍMPIA – «Os 3 Indomáveis Malucos», às 21.30 (13 anos)
S. JOÃO – «O Fugitivo», às 21.30 (13 anos)
TRINDADE – «O Amante de Lady Chatterley», às 21.30 (13 anos)
PASSOS MANUEL – «Reds», às 21.45 (13 anos)
BEBÉ – «A Amante do Tenente Francês», às 21.30 (13 anos)
JÚLIO DINIS – «Verde Vinho», às 21.30 (6 anos)

farmácias

Lisboa

PERMANENTE (Hoje)

ARNALI, R. Escolas Gerais, 88-A (T. 863940); **DILENA**, R. Aliança Operária, 49-A-B (T. 639620); **SANEX**, Av. da Igreja, 31-C (T. 897505); **PROVIDÊNCIA**, R. D. Filipa de Vilhena, 9-C (T. 770324); **BENFICA**, E. de Benfica, 678-E (T. 702532); **ALMEIDA**, R. Silva Carvalho, 136 (T. 681726); **NICOLAU**, C. da Carniche, lote 4, loja Esq.; **MADRE DE DEUS**, R. da Margem, 15-B (T. 382470); **BRANCO**, Av. Duque de Loulé, 61-65 (T. 545048); **CORVO**, R. Ângela Pinto, 32-B-C; **CARRONDO**, R. Padre Sena Freitas, 10-A (T. 842518); **MARLUZ**, C. da Pichelaria, 140-B-C e R. Prof. Mira Fernandes, MAF (T. 880703); **MARCOS NASCIMENTO**, C. Marquês de Abrantes, 36-A (T. 664238); **CABRITA**, Parque Residencial Miraflores, lote 12 (T. 2101486); **CORREIA**, E. Principal, lote 172 (T. 993148); **NUNES**, E. Serra da Mira, lote 134; **AMARAL**, R. Antero de Quental, 8-8-A (T. 925455)

PERMANENTE (Amanhã)

RIO DE JANEIRO, Av. Rio de Janeiro, 4-C (T. 881409); **IDEAL**, Av. Almirante Gago Coutinho, 49-A (T. 892803); **GONÇALVES**, R. da Rosa, 176-178 (T. 362687); **UNIÃO**, E. de Benfica, 592-594 (T. 700092); **ELMA**, R. D. Maria Pia, 358-A (T. 666176); **INTENDENTE**, L. Intendente Pina Manique, 50-51 (T. 547838); **DOURO**, Al. das Linhas de Torres, 93-A-B (T. 791131); **RONIL**, R. Rodrigo da Fonseca, 153 (T. 683438); **MANUEL V. JESUS**, L. do Rato, 3-C-D (T. 681947); **DALVA**, Av. Duque d'Ávila, 125 (T. 545225); **LISBONENSE**, R. Leão de Oliveira, 2-B (T. 637020); **ALMEIDA NIFO**, Av. Combatentes da Grande Guerra, 64 (T. 2112070); **LEITÃO**, R. Guilherme Gomes Fernandes, 62 (T. 910051); **PONTINHA**, E. Santo Elói, 4, lote SE (T. 990220); **NOVA**, R. Elias Garcia, 10 (T. 972530).

Linha de Cascais

PAÇO DE ARCOS: Pargana, Av. Eng. Bonneville Franco (T. 2435147). Permanente; **OEIRAS: Oeiras**, L. Henrique Paiva Couceiro (T. 2430485). Até às 22 horas; **CARCAVELOS: Vilar**, Av. Maria da Conceição, lote 8 (T. 2470777). Permanente. **PAREDE: Alair**, Av. Gago Coutinho, 8. Caxias de Previdência (T. 2472948). Permanente; **MONTE ESTORIL: Suíça**, Cruzeiro (T. 260087). Até às 22 horas; **CASCAIS: Cascais**, R. Conde de Monte Real, 8. Caxias (T. 282407). Permanente.

Linha de Sintra

AMADORA: Soares Correia, E. das Águas Livres, 128. Permanente; **DAMAIA: D. João V**, Av. Gurgel do Amaral, 2-A (T. 970461). Permanente; **QUELUZ: André**, Av. Elias Garcia (T. 950043). Até às 22 horas; **CACÉM: Rodrigues Garcia**, Av. dos Bons Amigos, lote 5-D (T. 2943683). Permanente; **MEM MARTINS: Miranda Garcia**, E. de Mem Martins, 173 (T. 2914103). Permanente; **MERCÊS: Claro Russo**, R. Abade Faria, 2-A (T. 2915275). Das 9 às 13 e das 15 às 21 horas; **RIO DE MOURO: Riomoure**, Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (T. 2960194). Das 9 às 23 horas; **SINTRA: Marrazes**, Estefânia (T. 2930058). Permanente; **COLARES: Abreja** (T. 299088).

Outra banda

ALMADA: Algarve, R. Fernão Lopes, 1 (T. 2750271). Até às 22 horas; **COVA DA PIEDADE: Morgado**, R. Cabo da Boa Esperança, 25-A (T. 274356). Permanente; **LARANJEIRO: Oliveira Sérgio**, R. dos Álamos, 2-A. Até às 22 horas; **COSTA DA CAPARICA: Carlos**, Av. do Mar. Até às 19 horas; **BARREIRO: Pimenta**, R. Conselheiro Joaquim António Aguiar, 259 (T. 2073012). Permanente; **SETÚBAL: Moreira Martins**, P. Olga Sarmento, 14. Permanente; **Normal do Sul**, P. do Bocage, 137. Até às 22 horas.

SESIMBRA: Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (T. 2233028); **AMORA: Fonseca**, R. Ribatejo, 124, Cruz de Pau (T. 2211131); **SEIXAL: Lusitana**, P. Cândido dos Reis, 10, Arrentela (T. 221007). Até às 22 horas; **MONTIJO: Higiene**, R. José Joaquim Marques, 142 (T. 2310370); **MOITA: Silva Rocha**, P. da República, 16 (T. 230029); **ALHOS VEDROS: Portugal**, Av. da Bela Rosa, 8 (T. 204250); **ALCOCHETE: Nunes**, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T. 234137).

LOURES: Saraiva, Av. da República, 86 (T. 2530027). Até às 22 horas; **MOSCAVIDE: Bastos**, Av. Moscavide, 22-A. Até às 22 horas; **SACAVÉM: Soares**, R. José L. Morais, 15 (T. 2518025). Permanente.

Porto

DE DIA E TODA A NOITE

VASQUES, R. das Condominhas, 794; **FÁTIMA**, R. de Oliveira Monteiro, 475; **CONTUMIL**, R. de Contumil, 540; **ALIANÇA**, R. da Conceição, 2; **BARROS**, R. do Loureiro, 104.

Coimbra

DAS 9 HORAS ÀS 9 DO DIA SEGUINTE

NAZARETH, R. Ferreira Borges, 135-139 (T. 22605).

teatros

Lisboa

A BARRACA – Companhia de Teatro de Viseu – «Pathelin», às 21.45 (13 anos)
ADÓQUE – «Ta Entregue à Bicharada», às 20.30 e 23.00 (18 anos)
VILLARET – «Blue Jeans», às 21.00 e 23.00 (18 anos)
D. MARIA II – «O Rei Imaginano» e «O Doido e a Morte», às 21.45 (13 anos)
MARIA MATOS – «O Meu Rapaz é Rapariga», às 21.30 (13 anos)
BAIRRO ALTO – «O Labirinto de Creta», às 21.00 (13 anos)
COMUNA – «A Viagem», às 21.45 (13 anos)
MARIA VITÓRIA – «Não Há Nada p'ra Ninguém», às 20.30 e 22.45 (18 anos)
VARIEDADES – «Ó Zé Arregamba a Taxa», às 20.30 e 23.00 (18 anos)
ABC – «Cha e Porradas», às 20.30 e 23.00 (18 anos)
MONUMENTAL – «Virgem Até Certo Ponto», às 20.45 e 23.00 (13 anos)

Porto

SÁ DA BANDEIRA – «Não Há Nada que Me Escape», às 21.30 (13 anos)

Em OLHÃO o Diário de Lisboa
vende-se na PAPELARIA FARRACHA

DL

PORTE PAGO

Redacção: 320271/2/3
Mensagens gravadas: 320229
Endereço telegráfico DIÁRIO
Telex 12363 LISBOA PORTUGAL
Delegação do Porto:
Rua do Almada, 30-2.º - 4000 PORTO
Telefones: 20694/5

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR BAIXA-MAR

4.17	4,2 m	9.58	0,6 m
16.30	4,2 m	22.19	0,6 m
Dia 25			
4.59	4,2 m	10.39	0,6 m
17.20	4,2 m	23.01	0,6 m

TEMPERATURAS DO AR ÀS 9 HORAS

VIANA DO CASTELO	13°
BRAGANÇA	12°
VILA REAL	13°
PORTO	18°
P. DOURADAS	12°
COIMBRA	16°
C. CARVOEIRO	16°
PORTALEGRE	15°
LISBOA	14°
ÉVORA	16°
BEJA	15°
SAGRES	17°
FARO	19°
P. DELGADA	13°
FUNCHAL	17°

Subsídios de férias e de Natal para professores

Um decreto-lei a publicar na folha oficial estabelece a aplicação a certas classes de professores do regime geral de atribuição dos subsídios de férias e Natal da Função Pública, salvo excepções previstas no diploma, informa a Anop.

O regime geral passa a abranger os professores profissionalizados não efectivos da educação pré-escolar, e dos ensinos primário, preparatório e secundário, e aos provisórios e eventuais dos ensinos preparatório, secundário e médio.

O decreto-lei, do Ministério da Educação e das Universidades, determina que o subsídio de Natal dos professores que cessem ou interrompam funções será processado em Dezembro, pelo último estabelecimento de ensino onde prestaram serviço ou por aquele em que, nesse mês, se encontrem colocados, respectivamente.

Aos professores que pertençam às classes já referidas, e que não tenham direito a férias nos tempos da Lei Geral, será atribuído em Junho de cada ano civil um subsídio de férias, independente ou não em efectividade de serviço naquele mês.

O subsídio corresponderá a tantos duodécimos quantos os meses de serviço completo prestados desde 1 de Junho do ano anterior e serão calculados com base no último vencimento recebido.

O subsídio de férias dos professores que cessem ou interrompam funções será processado, respectivamente, pelo último estabelecimento de ensino onde prestaram serviço ou por aquele em que se encontrem colocados no mês de Junho.

Para efeitos de aplicação de todas estas disposições, o serviço prestado em meses, incompletos, seguidos ou interpolados, será convertido em períodos de 30 dias, que se considerarão como meses completos.

O disposto no Decreto-Lei, que tem o número 141/82, é aplicável ao subsídio de Natal de 1981, bem como ao subsídio de férias abonado em Junho do mesmo ano, na medida em que for mais favorável.

O preâmbulo do diploma refere que «os condicionalismos próprios do regime de colocação de professores não pertencentes ao quadro determinaram o estabelecimento de um regime especial de atribuição dos subsídios de Natal e férias, consagrados no Decreto-Lei 513-N-/79, distinto do regime geral do funcionalismo público».

Acrescenta que «a tendência deve ser no sentido de fazer aproximar na medida do possível aqueles regimes, atenuando qualquer atitude discriminatória entre trabalhadores da Função Pública».

Mari Alcatiri (Fretilin) vê perspectivas de solução para o problema de Timor-Leste

«O facto de o Presidente Eanes ter recebido uma delegação da FRETILIN aquando da sua visita a Angola significa que iniciámos um processo em busca de uma solução justa e duradoira para o conflito», afirma o dirigente da Frente de Timor-Leste para a Libertação e Independência, Mari Alcatiri, numa entrevista concedida à agência ANGOP.

Mari Alcatiri diz que Portugal tem responsabilidades no problema da descolonização de Timor-Leste, e, mais «consciência disso»: «a FRETILIN é o único movimento que luta no interior e no exterior do país».

O diplomata maubere reconhece contudo que existe, da parte dos órgãos de soberania de Lisboa, «uma certa preocupação em relação a Timor-Leste», mas que o Governo e o Presidente da República não encontraram ainda uma solução para o problema.

«A Indonésia de Suharto não tem nada a ver com a Indonésia de Bandung, a Indonésia de Sukarno, cuja política anticolonial era clara. A actual Indonésia nasceu da negação dos princípios que Sukarno defendia» – diz ainda o ministro dos Estrangeiros da FRETILIN.

Para Mari Alcatiri, a actual política expansionista do Governo de Jacarta «é uma afronta à razão de ser do primeiro movimento dos Não-Alinhados», pelo que se torna «incompreensível que países membros não condenem outro membro que pratica uma política puramente colonial».

Esta edição especial do «DL» resulta de uma iniciativa da Comissão de Trabalhadores da Renascença Gráfica, apoiada por todos os sectores da empresa.

Um juiz implacável

«Não, eu não fiz nada pelo 25 de Abril... Nada, mesmo nada! Pois se ainda cá não estava... Outros o fizeram, outros... Quem...? Saibam-no vocês, que são adultos, maiores, e foram à escola, e leram livros, e ouviram discursos... Eu quando apareci, quando dei o primeiro grito, estava já tudo feito. Agora... Bem, agora, embora não compreenda lá muito bem certas palavras, a verdade é que tenho ouvido que alguma coisa tem sido desfeita... O quê...? Também não sei. Mas lá que há queixas, lá isso há... Julgo compreender (mas será que compreendo bem...?) que aquilo que foi feito foi em parte desfeito... O quê e como...? Espero crescer – e, então, um dia, lá muito para diante, quando esta minha fotografia for unicamente a recordação da minha inocência perdida, saberei todas as coisas tintim por tintim... Coisas verdadeiras. E, então, serei o juiz implacável dos vossos actos. Aqui, ali, em todo Portugal. Apontar-vos-ei a dedo, um a um, e direi: «Fizeste bem, fizeste mal...»

"Homens e Mulheres de Abril"

Este é o ano em que podemos alegremente repetir a frase proferida o ano passado por Maria de Lurdes Pintasilgo: «Homens e mulheres de Abril», perante a multidão que encheu a Avenida da Liberdade e o Rossio para comemorar a «Revolução dos Cravos».

Este é o ano em que foi ultrapassada a chamada «tentativa de lançar um frentismo de esquerda» para assinalarmos com verdadeira alegria a festa do regresso do filho pródigo. A festa que procura congregar, com verdadeira abertura democrática e sem falsos sectarismos, todos os homens e mulheres de Abril.

Só assim sentiremos, nesta festa, redobrar a força que sentem os que com Abril reviveram a esperança de um País novo, a certeza de um País livre e generoso para todos.

Só assim teremos a certeza de que tudo valeu a pena e que o 25 de Abril se reforça e amplia. Ganhando o povo, ganhando cada vez mais o povo!

Este é um ano em que já não se pode falar de «tentativa de lançar um frentismo de esquerda» mas de uma verdadeira frente de «homens e mulheres de Abril». Com essa frente estamos, nessa frente estamos. E estaremos.

Eis aí o batalhão vitorioso. As hostes invencíveis que o País aguarda, alimenta e municia. Com o regresso do filho pródigo, a vitória está mais próxima.

Glória pois aos «Homens e Mulheres de Abril»!

MANUEL DE AZEVEDO

Eanes: conviva inesperado ontem em Santarém

Ramalho Eanes, que apareceu ontem inesperadamente no almoço dos oficiais do Quadro Permanente em Santarém, comemorativo do 25 de Abril, atribuiu à sua presença um «significado simbólico».

Eanes sublinhou que estava presente ao acto «o camarada dos camaradas», embora «não tenha deixado o Presidente da República nem no carro nem em casa».

A sua presença significa «o empenhamento dos militares com a esperança e os ideais de Abril pelo menos naquilo que tem de essencial, ou seja a devolução da liberdade e responsabilidade ao povo português».

Todas estas declarações foram prestadas pelo Presidente da República aos jornalistas antes da sua entrada na Casa do Campino, onde decorreu o almoço de confraternização dos oficiais.

Na mesma ocasião, um dos elementos da Comissão Organizadora ofereceu ao Presidente da República uma medalha e um autocolante comemorativos do 25 de Abril.

Mundial de Futebol
ESPANHA '82
Viagens especiais de Inauguração e de 30, 16, 14, 10, 6 e 3 noites
PEÇA NOS PROGRAMA DETALHADO
Informações e reservas:
AGÊNCIA TURÍSTICA
LISBOA - Av. da Liberdade, 233 - Tel. 53 61 21
LISBOA - Av. de Roma, 35-A - Tel. 76 08 15
PORTIMÃO - Av. Tomaz Cabreira, s/nº Praia da Rocha - Tel. 23377
Membro WATA em Portugal - OPERADOR - Alvará nº 23

CIVILIZAÇÕES MILENÁRIAS
Viagens através da história - 1982
EGIPTO
CRUZEIRO NO NILO
NA SENDA DOS FARAÓS
BERÇO E TÚMULO DE IMPÉRIOS
GRÉCIA e TURQUIA
ATENAS ISTAMBUL
GRÉCIA
UMA SEMANA EM ATENAS
ATENAS E O CIRCUITO DO PELOPONESO
ATENAS E AS ILHAS GREGAS
A ARTE EM ITÁLIA
ROMA - ASSIS - PERUGIA
RAVENA - FLORENÇA - VENEZA
VERONA - MILÃO - ETC.
AGUARELA SICILIANA
ROMA - PALERMO - AGRIGENTO
TAORMINA - ETNA - SIRACUSA
CATANIA - MESSINA - ETC.
(viagem em avião e autocarro)
PARTIDAS DE JULHO A OUTUBRO
Excursões, visitas e refeições incluídas. Viagens acompanhadas por guia português.
Seguro de viagem.
Peça programa especial à:
Europeia
LISBOA - Avenida da Liberdade, 233. Tel. 536121
LISBOA - Avenida de Roma, 35 A. Tel. 778082
PORTIMÃO - Av. Tomaz Cabreira — Viv. Sant'Ana
Praia da Rocha. Tel. 23377
membro WATA em Portugal